DIREITOS HUMANOS DESRESPEITADOS NAS PRISÕES
MANUEL ALMEIDA SANTOS

O REFERENCIAL

PEZARAT CORREIA

DO LADO CERTO DA HISTÓRIA...

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
Director: Martins Guerreiro | N.º 131 | Outubro – Dezembro 2018

TORNEIRA
100% água
0% plástico

em exibição 24h/dia, 365 dias/ano,
numa torneira perto de si

EPAL
Grupo Águas de Portugal

Direitos Reservados

4 EDITORIAL

Pezarat Correia, um construtor da Democracia, Martins Guerreiro

6 TEMA DE CAPA

Pezarat Correia "Do lado certo da história..." | **8**
Nada existe até ser contado, Maria Manuela Cruzeiro | **18**

24 DIREITOS HUMANOS

Igualdade de direitos e de deveres, Martins Guerreiro |**24**
Ajuda aos presos foi premiada, J.A.S. | 32
Direitos humanos são desrespeitados nas prisões (Entrevista a Manuel Almeida Santos, José António Santos | **34**
Uma história de amor em Myanmar..., Sérgio Parreira de Campos | **40**

50 SAÚDE – UM DIREITO CONTITUCIONAL

Reforma falhada, Joaquim Formeiro Monteiro |**50**
Saúde centrada nas comunidades, Cipriano Justo | **56**
Estado não é um negócio, João Paias | **60**
SNS pode separar ricos e pobres, Franco Charais | **70**
Laboratório militar em risco | **74**

78 REPORTAGEM

Toronto é uma lição, M. Simões Teles |**78**

82 PRÉMIO LITERÁRIO

Distinção a Carlos Matos Gomes, Vasco Lourenço |**82**

84 OPINIÃO

O mundo já não está aos pés do ocidente, Luís António Noronha do Nascimento | **84**

98 LIVROS

A Última Viúva de África, de Carlos Vale Ferraz | **98**
Viagem Circular de Aniceto Afonso, Carlos Matos Gomes | **100**
Nas Margens do Medo de Domingos Lopes, Paulo Sucena | **103**

106 IN MEMORIAM

Ei-los que partem sem partir..., Vasco Lourenço |**106**
***Alves Barbosa**, Continua a pedalar...,* Manuel Rodrigues | **110**
***Tomaz Ferreira**, Todos os dias converso com ele...,* José Luís M. Bacelar Ferreira | **114**
***Diamantino Gertrudes da Silva**,*
Heróis desconhecidos, Carlos Matos Gomes | **116**
Obrigado por seres um amigo perene, António Luís Ferreira do Amaral | **121**
***Victor Martins**, Um abraço ao Companheiro* | **124**
General Loureiro dos Santos
Mestre da estratégia, Rodrigo de Sousa e Castro | **128**
Opção pelo dever e pela excelência, António Ramalho Eanes | **132**
Dinis Sebastião
Homem simples e bom, ***Martins Guerreiro*** | **51**
Em defesa dos valores de Abril, Carlos Matos Gomes | **51**

136 FACTOS COM HISTÓRIA

Abrantes da Silva
O papel insubstituível dos "espontâneos", António Manuel de Jesus Rosado da Luz | **136**
À memória de Mário Abrantes da Silva, José Manuel Graça Dias | **140**

142 BOLETIM

Convites | **142**
Ofertas | **143**

144 JANGO

Segurança e defesa europeia, Pedro de Pezarat Correia | **144**

PEZARAT CORREIA
UM CONSTRUTOR DA DEMOCRACIA

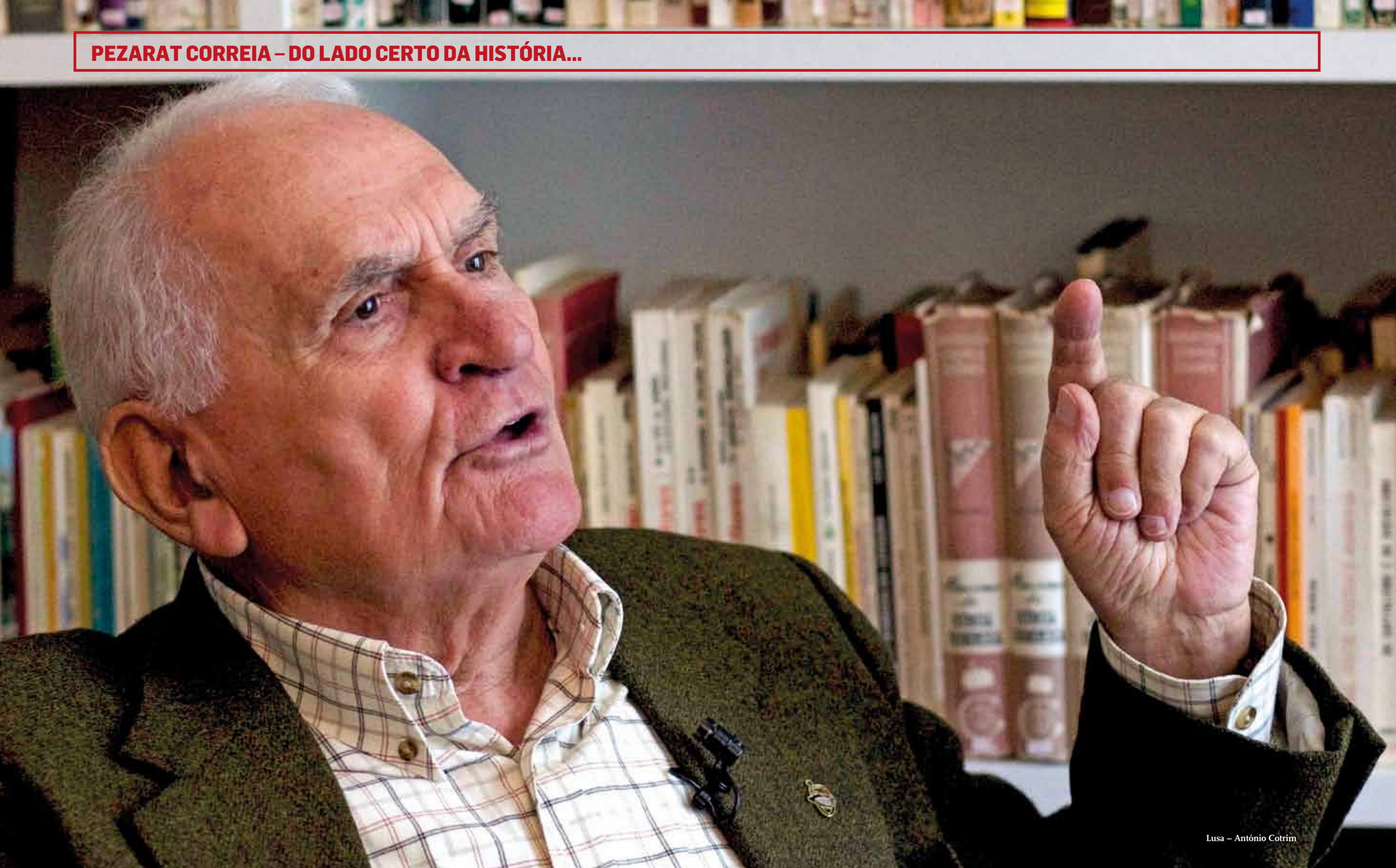
MARTINS GUERREIRO

Neste número temos o grato prazer de destacar o lançamento na A25A da biografia do general Pezarat Correia, que assinalamos com a foto da capa e duas excelentes intervenções de Manuela Cruzeiro e José Manuel Pureza.
Pedro Pezarat Correia, que foi durante 24 anos director de *O Referencial*, afirma-se pelo seu exemplar e coerente percurso de vida profissional, de militar, de académico, de cidadão comprometido, de lutador e construtor da Democracia portuguesa.

Como previsto, continuamos neste número o debate sobre o Serviço Nacional de Saúde, abordando os problemas de gestão e também o sistema de saúde específico dos militares e seus familiares, assinalando as suas falhas e insuficiências.
Inserimos artigos dos médicos João Paias e Cipriano Justo, do general Formeiro Monteiro e do tenente-coronel António Mota-presidente da AOFA, aos quais se junta um testemunho pessoal do general Franco Charais.
O Governo já enviou para a Assembleia da República a sua proposta de nova lei sobre o Serviço Nacional de Saúde. Esperemos que da lei a aprovar na AR resulte um Serviço Nacional de Saúde renovado, que sirva melhor os portugueses e seja facilmente acessível a todos sem distinção de qualquer espécie e independentemente da origem social de cada um, garantindo assim a satisfação com qualidade de um direito essencial, o direito à saúde.
Ocorreu a 10 de Dezembro o 70.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que coincidiu com o 40.º aniversário da adesão de Portugal de Abril à referida Declaração.
O Referencial dá o devido relevo à efeméride e assinala a entrega pelo presidente da A.R. do prémio anual dos Direitos Humanos à Obra Vicentina de Auxílio aos Reclusos. Os nossos parabéns à Obra Vicentina de Apoio aos Reclusos – OVAR e ao seu presidente, Manuel Almeida dos Santos, pelo trabalho que vem desenvolvendo em prol dos Direitos Humanos.
Ainda no âmbito dos direitos humanos-Sérgio Parreira de Campos aborda na forma de conto a situação na Birmânia
Damos também conta da distinção que foi concedida ao Capitão de Abril Carlos Matos Gomes, tendo-lhe sido atribuído o prémio literário Fernando Namora.
Na coluna *Livros* publicamos um artigo de Carlos Matos Gomes sobre o livro de poesia do capitão de Abril Aniceto Afonso, outro exemplo de que os militares de Abril, além de militares competentes, são democratas convictos, humanistas, homens de letras e de ciência, poetas e escritores, publicamos também a apresentação feita por Paulo Sucena do romance de Domingos Lopes – "Entre a vida e a Morte".
Simões Teles dá notícia da sua visita ao Canadá e do convívio com a comunidade portuguesa de Toronto associada no Núcleo Cultural Salgueiro Maia.
No artigo de opinião podemos encontrar um fundamentado artigo do juiz Noronha do Nascimento sobre a atual situação internacional.
Na coluna *Jango*, Pezarat Correia aborda a segurança europeia.
A geração de Abril e dos democratas portugueses que lutaram, sofreram e edificaram o actual regime democrático e as suas instituições está a atingir uma faixa etária em que sucedem com frequência as partidas para a última viagem.
Damos testemunho da partida de seis destacados lutadores pela liberdade e construtores da nossa democracia, cinco dos quais são "Capitães de Abril":

- **Alves Barbosa**, cidadão exemplar, desportista de grande mérito, que soube transmitir aos jovens a nobreza dos valores do desporto, da solidariedade e entreajuda;
- **Tomás Ferreira**, capitão de Abril, militar destacado, corajoso, determinado, uma referência mobilizadora;
- **Diamantino Gertrudes da Silva**, capitão de Abril, ser humano raro, pedagogo de elevada inteligência e sentido do humano, um exemplo de generosidade e solidariedade;
- **Loureiro dos Santos**, major de Abril, espírito brilhante, intelectual de relevo, reformador das Forças Armadas e distinto chefe militar;
- **Martins Jorge**, capitão de Abril, piloto aviador, corajoso e destemido, homem de múltiplas capacidades e competências, gestor e advogado;
- **Dinis Sebastião**, capitão de Abril, militar discreto, profissional competente, elemento indispensável para a consecução de projectos colectivos.

Os seus exemplos de vida, de cidadania e integridade apontam o caminho da dignidade, da solidariedade e da liberdade.
Porque o vosso exemplo perdura, continuamos a contar convosco, companheiros!



Lusa – António Cotrim

PEZARAT CORREIA
"DO LADO CERTO DA HISTÓRIA..."

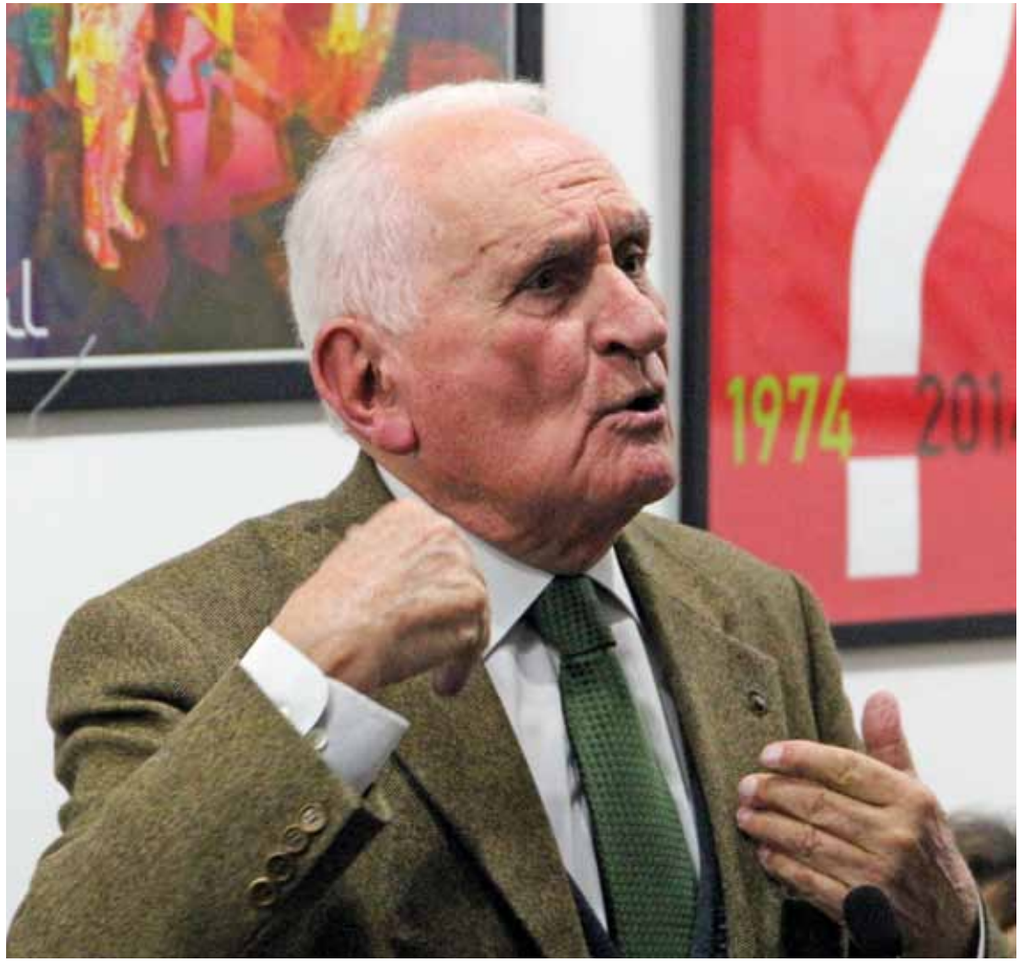
Pedro Pezarat Correia, protagonista da Revolução de Abril e do processo de descolonização. A sua visão, a sua memória dos acontecimentos, a sua ação, a sua vida, revelam-se agora narrados em livro resultante de uma entrevista a Maria Manuela Cruzeiro. A obra publicada pela Âncora Editora foi apresentada na Associação 25 de Abril a 12 de Dezembro. Na presença de vários capitães de Abril.

DO LADO CERTO DA HISTÓRIA é o título da mais recente viagem de Pedro Pezarat Correia (PPC) aos tempos de Abril de 1974 – o seu sonho e o seu real, de causas e consequências, no antes e no depois. Palavras sem medo ditadas por alguém sem medo das palavras. A sua visão dos acontecimentos, a sua memória, a sua acção, revelam-se numa entrevista a Maria Manuela Cruzeiro publicada em livro pela Âncora Editora. A apresentação da obra decorreu a 12 de Dezembro na sede da Associação 25 de Abril (A25A).

Com a sala repleta de militares da madrugada de 74, como Otelo Saraiva de Carvalho, e de outros rostos da consolidação da democracia, como o professor, escritor, ensaísta, Eduardo Lourenço, as boas-vindas foram de Vasco Lourenço. O presidente da Direcção da A25A começou por salientar, precisamente, o alcance simbólico de a obra ser lançada naquele espaço, entre aquelas pessoas, dirigindo uma saudação especial ao autor do livro "Labirinto da Saudade".

"Foi o melhor General da geração dele", disse Vasco Lourenço, referindo-se ao Amigo Pedro Pezarat Correia. Elogio logo envolto em lamento, dada a forma como o Exército recusou a sua promoção a general e o deixou ir das suas fileiras. Saiu com os galardões de Brigadeiro (Major-General). "Escrevi a Salazar Braga (então Chefe do Estado Maior do Exército) a comunicar-lhea minha incompreensão com o que estavam a fazer". Deixá-lo ir embora significava uma "perda para o Exército e para o País", lamentou o presidente da A25A, recorrendo, com humor, ao trocadilho com nome de Salazar, o do Exército, com o outro homónimo – "o maldito".

Pezarat Correia foi o primeiro presidente da Mesa da Assembleia-Geral da A25A e foi também director da revista *O Referencial*, cargo que exerceu durante 24 anos. Factos invocados por Vasco Lourenço para frisar que aquela era "a casa do Pedro", sublinhando o simbolismo de tudo o que ali estava a acontecer.



A25A

Reconhecendo-se "suspeito" no uso das palavras dirigidas ao Amigo, Vasco Lourenço enalteceu depois todo o trabalho de Maria Manuela Cruzeiro, a entrevistadora que deu origem ao livro "Do lado certo da história". Trabalho "talentoso e valioso a que já nos habituou", disse.

A saudação estendeu-se aos restantes elementos da mesa que ladeavam Pezarat Correia, nomeadamente: Natércia Coimbra, do Centro de Documentação 25 Abril, da Universidade de Coimbra; António Batista Lopes, da Âncora Editora, e José Manuel Pureza, deputado e professor na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. "Tenho orgulho em ter estado do lado em que esteve o Pedro", salientou Vasco Lourenço a terminar a sua saudação de boas-vindas.

PARCERIA FELIZ

A parceria entre o *Centro de Documentação 25 Abril* e a Âncora Editora foi saudada por António Batista Lopes. Uma colaboração mútua que tem feito surgir várias obras relacionadas com o 25 de Abril, entre as quais este livro de Pezarat Correia. "Do lado certo da História" está orientado por perguntas de Maria Manuela Cruzeiro, investigadora do Centro de Estudos *Sociais* da Universidade de Coimbra. O seu mérito académico e científico é por de mais reconhecido pelos estudiosos dedicados à divulgação e promoção da história e dos ideais de Abril. É também especialista na obra de Eduardo Lourenço, embora se tenha destacado pelo seu trabalho na área da História Oral através da recolha, tratamento e publicação de testemunhos directos dos protagonistas da Revolução de Abril. Trabalho este realizado no Centro de Documentação 25 de Abril entre 1987 e 2009.

Natércia Coimbra lembrou, por sua vez, que o Centro de Documentação, criado em 1984, tem como missão, precisamente, preservar a memória do 25 de Abril. E salientou que já são muitas as entrevistas guardadas no seu espólio documental, muitas delas gravadas ainda em cassetes *VHS* com a orientação de Maria Manuela Cruzeiro. "É uma oportunidade de os estudantes trabalharem com cassetes *VHS*, consideradas já peças de museu", ironizou. Conforme explicou, o Centro está apetrechado com outros documentos que permitem investigar não só os acontecimentos da época, mas também o período de resistência ao Estado Novo. "Temos imensas fontes, nomeadamente as muitas entrevistas aos protagonistas de Abril realizadas por Maria Manuela Cruzeiro ao longo dos anos", informou Natércia Coimbra.

Maria Manuela Cruzeiro iniciou a sua intervenção saudando os presentes, dizendo-os "os rostos que aprendemos a admirar e a respeitar, protagonistas de Abril". "São os nossos heróis", frisou. Quanto ao livro: "Ficou-me o enorme prazer e proveito de ter ouvido Pedro Pezarat Correia. E também a convicção de o ter sabido ouvir. De ter sabido respeitar e revelar a sua própria voz", disse (*ver ao lado texto da investigadora*).

"FOI O MELHOR GENERAL DA GERAÇÃO DELE", DISSE VASCO LOURENÇO, REFERINDO-SE AO AMIGO PEDRO PEZARAT CORREIA. ELOGIO LOGO ENVOLTO EM LAMENTO, DADA A FORMA COMO O EXÉRCITO RECUSOU A SUA PROMOÇÃO A GENERAL E O DEIXOU IR DAS SUAS FILEIRAS

DOUTOR EM ECONOMIA

A apresentação da obra "Do lado certo da história" esteve a cargo de José Manuel Pureza, deputado do Bloco de Esquerda e professor na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Além de conhecer o autor, o director do curso de Relações Internacionais foi quem orientou a tese de doutoramento apresentada por Pezarat Correia naquela mesma Faculdade, a 19 de julho de 2017. Intitulada *Descolonização: do protonacionalismo ao pós-colonialismo*, são seiscentas páginas que poderiam perfeitamente ser juntas ao livro ali apresentado, como complemento a tudo o que Pezarat Correia disse sobre a descolonização de Angola – um processo que acompanhou de perto e ao qual dedicou uma vasta bibliografia e uma obra essencial. E é desse capítulo fulcral da história do País que trata a tese de PPC, militar que cumpriu seis comissões durante a Guerra Colonial. Nas conclusões, uma frase lapidar: "Sem o 25 de Abril Portugal teria falhado o seu encontro com a descolonização, e sem a descolonização teria falhado o seu encontro com a liberdade."

Mas, o livro gerado da entrevista conduzida por Maria Manuela Cruzeiro, explicou José Manuel Pureza, trás à tona pormenores que permitem a sua leitura quer por historiadores, que estudam, quer por cidadãos que olham para aquele período da história e o consideram riquíssimo. O resultado final, afirmou o deputado, "revela-nos Pedro Pezarat Correia como um intérprete privilegiado do que de mais importante teve o 25 de Abril e de como se processou esse caminho". Uma obra que também resulta da arte de saber

"EU QUERIA AFIRMAR-ME COMO MILITAR CAPAZ PARA QUE NO MOMENTO OPORTUNO O QUE EU FIZESSE NÃO FOSSE POR COBARDIA, NEM POR INCOMPETÊNCIA NEM POR OUTROS ANÁTEMAS. QUERIA ESTAR CONTRA O REGIME PELA POSITIVA E NÃO PELA NEGATIVA..."

perguntar, pois trata-se de uma entrevista. E, neste capítulo, José Manuel Pureza atribuiu louros a Maria Manuela Cruzeiro. "Cada pergunta abre uma nova frente de trabalho", disse, frisando serem as respostas também verdadeiras torrentes de novidades e, como tal, tem a obra o condão de abrir novas pistas de trabalho para os investigadores. Trata-se, pois, de um livro que "permite conhecer melhor a história contemporânea, desde o período de resistência ao Estado Novo, o 25 Abril, a descolonização e todo o processo posterior", explicou. E, neste sentido, considerou ser importante valorizar o projeto História Oral, conduzido por Maria Manuela Cruzeiro, que logrou reunir um valioso acervo relacionado com a conquista da Liberdade.

INUNDADO DE MIMOS

Quanto ao sujeito, José Manuel Pureza começou por salientar que PPC naquele fim de tarde já estava por de mais "inundado de mimos" e que, por seu lado, não estaria disposto a contribuir para o crescer dessa "inundação". Mas, depois, lá acabou por admitir que também lhe caberia dar alguns mimos, porque "eram justos". E reconhecer, desde logo, que já em criança o via como um herói. Desde que integrava o Conselho da Revolução. Depois, mais tarde, percebendo que deixara o Exército de modo pouco condizente com o seu percurso de vida, e que a forma como o deixaram sair não servia a Pátria tal como ele a serviu, logo vislumbrou a oportunidade de a Universidade receber no seu seio alguém com a história da inteligência e a inteligência da história e, no caso, quem ficaria a ganhar seria mesmo a Academia. E, assim, surgiu, de si, o convite dirigido a PPC para ajudar a criar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra o curso de Relações Internacionais.

A25A

Convite aceite e a entrega foi total, até à conclusão de uma tese de doutoramento. Tinha 85 anos quando Pedro Pezarat Correia recebeu o diploma maior da Universidade de Coimbra. O "Doutor" de Abril foi sempre um rebelde. Diferente. Até no nome. Todos os seus irmãos têm ao apelido de Pezerat. Ele quis ser Pezarat. "De tão rebelde que é até conseguiu ser diferente no nome".

"Formou-se, pois, para ser um competente rebelde", sublinhou José Manuel Pureza. E explicou: "Um rebelde competente porque demonstrou sempre uma sólida formação cívica, ética e cultural". E tudo fez "para que a sua rebeldia fosse credível". É precisamente desse processo de ma-

A25A

turação de um rebelde competente que, num primeiro momento, o livro mais destaca,

Um segundo momento, segundo José Manuel Pureza, é de todo interesse para os historiadores e demais pessoas que se dedicam ao estudo da História Contemporânea: trata-se do período da Guerra Colonial. "É uma parte muito rica, muito meticulosa, sobre diversas operações militares e sobre a dimensão do aparelho militar presente no terreno", explicou.

Mas, o que mais sobressai, adiantou, é a constatação por parte de Pezarat Correia da grande contradição da ditadura no que diz respeito à sua dimensão colonial. E citando-o, disse: "A ditadura teve de se lançar na guerra para sobreviver, e ao fim de 13 anos tinha de sobreviver para continuar a guerra".

PPC surge no livro a fazer também uma espécie de autoanálise, empurrado pelas perguntas sábias de Maria Manuela Cruzeiro. Afinal, estando profundamente envolvido na sua missão em Angola, Moçambique, Guiné, participando de uma forma rigorosa e exigente, sem transigências, era, ao mesmo tempo, um militar que contestava, assumidamente, quer o Estado Novo quer a sua dimensão colonial. Para José Manuel Pureza, esta é uma das partes mais interessantes da obra.

E para despertar ainda mais o interesse, citou PPC: "Eu pensava que era importante que os militares democratas se afirmassem como militares competentes, isto é, para que os militares pudessem vir a desempenhar esse papel no derrube do regime era preciso que tivessem credibilidade como militares". E prolongando a citação, acrescentou: "Eu queria afirmar-me como militar capaz para que no momento oportuno o que eu fizesse não fosse por cobardia, nem por incompetência nem por outros anátemas. Queria estar contra o regime pela positiva e não pela negativa..."

Explicou José Manuel Pureza que sem nunca abdicar de contestar a ditadura, o fascismo, o ser competente, na ótica de PPC, passava por cuidar prioritariamente dos homens por si comandados e ser competente no desempenho das suas funções, mesmo sendo contra a justeza da Guerra Colonial. "Era um rebelde que quer ser o mais competente possível para que a sua rebeldia tenha crédito".

Competência reconhecida até em momentos mais caricatos. A propósito, contou um episódio em que, num contexto de uma emboscada fracassada, na Guiné, se confrontou com o general António Spínola que, a certa altura, diz para um outro militar, referindo-se a Pedro Pezarat Correia. "O gajo de burro não tem nada". Ironizou José Manuel Pureza: "Havia de haver um dia em que teria de estar de acordo o general Spínola..."

O terceiro momento do livro é o envolvimento destemido, sem qualquer travão, no Movimento dos Capitães e depois no 25 Abril, integrado no Movimento das Forças Armadas. Terá sido o culminar de um processo para o qual terá contribuído muito o Congresso dos Combatentes, a formação e a consolidação do MFA em Angola, a eclosão do 25 de Abril, e depois o início do processo de descolonização. A este terceiro momento, lembrou o deputado, poder-se-ia juntar as seiscentas páginas da sua tese de doutoramento. "Seria um segundo volume deste livro".

O quarto momento abrange o período em que Pedro Pezarat Correia assume responsabilidades como membro do Conselho da Revolução e como comandante da Região Militar Sul. É uma parte muito importante, explicou, porque contém uma perspetiva da história sobre a transformação social ocorrida no Sul do País no processo que normalmente chamamos de Período Revolucionário. "É uma fase do livro em que se nota a tensão brutal em que Pezarat Correia esteve envolvido e como soube sempre assumir uma posição vertical naquele contexto", disse, citando novamente PPC: "A minha missão era fazer com que as Forças Armadas contribuíssem para que a legitimidade revolucionária em curso se integrasse na legalidade democrática". "É a chamada quadratura do círculo", sublinhou José Manuel Pureza.

O livro termina com uma tragédia. Este percurso imenso de alguém que tem tanta importância na formação e consolidação da democracia portuguesa, afinal, termina com o não reconhecimento por parte de quem dirigia a instituição militar do valor da pessoa para ser general do Exército Português. "Essa não promoção é uma espécie de episódio-tragédia que é acrescentado a uma vida tão rica como é a de PPC", disse o orador, frisando: "Acho absolutamente extraordinário que uma instituição que é tão contraditória como é uma universidade tenha sido a instituição que promoveu Pezarat Correia a 'general'..."

Segundo José Manuel Pureza, o Centro de Documentação 25 de Abril e a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra souberam ver em Pedro Pezarat Correia o mais importante dele:

"um rebelde competente, um homem vertical, guiado pelo amor à liberdade." Em seu entender, "é essa coisa extraordinária que se celebra na vida de PPC: "alguém que é um militar, que vive da forma mais assumida e mais custosa a sua condição de militar, e, ao mesmo tempo, se mostre um apaixonado pela emancipação das pessoas." Isso tem um nome, sublinhou: "chama-se 25 de Abril".

AGRADECIMENTO

Terminada a apresentação do livro, coube ao próprio Pezarat Correia encerrar aquela sessão participada por vários capitães de Abril. O General começou por se dirigir a Maria Manuela Cruzeiro, destacando a importância do Centro de Documentação 25 Abril que nasceu para ser o lugar da história da Revolução.

"Aqui estão as minhas respostas, mas o importante para as minhas respostas são as provocações das perguntas que a Manuela faz. Este livro não é um livro de autor, é um livro da Manuela para o qual eu dei a matéria-prima que é a minha vida. Quem a trabalhou foi ela".

No seguimento, confessou que se sentia "em casa, rodeado de amigos", congratulando-se com a presença do professor Eduardo Lourenço. "Quando o vi chegar fiquei sensibilizado. Ele é uma referencia cultural, cívica". E dirigindo ao professor, disse-lhe; "Peço que perdoe este desabafo, mas é um consolo tê-lo aqui..."

A intervenção de Pezarat Correia foi sobretudo de agradecimento, também às novas gerações que, apesar do mundo conturbado, ainda se empenham em prolongar o sentido de Abril. E a todos os presentes a quem confessou o seu sentido de ter chegado até ali: "O que eu queria era continuar a partilhar convosco os objetivos que nos unem".

"FICOU-ME O ENORME PRAZER E PROVEITO DE TER OUVIDO PEDRO PEZARAT CORREIA. E TAMBÉM A CONVICÇÃO DE O TER SABIDO OUVIR. DE TER SABIDO RESPEITAR E REVELAR A SUA P RÓPRIA VOZ", DISSE MARIA MANUELA CRUZEIRO

Não deixou, no entanto, de recordar o momento em que recebeu o telefonema de José Manuel Pureza, que não conhecia pessoalmente, a dizer-lhe que gostaria de o convidar para participar num projeto de criação da licenciatura em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. "E assim nasceu uma amizade cúmplice", confessou. Uma amizade, adiantou, que "veio contribuir na parte final da minha vida para um enriquecimento cultural que confesso já não estar à espera. Fundar a cadeira, fazer o programa... e a maneira como entrei no grupo foi apaixonante", contou PPC.

A terminar, olhando para todos os companheiros que com ele fizeram o 25 de Abril, uma promessa: "Só quero prometer-vos, para o resto da vida, que vou continuar a partilhar convosco aquilo que puder dar..."

PERCURSO DE VIDA

Direitos Reservados

PEDRO DE PEZARAT CORREIA nasceu no Porto, em 1932.

Completou o curso liceal no Colégio Militar e, em 1954, terminou a licenciatura em Ciências Militares na Escola do Exército. Em 2017, alcançou o grau académico de doutor pela Universidade Coimbra com distinção e louvor por unanimidade.

Major-general reformado, integrou seis comissões na guerra colonial (Índia, Moçambique, Angola e Guiné).

Participante no movimento militar que desencadeou o 25 de Abril de 1974, integrou o Conselho da Revolução e, nessa qualidade, comandou a Região Militar do Sul.

Na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, fundou e leccionou a cadeira de Geopolítica e Geoestratégia.

Conferencista no Instituto de Defesa Nacional, Universidade Autónoma de Lisboa e outros institutos superiores militares e civis.

É autor de várias obras: *Centuriões ou Pretorianos; Descolonização de Angola – A Jóia da Coroa do Império Português*; *Questionar Abril...*; *Angola – do Alvor a Lusaka*; *Manuel de Geopolítica e Geoestratégia*; *Guerra e Sociedade*; *...da Descolonização – do Protonacionalismo ao pós-colonialismo*; e co-autor em muitas dezenas de livros e trabalhos sobre geopolítica e geoestratégia, estratégia e conflitos, 25 de Abril, Guerra Colonial e descolonização.

A25A

NADA EXISTE ATÉ SER CONTADO

Maria Manuela Cruzeiro, a entrevistadora, agradeceu a Pezarat Correia a frontalidade e desassombro com que conta a sua verdade, indiferente quer às hipotéticas críticas, quer aos cálculos de glória fácil ou de aplausos efémeros. Transcrevemos, na íntegra, a sua intervenção na apresentação do livro "Do lado certo da história"

MARIA MANUELA CRUZEIRO

SAÚDO, EM PRIMEIRO, LUGAR todos os presentes, onde vejo tantos dos rostos que aprendemos a admirar e a respeitar, protagonistas de Abril – afinal, os nossos heróis... – cuja presença é para nós uma honra, um privilégio e, sobretudo, uma imensa alegria.

Saúdo, também, a Associação 25 de Abril, a sua, Senhor General, a nossa Associação, lugar natural de encontro de todos quantos se revêem em Abril e por ele continuam a achar que vale a pena lutar.

E agradeço:

À Editora Âncora, pela renovação de uma parceria já antiga, só possível pelo entusiasmo e dedicação com que sempre acolhe qualquer projecto sobre a memória e os valores de Abril.

E, claro, um agradecimento mais longo e circunstanciado: ao General Pedro Pezarat Correia, afinal objecto e sujeito deste livro, e razão primeira da sua existência. Antes de mais, por ter confiado em mim para com ele escrever a quatro mãos, se não a sua vida inteira, certamente grande parte dela e, quase de certeza, a mais importante.

Para lá do resultado final, ficou-me o enorme prazer e proveito de ter ouvido Pedro Pezarat Correia. E também a convicção de o ter sabido ouvir. De ter sabido respeitar e revelar a sua própria voz.

Mas, muito mais tenho (melhor, temos) a agradecer-lhe Senhor General: a começar pela corajosa decisão de dar a público este impressionante depoimento. Impressionante e único. A vários títulos.

É ASSIM QUE PEDRO PEZARAT CORREIA NOS SURGE A PARTIR DO TANTO QUE NOS CONTA DE SI E DOS OUTROS. RETRATO A CORPO INTEIRO, SEM RETOQUES PARA AS CÂMARAS, AS VÁRIAS CÂMARAS DE ONTEM E DE HOJE. COMO ALGUÉM QUE SEMPRE ENCAROU A VIDA COMO O SUPREMO DESAFIO À NOSSA IMPOSSIBILIDADE DE EXISTIR SEM ESCOLHER

Pela frontalidade e desassombro com que conta a sua verdade, indiferente quer às hipotéticas críticas, quer aos cálculos de glória fácil ou de aplausos efémeros.

Pelo vasto e rico manancial de informação factual (muita dela total ou parcialmente inédita) que, surpreendentemente, não exclui a vibração humana e emocional com que os factos foram vividos. Ele e a sua circunstância... como gosta de lembrar.

Pela sua rara capacidade de memória, que nos restitui com uma nitidez quase fotográfica ambientes, episódios, personagens, sensações, emoções...

E faz sentido, agradecer-lhe essa sua memória excepcional, porque mais do que um dom natural, ela é uma reserva afectiva e ética cultivada por um forte sentido de coerência. De compromisso com

um passado que se projecta e se prolonga no seu presente, tal o orgulho com que o olha ao longo de todos estes anos, e a persistência com que o defende, o estuda e o divulga.
Não porque seja só o seu passado. Ou porque esse passado seja só seu. Mas porque ele está ligado para sempre, faz parte integrante do passado de um colectivo que é mais, muito mais, do que a soma das suas partes, mesmo das melhores das suas partes: o colectivo dos heróicos militares de Abril, responsáveis por um dos momentos de maior orgulho colectivo da nossa história.
Tudo isto lhe agradecemos todos: estudiosos de hoje e de amanhã, camaradas e amigos, cidadãos comprometidos com a história deste país, leitores em geral, que percebam a importância da memória e das suas várias e permanentes frentes de combate.

O PROFESSOR

Nada existe até ser contado! Escreveu Virgínia Woolf.
E Lídia Jorge acrescentou: "Se ninguém fotografou nem escreveu o que aconteceu durante a noite, acabou com a madrugada. Não chegou a existir."
Pedro Pezarat Correia sentiu como poucos, e desde muito cedo, a importância e a responsabilidade de escrever o que aconteceu durante a noite. Com a sua insaciável curiosidade e gosto pela reflexão e pelo debate, juntou à qualidade de protagonista, a de analista exigente e rigoroso dos acontecimentos vividos e narrados. Recordo apenas que, quando da gravação destas nossas conversas, ele era já autor de consulta obrigatória, antes de mais

COM A SUA INSACIÁVEL CURIOSIDADE E GOSTO PELA REFLEXÃO E PELO DEBATE, JUNTOU À QUALIDADE DE PROTAGONISTA, A DE ANALISTA EXIGENTE E RIGOROSO DOS ACONTECIMENTOS VIVIDOS E NARRADOS

para o grande tema que há muito o apaixona – a descolonização –, ao qual tinha dedicado vasta bibliografia e uma obra essencial, *A Descolonização de Angola-Jóia da Coroa do Império Português* –, mas também para o tema mais vasto e igualmente apaixonante da revolução, sobre a qual, o seu olhar em *Questionar Abril* é ainda hoje dos mais originais e desafiantes.
E nunca mais parou... Construindo uma carreira científica tão sólida e original, que a universidade a não pode ignorar. É assim que, depois de uma carreira militar brilhante (que nem por isso deixou de refletir a trágica verdade de que a revolução devora sempre os seus filhos...) foi professor universitário, com um "desempenho de invulgar qualidade" nas palavras de José Manuel Pureza; e como nunca foi de virar a cara às dificuldades, nem de deixar as coisas por metade, encerrou mais essa experiência apresentando-se a provas de doutoramento com a tese *Da Descolonização... do protonacionalismo ao pós-colonialismo*, unanimemente considerada obra de referência para todos os estudiosos.

A25A

OUTRO LUGAR

Posto isto, poder-se-á perguntar o que acrescenta este novo livro à vasta e rica bibliografia de Pedro Pezarat Correia? O que o distingue, afinal, de tantos outros em que nos tem dado a conhecer e ajudado a interpretar a nossa complexa realidade pós-25 de Abril?
Uma diferença essencial: a voz que escutamos aqui fala-nos de um outro lugar e de um outro tempo. O tempo e o lugar da sua própria memória. Não é a voz autoral de Pedro Pezarat Correia, tradução do seu pensamento sobre temas tão diversos como geopolítica e geoestratégia, relações internacionais, sobre a paz e a guerra, a colonização e a descolonização. É antes a sua voz pessoal, espécie de corrente subterrânea de reestruturação de um perfil, de uma identidade, de uma vida. Uma vida *consentida*, e *com sentido*.
É assim que Pedro Pezarat Correia nos surge a partir do tanto que nos conta de si e dos outros. Retrato a corpo inteiro, sem retoques para as câmaras, as várias câmaras de ontem e de hoje. Como alguém que sempre encarou a vida como o supremo desafio à nossa impossibilidade de existir sem escolher. Escolheu sempre o "lado certo da história". No 25 de Abril de 1974, mas também muito antes e muito depois. Teve a felicidade de participar nesse momento excepcional, mas mereceu-o como poucos. Teve a persistência, a lucidez e o idealismo de o preparar e de o sonhar longamente. Mas teve também a rara capacidade de gerir esse património pela vida fora, afrontando a banalidade do presente

com a exemplar coerência com que vem lutando em várias frentes pela memória daqueles dias fundadores. Esta entrevista é disso prova eloquente. Por ela verificamos que a entrega total de Pedro Pezarat Correia aos ideais de Abril, sem outra ambição que não fosse a de estar à altura do papel que a história lhe reservou, é tudo menos um feliz acaso.

Vem de um passado longo, habitado por muitas vozes (algumas até familiares) e projecta-se num futuro que tem apenas o limite da própria vida.

DO LADO CERTO

Daí que na sua voz muitas outras vozes se cruzem, vozes que ao longo do tempo o inspiraram e ajudaram nas escolhas do lado certo, que é também, quase sempre, o mais difícil: o lado da coragem, da coerência, da insubmissão e da dignidade. Como por exemplo a voz do herói da sua juventude, Jacques Thibaut, e do seu vibrante manifesto pacifista, nas vésperas do eclodir da já longínqua 1.ª Guerra Mundial, mas a que o evoluir da história confere ainda uma actualidade exemplar:

"Não digais que é demasiado tarde, que nada tendes a fazer, senão resignar-vos à escravidão e à morte! Seria uma covardia! E seria falso! É chegado o momento, pelo contrário, de sacudir o jugo! Essa liberdade, essa segurança, essa alegria de viver, toda essa felicidade que vos arrebatam, só depende de vós reconquistá-las. Despertai enquanto ainda é tempo!"

De muitas vozes se faz a nossa voz. De muitos gestos, o nosso gesto. De muitos sonhos, o nosso sonho.

E como nos diz Eduardo Lourenço: "sonhar a sério significa não ser o único sonhador".

Com este livro ficamos a conhecer melhor Pedro Pezarat Correia, e mais perto de avaliar o quanto lhe devemos – e ao colectivo que orgulhosamente integra, Militares de Abril –por ter sabido sonhar a sério os sonhos de liberdade e democracia de todo um povo.

IGUALDADE DE DIREITOS E DEVERES

A Associação 25 de Abril esteve envolvida nas comemorações do 70.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinalando também o 40.º aniversário da adesão de Portugal. Entre várias iniciativas, através do seu núcleo de Oeiras e Cascais, em parceria com a Rede de Cidadania de Oeiras (RCO), promoveu uma conferência-debate sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A sessão solene decorreu a 8 de Dezembro, no espaço da Assembleia Municipal de Oeiras. No dia do 70º aniversário, 10 de Dezembro, em parceria com a Liga Portuguesa dos Direitos Humanos Civitas, a A25A patrocinou uma notável sessão comemorativa no Museu da Fundação Oriente. Apresentamos aqui a reflexão do nosso diretor.

Direitos Reservados

Direitos Reservados

MARTINS GUERREIRO

A BARBÁRIE E OS HORRORES da II Guerra Mundial despertaram nos povos e seus dirigentes um clamor de "nunca mais", que conduziu a um movimento de internacionalização e universalização dos Direitos Humanos, envolvendo pela primeira vez na História todos os povos.
Completaram-se a 10 de Dezembro 70 anos sobre a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos na Assembleia Geral das Nações Unidas; quarenta e oito países votaram a favor e oito abstiveram-se, com declarações de voto: África do Sul, Arábia Saudita, Polónia, Ucrânia, Rússia, Bielorrússia, Checoslováquia e Hungria.
Nessa data Portugal não fazia parte da Organização das Nações Unidas; não integrava a instituição que se propunha resolver por meios pacíficos os problemas que surgissem entre os diferentes Estados. Vivia-se em ditadura, à margem das organizações e países democráticos. Só em 1978, depois do 25 de Abril e da aprovação da Constituição de 1976, o nosso país formalizou o processo de adesão à Declaração Universal dos Direitos Humanos.
Os direitos, princípios e valores da Declaração tinham já sido integrados na Constituição Portuguesa de 1976, que em certos aspectos foi até mais longe, como é o caso do direito ao ambiente e qualidade de vida – artigo 66.º da CRP.
A aspiração à justiça e equidade vem de eras muito recuadas da História; o cilindro de Ciro, de 539 A.C., é considerado o primeiro documento escrito sobre direitos humanos e direitos dos povos.
O conceito de direitos humanos tem raízes profundas no pensamento humano, filosófico e religioso. A Declaração Universal inspirou-se nas declarações do cidadão e do indivíduo que se fundam em princípios universais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.
A Declaração Universal aprovada na ONU em 1948 vai mais longe que as declarações do fim do século XVIII, combatendo todas as discriminações entre os membros da família humana e proclamando que a igualdade de direitos e deveres é para todos.
O reconhecimento da dignidade humana é inerente ao ser humano e dos seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.
A Declaração é o primeiro texto fonte de Direito Internacional que consagra a indivisibilidade, independência e ausência de hierarquia entre os direitos humanos. Privar alguém de um direito humano é pôr em perigo todos os outros direitos.
A declaração não tem força vinculativa; os direitos humanos adquiriram carácter obrigatório com a aprovação em 1966 e a ratificação em 1976 pela ONU do Pacto Internacional dos Direitos sobre direitos civis e políticos e do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

OS CIDADÃOS DE TODO O MUNDO NÃO DEVEM DEPOSITAR AS SUAS ESPERANÇAS APENAS NOS ESTADOS E NOS GOVERNOS DOS SEUS PAÍSES, AINDA QUE DEMOCRÁTICOS, OU NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E NOS PODERES FINANCEIROS, ECONÓMICOS, MILITARES E COMUNICACIONAIS QUE OS CONDICIONAM E LIMITAM

O processo de internacionalização e universalização corporizado na aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU está longe de ser concluído.
O edifício do Direito Internacional vai sendo construído em função dos avanços da consciência dos indivíduos e da sociedade e da relação de forças dos poderes nacionais, dos poderes transnacionais e dos poderes globais.
A universalidade foi alcançada com a aprovação da Declaração de Viena por 171 países em 1993.

CENSURA INTERNACIONAL

A violação dos direitos humanos deixou de ser uma questão interna de cada país e o poder do Estado passou a estar limitado e sujeito ao direito e censura internacionais.

Direitos Reservados

DEPENDE DE CADA UM DE NÓS, E DOS DIFERENTES CONJUNTOS EM QUE A SOCIEDADE SE ARTICULA, A CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE FORMAS DE VIDA, SISTEMAS DE PRODUÇÃO, INSTITUIÇÕES E ESTADOS DEMOCRÁTICOS QUE RESPEITEM OS DIREITOS E A VIDA HUMANOS, A NATUREZA E O PLANETA.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, as sucessivas cartas regionais, pactos e convenções representam o início de um enorme progresso na história da Humanidade no que se refere ao reconhecimento da dignidade e direitos humanos. Isso não significa, contudo, que o edifício do direito internacional e, sobretudo a prática dos diferentes poderes, tenham integrado e aceitem na íntegra os princípios e os direitos da Declaração Universal.

O progresso científico e tecnológico conquistado pela humanidade e o desenvolvimento das forças produtivas permitem hoje, assim o queiram os poderes actuais, resolver os problemas da fome e da miséria, reduzir drasticamente a mortalidade infantil e erradicar doenças como a tuberculose.

A utopia da Declaração Universal dos Direitos Humanos pode transformar-se numa realidade, cujo processo de consolidação depende da tomada de consciência e da educação dos cidadãos de todo o mundo. Existem capacidades e recursos suficientes para que todos possam ter uma vida digna.

Ainda estamos longe do respeito integral dos direitos humanos em todo o mundo. Não só existem muitas situações de falta de liberdade e de condições mínimas de vida, como se aprofundam as desigualdades, crescem os autoritarismos de cariz fascista e acentuam-se movimentos de rejeição do outro e de nacionalismo excludente.

A luta pelos direitos e dignidade humanos, pela democracia, não é fácil nem simples. Nada está definitivamente adquirido e os riscos e ameaças são enormes, vindos das forças que orientam e dominam em parte o sistema global, do soberanismo radical do "primeiro nós" (que por vezes significa "só para nós"), do nacionalismo identitário agressivo, do relativismo cultural e da tentativa de ignorar ou procurar compartimentar os diferentes direitos humanos.

Os cidadãos de todo o mundo não devem depositar as suas esperanças apenas nos Estados e nos Governos dos seus países, ainda que democráticos, ou nas organizações internacionais e nos poderes financeiros, económicos, militares e comunicacionais que os condicionam e limitam.

Impõe-se que as pessoas exerçam os seus direitos e assumam os seus deveres e obrigações de seres humanos dignos e responsáveis. Impõe-se que elevem a sua consciência individual e coletiva a um patamar superior, de modo que os poderes nacionais, internacionais e globais se capacitem de que têm de respeitar a dignidade e os direitos de cada cidadão.

O processo não é linear. O mundo é demasiado complexo, as variáveis e forças em jogo são de múltipla natureza e os níveis de responsabilidade e capacidade dos muitos actores são bem diferentes. Haverá avanços e recuos, mas estou convicto de que a resultante será positiva.

DIREITO À VIDA

Significa isto que os avanços no sentido do respeito pelos direitos humanos serão contínuos? Não nos iludamos: as violações e os horrores

provocados pelo ser humano aos seus iguais, à natureza e ao planeta vão continuar.
Não é por termos há muitos anos uma lei que criminaliza pesadamente o assassínio que deixou de haver assassinos.
O direito à vida é o primeiro direito humano. No entanto ainda existem muitos países onde a pena de morte é legal e a tortura é aceite. Estas medidas bárbaras ainda fazem parte do direito interno de alguns países, e não só nos países integristas e de regimes autoritários ou ditatoriais, mas também em países de democracias liberais. Felizmente, no que se refere à pana de morte, Portugal foi exemplar.
Sabemos que o progresso da consciência das pessoas e dos povos não acompanha a aceleração do progresso técnico e científico. Sabemos que a manipulação das emoções e dos sentimentos pode levar os seres humanos a cometerem os maiores crimes e horrores. Sabemos que essa faceta está inscrita na nossa natureza e que por vezes os diferentes poderes a procuram utilizar, servindo-se da ignorância das pessoas, da sua insegurança e do medo face ao desconhecido ou ao outro, para desencadearem as forças do ódio e da violência.
Também sabemos que o ser humano, sendo capaz do pior, é também capaz do melhor para ajudar e salvar os seus irmãos, amigos ou concidadãos. Entre estes dois extremos existe uma ampla variedade de situações.
Depende de cada um de nós, e dos diferentes conjuntos em que a sociedade se articula, a criação e organização de formas de vida, sistemas de produção, Instituições e Estados democráticos que respeitem os direitos e a vida humanos, a natureza e o planeta.

Direitos Reservados

A nossa sobrevivência como espécie e a continuidade do planeta passam por uma lógica de cooperação e colaboração, pela afirmação da faceta luminosa dos seres humanos e não pela competição a todo o custo, pelo consumismo desbragado, pelo desperdício inaceitável e pelo crescimento sem limite, insustentável e destruidor do planeta e da vida.
Vivemos uma época de riscos e ameaças enormes. São muitas as dificuldades com que nos confrontamos, mas o ser humano tem em si capacidades de inteligência emocional e racional que o podem conduzir pelo caminho do respeito pelos outros seres, pelo planeta e pelos direitos humanos.
Confio que a nossa inteligência, sensibilidade, conhecimento e valores éticos serão capazes de fortalecer as forças do progresso, orientar a insatisfação de muitos devida à corrupção material e moral, à fome e pobreza, aos horrores da humanidade e aos poderes não democráticos, no sentido da aceitação do outro e do reconhecimento do seu direito à vida e à dignidade.

SAIBAMOS CONSTRUIR SISTEMAS POLÍTICOS E ECONÓMICOS DEMOCRÁTICOS QUE RESPEITEM AS DIFERENÇAS ENTRE PESSOAS, CULTURAS, RELIGIÕES E POVOS

Sem liberdade e dignidade não há sistema democrático autêntico que consiga conter os mecanismos do domínio e do autoritarismo de uns sobre os outros.
A conquista da Liberdade, da dignidade e da saúde para todos, o pleno exercício dos direitos humanos implica: o reconhecimento e a aceitação do direito dos povos, o derrube de barreiras e muros e o fortalecimento do direito internacional, do multilateralismo e do multiculturalismo.
Continuemos o trabalho iniciado há 70 anos com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Saibamos construir sistemas políticos e económicos democráticos que respeitem as diferenças entre pessoas, culturas, religiões e povos. Todos somos iguais em dignidade, embora diferentes em capacidades e necessidades. Saibamos construir e defender sistemas públicos de educação e saúde que elevem o nível de conhecimento, saúde e consciência de cada um de nós e das nossas sociedades.

Manuel Hipólito Almeida dos Santos , presidente da OVAR - Obra Vicentina de Apoio aos Reclusos, na cerimónia de entrega do Prémio Direitos Humanos e de Celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos
Foto de André Pereira, 2018 ©Arquivo Fotográfico da Assembleia da República, GAR 11886/2018

AJUDA AOS PRESOS FOI PREMIADA

Assembleia da República distinguiu este ano a Obra Vicentina de Apoio aos Reclusos com o Prémio Direitos Humanos 2018

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA da República entregou o Prémio Direitos Humanos ao presidente da OVAR - Obra Vicentina de Apoio aos Reclusos –, Manuel Hipólito Almeida dos Santos. A distinção aconteceu a 10 de dezembro, no decorrer da cerimónia comemorativa na Sala do Senado com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

O galardão foi criado por decisão unânime da Assembleia da República, em 1998, por ocasião das celebrações do 50.º aniversário da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tendo pelo mesmo diploma sido fixado o dia 10 de dezembro como Dia Nacional dos Direitos Humanos.

No discurso da entrega do galardão, Ferro Rodrigues disse que "o Dia Nacional dos Direitos Humanos assinala o compromisso assumido por Portugal com os valores fundamentais que nos definem enquanto comunidade e enquanto Estado de Direito." Considerou, depois, serem esses valores "que temos o dever, não só, de celebrar ocasionalmente em cerimónias como esta, mas, sobretudo, de cuidar no dia-a-dia, com ações concretas."

O Presidente da Assembleia da República sublinhou a importância da concretização de tais propósitos, dizendo que "a Obra Vicentina de Auxílio aos Reclusos, agora distinguida com o Prémio Direitos Humanos 2018, exerce a sua atividade, como a designação denuncia, no âmbito da inclusão dos reclusos."

Ferro Rodrigues pronunciou-se, a seguir, sobre a "reinserção social do recluso" enquanto "objetivo último" da "execução da pena privativa da liberdade" considerando ser fundamental para se alcançar tal desiderato "a preparação do recluso para o regresso à liberdade, concluída a pena."

A propósito, Ferro Rodrigues citou "uma das 'Regras Mínimas para o tratamento de Reclusos', também conhecidas com 'Regras Nelson Mandela', adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas", e afirmou: "O tratamento dos reclusos não deve acentuar a sua exclusão da comunidade, mas sim o facto de eles continuarem a fazer parte dela. Para este fim, há que recorrer, à cooperação com organismos da comunidade que auxiliem o pessoal do estabelecimento na tarefa de reabilitação dos reclusos:"

A concluir, o Presidente da Assembleia da República reconheceu ser "nesta vertente da inclusão, da humanização do sistema prisional, que a Obra Vicentina de Auxílio aos Reclusos se tem destacado e muito contribuído para a reinserção dos reclusos", justificando assim a atribuição do Prémio Direitos Humanos 2018, pela sua atuação junto da população reclusa, designadamente através de visitas a estabelecimentos prisionais, do apoio a reclusos e suas famílias, contribuindo dessa forma para a humanização do sistema prisional e a reinserção dos reclusos.

OBRA VICENTINA DE AUXÍLIO AOS RECLUSOS

A OVAR é uma obra vicentina ligada ao Conselho Central do Porto da Sociedade S. Vicente de Paulo, vocacionada para as visitas e coordenação do apoio aos reclusos e suas famílias dos estabelecimentos prisionais existentes na área geográfica da Diocese do Porto: Polícia Judiciária, Custóias, Paços de Ferreira, Vale do Sousa e Santa Cruz do Bispo (masculino e feminino). Segundo nota inscrita do sítio da instituição disponível na Internet, o total de reclusos nestes estabelecimentos prisionais era, em 2017, de cerca de 3.200.

A ação da OVAR é justificada pelo facto de ser reconhecida aos reclusos a necessidade de contacto com pessoas que os apoiem na sua vida pessoal e familiar e que lhes deem coragem e esperança para a sua integração plena na sociedade, libertando-os do estigma da prisão.

J.A.S.

Entrevista

DIREITOS HUMANOS SÃO DESRESPEITADOS NAS PRISÕES

"Os direitos humanos são (ainda) fortemente desrespeitados nos estabelecimentos prisionais em Portugal, Estado de Direito Democrático, saído do 25 de Abri". A afirmação é de Manuel Almeida Santos, presidente da OVAR - Obra Vicentina de Auxilio aos Reclusos que, em entrevista por escrito a 'O Referencial', faz o ponto de situação da realidade atual das prisões em Portugal

JOSÉ ANTÓNIO SANTOS

***O Referencial* – Qual o significado que tem para a OVAR a atribuição do Prémio Direitos Humanos 2018 da Assembleia da República?**

Manuel Almeida Santos (MAS) – É, simultaneamente, um estímulo para a continuidade do nosso voluntariado, assim como o reconhecimento da necessidade de humanização do sistema prisional.

***O Referencial* – Enquanto presidente da OVAR, e considerando a ação direta junto dos estabelecimentos prisionais implantados na área de jurisdição da diocese do Porto, considera que aí se cumprem as normas e respeito pelos direitos humanos?**

MAS – Infelizmente constatámos que, de uma forma geral, os direitos humanos são fortemente desrespeitados nos estabelecimentos prisionais, ainda que haja diferenças significativas entre todos eles. Tal é confirmado pelas instituições nacionais e internacionais que têm por objetivo a promoção do respeito pelos direitos humanos, como, por exemplo, os comités especializados sobre a tortura do Conselho da Europa e das Nações Unidas e o Mecanismo Nacional para a Prevenção da Tortura sediado na Provedoria de Justiça, ainda que esta estrutura tenha um funcionamento a carecer de revisão.

Lusa – André Durães

Cerimónia de Entrega do Prémio Direitos Humanos e de Celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos,
Foto de André Pereira, 2018 ©Arquivo Fotográfico da Assembleia da República, GAR 11885/2018

***O Referencial* – O que há a fazer para que os direitos humanos sejam, de facto, respeitados nas prisões em Portugal?**

MAS – Fundamentalmente, respeitar os normativos jurídicos relativos ao sistema prisional, tais como: Direitos Humanos e Aplicação da Lei - ONU; Direitos Humanos e Prisões - ONU; Regras Penitenciárias Europeias - Conselho da Europa; Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos - ONU; Princípios Básicos Relativos ao Tratamento de Reclusos - ONU; Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade - ONU; Convenções sobre o Trabalho - OIT; Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas à Tortura e Outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes - ONU; Convenção contra Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes - ONU; Conjunto de Princípios para a Proteção de Todas as Pessoas Sujeitas a Qualquer Forma de Detenção ou Prisão - ONU; Convenção Europeia para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos e Degradantes - Conselho da Europa, etc...

Bastaria respeitar as normas jurídicas a que Portugal está obrigado, por ser Estado-Parte nos tratados e convenções sobre direitos humanos, para se verificar uma mudança profunda no quotidiano das prisões.

O Referencial – **A política de reinserção social presume-se que seja globalmente direcionada à população prisional. Quando vemos só a floresta, pode acontecer que não descortinemos a árvore. O que importa apurar é se a política de reinserção social contempla a individualidade de cada recluso, se está, ou não, disponível para a análises individuais, fazer corresponder respostas específicas adequadas à realidade de cada um, ao nível individual do recluso tendo em vista um projeto de reinserção social...**

MAS – Apesar de cada recluso ter o seu plano individual, a dinâmica de reinserção social nas prisões é claramente insuficiente, para não dizer quase inexistente, situação esta que continua a persistir devido a um patente autismo da sociedade em geral, e do poder político em particular, perante as denúncias, quer da própria Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, através dos seus relatórios de atividades, quer de algumas ONGs.

O Referencial – **... Ao nível dos filhos e das famílias, não apenas nos direitos que lhe devem ser reconhecidos, mas na ação que lhes cabe e devem desempenhar no apoio afetivo e social ao recluso tendo em vista o projeto harmonioso de desenvolvimento pessoal e humano?**

MA – O apoio familiar é fundamental para uma equilibrada permanência na prisão e para a criação de condições tendo em vista o regresso em liberdade à sociedade em condições de boa reintegração. Infelizmente, nem sempre tal acontece, pois são frequentes os casos de ruturas familiares com a prisão de um dos seus membros, estando essa ausência de apoio familiar na origem do elevado grau de reincidência na prática de crimes e consequente retorno à prisão. As limitações às comunicações telefónicas, e visitas pessoais, agravam as dificuldades de reinserção social e a manutenção de laços familiares.

O Referencial – **Na edição de "O Referencial" n.º 123, outubro/dezembro de 2016, publicou nas págs. 112-119 o artigo sob o título "Panorama da Realidade Prisional". Aí remetia para a reflexão das I Jornadas de Reflexão sobre o Sistema Prisional, realizadas há dez anos, a declarações proferidas e intenções declaradas; aí aludiu, também, ao Relatório da Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional, 2004, presidida pelo Prof. Freitas do Amaral, reconhecendo-se, então, "a evidência do fracasso do modelo em que está assente o sistema prisional em Portugal". Daí para cá a situação alterou-se?**

MAS – As modificações verificadas no sistema prisional, nos últimos anos, não foram suficientes para alterar muitos dos aspetos negativos que temos vindo a denunciar e que foram a razão da criação, há cerca de 15 anos, da Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional.

Tal como temos referido, em intervenções públicas que temos proferido, continua a assistir-se ao desrespeito do espírito da Constituição da República Portuguesa e do Código Penal, com a admissão de que o tempo consecutivo de permanência na prisão exceda 25 anos, nos casos das penas sucessivas e das medidas de segurança, configurando a prisão perpétua constitucionalmente proibida.

Persiste-se nas penas mais longas da União Europeia (o tempo médio de cumprimento de pena em Portugal é o triplo da média da UE).

Continua a retenção indevida do dinheiro dos reclusos, infringindo o imperativo constitucional do direito de propriedade.

Mantem-se a fragilidade do apoio judiciário, situação agravada com a impossibilidade do direito à própria defesa desrespeitando o art.º 14.º *do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (este desrespeito tem sido* objeto de chamada de atenção pelas Nações Unidas), sendo os reclusos particularmente injustiçados com tal situação.

Assiste-se, no interior das prisões, a alegações de prática de tráfico de drogas e bens, homossexualidade forçada, violações, roubos, chantagens sobre as famílias, autoritarismo e prepotência.

Por outro lado, o passo positivo, dado há já muitos anos, de descriminalização do consumo de drogas, não foi acompanhado de uma nova filosofia não punitiva para esta problemática das drogas e sua produção e comercialização, continuando-se uma política de combate que se tem revelado infrutífera e negativa, ao invés de encarar a realidade enquadrando legalmente a sua produção e comercialização e dinamizando uma política de sensibilização para as consequências da dependência (vejam-se os exemplos já conhecidos do tabaco e do álcool que podem servir de guia para uma nova política sobre as drogas), sendo as drogas, juntamente com a pobreza, autênticas chagas e as principais responsáveis no abrir do caminho para as prisões.

BASTARIA RESPEITAR AS NORMAS JURÍDICAS A QUE PORTUGAL ESTÁ OBRIGADO, POR SER ESTADO-PARTE NOS TRATADOS E CONVENÇÕES SOBRE DIREITOS HUMANOS, PARA SE VERIFICAR UMA MUDANÇA PROFUNDA NO QUOTIDIANO DAS PRISÕES.

Há uma aceitação acrítica sobre a vivência de bebés no interior das prisões acompanhando o cumprimento de penas de suas mães.

E poderia continuar a acrescentar muitas outras situações que são um atropelo à Convenção Contra a Tortura e Outras Penas e Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes e a outros referenciais de direitos humanos.

O Estado de Direito não pode ficar à porta das prisões.

O Referencial – **O Governo, através da Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais desenvolve, ou não, uma política ativa e assertiva tendo em vista a promoção social dos reclusos, nomeadamente, através de programas de ocupação seja pelo trabalho, estudo ou outros meios?**

MAS - O trabalho nas prisões, sendo escasso, é remunerado com valores tão baixos, de alguns cêntimos por hora, que se pode equiparar a trabalho escravo. A alimentação e os serviços de saúde são manifestamente pobres e insuficientes. A aposta numa dinâmica da educação ressente-se da falta de meios, quer financeiros, quer de recursos humanos, carências estas extensivas a muitas outras áreas das prisões.

***O Referencial* – Quais os resultados obtidos? Entre a comunidade de reclusos estuda-se e trabalha-se mais?**
MAS – Os resultados não são entusiasmantes. As estatísticas publicadas pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais não nos mostram progressos significativos, confirmando a nossa perceção, resultante do contacto direto com os reclusos dos estabelecimentos prisionais em que exercemos o nosso voluntariado, de carência de possibilidades de trabalho e de estudo.

***O Referencial* – Na discussão do orçamento de Estado para 2019 para as prisões, falou-se em reforço do sistema nacional de vigilância eletrónica além de uma regulamentação e reorganização do sistema de execução de penas dos inimputáveis, por anomalia psíquica, o que passará por transferências para unidades de saúde mental não prisionais, em conformidade com o Plano Nacional de Saúde Mental. Como tem acompanhado esta discussão? Está tranquilo com as dotações previstas para as prisões? Designadamente ao nível da manutenção das instalações e do fornecimento da alimentação, tais objetivos respeitam os direitos humanos dos reclusos?**
MAS – Parecem-me objetivos meritórios de medidas que já se encontram em implementação, sendo, parte deles, uma resposta às observações constantes dos relatórios das visitas do Comité para a Prevenção da Tortura do Conselho da Europa, o que tem levado à diminuição da população prisional, e, neste sentido, as declarações dos responsáveis apontam na tomada de medidas para a continuação dessa diminuição. A substituição do cumprimento de penas de prisão em dias livres por permanência na habitação com vigilância eletrónica é uma dessas medidas.
Temo, no entanto, que os constrangimentos financeiros impeçam a sua rápida execução, pois o muito que há a fazer com o reforço de recursos humanos, materiais e de melhoria de instalações, exige uma dotação orçamental muito para além do anunciado.
Os cuidados de saúde, o apoio psiquiátrico e psicológico, a alimentação, etc..., não se compadecem com a subcontratação ao mais baixo preço, com o trabalho precário e com a prestação de serviços por tarefeiros de empresas de trabalho temporário, práticas estas que se têm revelado desadequadas ao sistema prisional, pelo que continuaremos a observar o desrespeito pelos direitos humanos constantes dos referenciais atrás enunciados.
O próprio diretor-geral da Reinserção e Serviços Prisionais, Dr. Celso Manata, quando questionado sobre a situação nas prisões, lembrou, na audição parlamentar em maio deste ano, que foi enviado para a Assembleia da República o documento sobre os investimentos prioritários nas prisões nos próximos anos, aguardando-se a concretização do programa subjacente.
Por outro lado, não se assiste a uma grande modificação do tempo excessivo de cumprimento de pena, colocando Portugal num dos países europeus em que os reclusos cumprem penas mais longas e em que a liberdade condicional só é concedida numa fase muito avançada do cumprimento da pena, sem haver razões *comparativas para tal*.

***O Referencial* – A concluir, se tivesse responsabilidades diretas sobre as políticas públicas para as prisões em Portugal quais seriam as suas prioridades?**
MAS – A primeira prioridade seria, em conjunto com outras esferas governativas, a implementação de uma dinâmica de prevenção da prática de atos antissociais (prevenção do crime), reforçando significativamente a educação para a cidadania, o combate à pobreza e exclusão social, a eliminação do discurso do ódio, da violência e da vingança, promovendo a paz, a tolerância, o perdão e a misericórdia, dinâmica esta a desenvolver nas prisões, nas escolas, e na comunicação social.
Por outro lado, há necessidade de alterar a política punitiva sobre a problemática das drogas (grande fator gerador de crimes, cujo consumo dentro das prisões é de todos conhecido), enquadrando-a legalmente a exemplo do que se passou com o tabaco e o álcool.
Em paralelo, é urgente o reforço da formação humanista em todos os envolvidos no sistema prisional, desde os dirigentes aos guardas prisionais, fazendo cumprir os referenciais de direitos humanos a que estamos obrigados, o que levará à substituição duma justiça punitiva por uma justiça restaurativa (o foco deixa de ser o criminoso e passa a ser o crime e a sua prevenção e reparação).
Este conjunto de medidas colocar-nos-ia muito perto do objetivo que preconizo da abolição de instituições retrógradas, medonhas, arcaicas, medievais e violentas, como são as prisões.

É URGENTE O REFORÇO DA FORMAÇÃO HUMANISTA EM TODOS OS ENVOLVIDOS NO SISTEMA PRISIONAL, DESDE OS DIRIGENTES AOS GUARDAS PRISIONAIS, FAZENDO CUMPRIR OS REFERENCIAIS DE DIREITOS HUMANOS A QUE ESTAMOS OBRIGADOS, O QUE LEVARÁ À SUBSTITUIÇÃO DUMA JUSTIÇA PUNITIVA POR UMA JUSTIÇA RESTAURATIVA (O FOCO DEIXA DE SER O CRIMINOSO E PASSA A SER O CRIME E A SUA PREVENÇÃO E REPARAÇÃO)

UMA HISTÓRIA DE AMOR EM MYANMAR…

Lusa –Hein Htet

Aung San Suu Kyi, prémio Nóbel da Paz foi eleita governante de Myanmar, mas a sua posição para com os muçulmanos está a escandalizar o mundo…

Tudo o que aqui se escreve é cruelmente real. Trata-se do etnocídeo que o povo rohingya vem sofrendo em Myanmar. O casamento entre um muçulmano e uma budista serve apenas para tomarmos consciência de que se trata de seres humanos… que amam e sofrem… no silêncio cobarde de um prémio Nobel da Paz. Por vezes a ficção é também um recurso para melhor sentirmos o real

SÉRGIO PARREIRA DE CAMPOS

QUIS ESCREVER SOBRE o etnocídeo que o povo rohingya vem sofrendo em Myanmar. Porque a todos nos incomoda…

Já muito se escreveu sobre o assunto, embora hoje tenha deixado de merecer a atenção dos media, e não por estar resolvido. Tentei, por isso, falar sobre alguns factos talvez menos conhecidos. E, para aligeirar o tom de tragédia, tentei diluir uma série de factos, num conto sobre uma história de amor entre um rohingya e uma birmanesa. Penso que não terei conseguido tal aligeiramento, porque a história de amor termina também em tragédia. De facto, naquelas circunstâncias, como poderia terminar de outra forma?

O resultado foi um escrito híbrido, mas que não deixa de conter claramente o meu pensamento sobre o assunto.

"WALK ON"

2 de Outubro de 2010. Estádio cidade de Coimbra, onde se desenrola o memorável concerto dos U2 integrado na digressão europeia "360º Tour".

"Briosa", gritou Bono ao abrir o concerto, seguindo-se um "obrigado Coimbra, olá malta" ficando de imediato com o público na mão. No alinhamento do concerto a 19.ª e última canção é o belíssimo "Walk on":

Walk on, walk on
What you've got they can't deny it
Can't sell it, or buy it…Walkon, walkon,

dedicado à Nobel da Paz birmanesa Aung San Suu Kyi, e composta em forma de um hino inspirador, apoiando-a e elogiando-a pelo seu ativismo e luta pela liberdade na Birmânia. Aung esteve intermitentemente em prisão domiciliária desde 1989 até Novembro de 2010.

No final da canção, Bono apelou à libertação de Aung San Suu Kyi e à paz no Médio Oriente. É, de resto, bem conhecido o lado humanitário de Bono e dos U2.

Aung San Suu Kyi teve em Coimbra direito a velas da Amnistia Internacional, deixadas em palco depois das primeiras despedidas da banda. Foi um espectáculo lindo e… com profundo significado.

AMO-TE

Setembro de 2011. Nova Iorque. Uma sala cheia do Hotel Sheraton, no coração de Manhattan. No palco, o arcebispo sul-africano Desmond Tutu fala sobre a coragem, num dos painéis do fórum *Clinton Global Initiative*. Todos esperam, ansiosos, para ouvir a voz de Aung San Suu Kyi, em directo a partir da Birmânia, que vai falar sobre os seus 23 anos de resistência pacífica contra a ditadura birmanesa.

O debate foi moderado por Charlie Rose, que teve um papel difícil, tal a excitação de Desmond Tutu. De facto, estava enfeitiçado por ela, elogiando-a constantemente pelo seu trabalho, pela sua coragem, pela sua resiliência. Até pela sua compaixão e… pela sua beleza. E acaba exclamando:

Amo-te ...
Tenho de devolver o cumprimento,
também o amo ...

FUTURO DA BIRMÂNIA

Novembro de 2015. Rangoon. Aung San Suu Kyi, na varanda da sede do seu partido, o maior partido da oposição na Birmânia, reivindica a vitória nas eleições legislativas.
De facto, a Liga Nacional pela Democracia (LND), partido oposicionista liderado pela vencedora do Prémio Nobel da Paz, ganhou de forma arrasadora as eleições legislativas do país, vindo a ascender em Abril de 2016 ao recém-criado cargo de conselheiro de Estado, um papel semelhante a um primeiro-ministro:
O meu triunfo e o do meu partido foi a vitória do povo.
Quem ousaria contradizê-la?

AMOR SEM FUTURO

Março de 2016. Sittwe, capital do estado de Rakhine.
Setara era uma jovem birmanesa, bonita nos seus vinte e quatro anos, nascida em família budista, embora modesta. Vivia em Sittwe, e vendia vegetais à beira de uma aldeia rohingya. Os comerciantes budistas de Rakhine, que podem viajar à vontade, vendem regularmente mercadorias aos rohingya.
Abu Bakar Siddique, muçulmano rohingya comprou raízes e alguns tubérculos a Setara. Ele era dono de uma pequena farmácia e usava as raízes e tubérculos para manipular medicamentos. Trocaram números de telefone para que pudessem combinar novas entregas. Mas depressa passaram a usá-los apenas para conversar.
Abu Bakar ofereceu a Setara pequenos presentes. Ela gostava da sua companhia porque ele fazia-a rir. Um dia, ele convidou-a para passear na sua pequena motorizada, e ela aceitou. Cada vez mais Abu Bakar se surpreendia por ter encontrado uma mulher birmanesa que aceitava conversar e passear com um rohingya, e que não o tratava de forma diferente da que tratava os seus.
Setara, por seu turno, sentia que Abu Bakar Siddique era o homem mais gentil que conhecera até então.
Um dia ele disse a Setara que a amava. Apenas nesse momento Setara percebeu os enormes problemas que teria de enfrentar. É que o sentimento era mútuo.
Setara deixou passar algum tempo até se resolver a transmitir à sua família que estava apaixonada por um rohingya. Seus pais tinham já falecido, e ela vivia com o irmão mais velho, e três irmãs, mais novas.
Quando ousou dizer-lhes, o seu irmão bateu-lhe com violência, e toda a sua família a expulsou de casa, com a recomendação de que nunca mais voltasse. Os moradores do seu antigo bairro também deixaram claro que ela não era bem-vinda; chamaram-na de "esposa de Kalar". Kalar é uma palavra depreciativa para os muçulmanos, que é frequentemente usada em Myanmar.
O sucedido aproximou-a ainda mais de Abu Bakar, e o caminho natural foi a sua conversão ao islamismo. O casamento possível constou de uma pequena cerimónia islâmica realizada diante dos líderes religiosos locais. Evidentemente, ninguém da família de Setara participou.
Eles passaram a morar na aldeia rohingya de Abu Bakar. Setara sente-se feliz; para mais os rohingya receberam-na calorosamente, como uma deles. Mas sente falta dos seus velhos amigos e da sua antiga vida.
Nos seus sonhos, Setara anda de mãos dadas com o seu marido muçulmano pelas ruas de Sittwe, nas margens do mar onde cresceram. Visitam velhos amigos, compartilham uma refeição com a família, mergulham as suas mãos nas águas quentes da Baía de Bengala.
Abu Bakar imagina o mesmo, viagens de todo impossíveis...
Mas, na realidade cheia de ódio do mundo em que vivem, Setara só pode fazer essas coisas sozinha e, mesmo assim, com imenso cuidado. Quando necessita de deslocar-se a Sittwe tira o véu islâmico, veste uma blusa, e atravessa um par de postos de controlo na capital do estado predominantemente budista. Antes de ir, porém, ela unta a sua cara com uma pasta cosmética pálida chamada "thanaka", que é comumente usada pelos budistas em Myanmar.
Em Sittwe, Setara não diz a ninguém que é casada com um rohingya. É que as ruas em ruínas da cidade, são regularmente patrulhadas pelos budistas de linha dura.
E assim se ia passando o tempo...

O LUCRO E... OS *ROHINGYA*

Decerto que o horrível destino dos rohingya não é inteiramente novo. Mas, o que o torna particularmente incomodativo, é que o ocidente tem estado agora completamente ao lado do próprio governo que está a levar a cabo atos atrozes contra aquele povo.
E há uma razão para isso, o ouro negro, sim... o petróleo.
Grandes depósitos de petróleo, que permaneceram inexplorados devido a décadas de boicote ocidental ao governo da Junta militar, estão agora disponíveis para o melhor licitante.
O estado de Rakhine contém reservas de hidrocarbonetos, prospetados por várias companhias internacionais. É um festival de petróleo e todos merecem a sua oportunidade, Shell, ENI, Total, Chevron e muitos outros, estão a investir grandes somas para explorar os recursos naturais do país.
A rivalidade sobre a riqueza não explorada da Birmânia está agora no seu pico, desde há décadas. É esta riqueza – e a necessidade de minar o estatuto de superpotência da China na Ásia – que trouxe o ocidente de volta e instalou Aung San Suu Kyi como Conselheira de Estado, suposta lider num país que, no fundamental, nunca mudou, mas apenas se recicla para abrir caminho ao regresso do ouro negro, não importa as consequências.

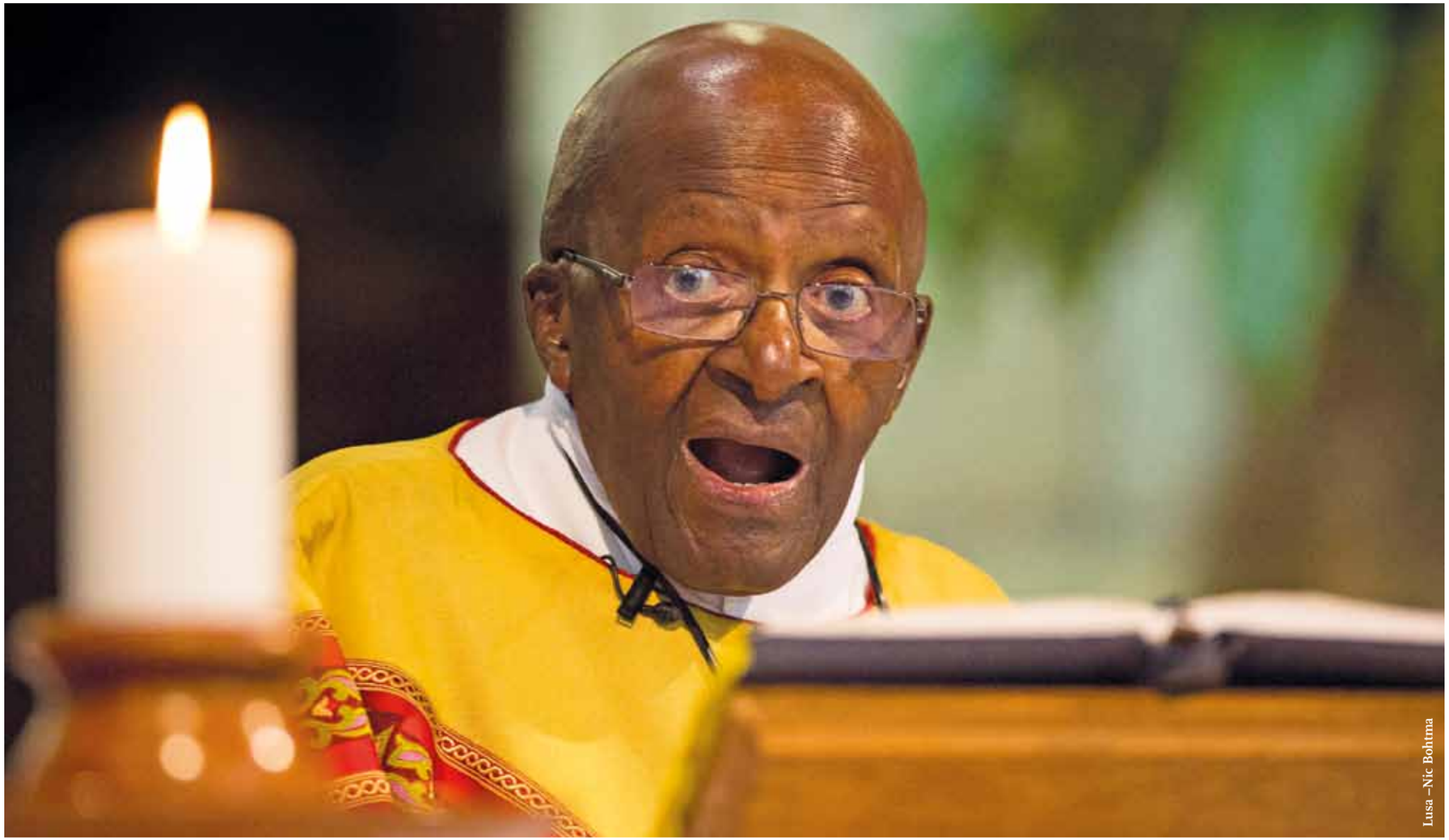
NO FINAL DA CANÇÃO, BONO APELOU À LIBERTAÇÃO DE AUNG SAN SUU KYI E À PAZ NO MÉDIO ORIENTE. É, DE RESTO, BEM CONHECIDO O LADO HUMANITÁRIO DE BONO E DOS U2

Numa reunião entre Htin Kyaw, o nono presidente de Myanmar (e o primeiro civil), e Aung San Suu Kyi, ainda em 2016, este determina:
Temos de tirar partido do gás offshore *de Shwe, e construir um gasoduto desde a costa até Yunnan, para exportá-lo para a China.*
Mas esse gasoduto terá de atravessar zonas muito povoadas da divisão de Magway, e vai obrigar a enormes deslocações da população, retorquiu Aung.
Pois, mas essa região não é habitada por birmaneses, como bem sabe. É a região dos rohingya. Aliás, o acordo está feito desde 2008, e há que honrá-lo.
Mesmo assim, e já pensou nos custos de uma operação desse tipo?
São desprezíveis. O nosso amigo, o monge Wirathu, tratará do assunto.
Wirathu tinha sido condenado em 2003 a 25 anos de prisão, por incitamento ao ódio religioso. Mas foi libertado numa das várias amnistias concedidas pela junta militar a partir de 2010 e tornou-se o líder do movimento 969, um grupo nacionalista radical que incita à violência contra os rohingya e ao boicote das empresas e lojas dos muçulmanos. Talvez se surpreendam com o facto de existirem radicais entre os budistas. **Não seria** suposto. Mas, a pregação de Wirathu em nada fica a dever aos discursos antissemitas de Hitler:
Se não protegermos o nosso próprio povo tornar-nos-emos fracos, e vamos ter de enfrentar assassínios em massa, quando eles se tornarem tantos que nos vão ultrapassar.
A numerologia é a base do movimento 969, liderado por Wirathu. O 969 estabeleceu relações como Bodu Bala Sena, outra organização budista radical que persegue os tamiles, minoria do Sri Lanka.
O 969 busca a pureza racial e religiosa de Myanmar elegendo os rohingya como bodes expiatórios de todos os problemas económicos, e pela decadência social e cultural do país.

A FUGA

Um meses se passaram. Abu Bakar e Setara, apesar de tudo, sentiam-se felizes.
Mas... então, uma manhã, a sua aldeia foi atacada. Soldados dispararam armas e incendiaram as suas casas. Todos corriam em direções diferentes tentando salvar as suas próprias vidas.
Abu Bakar e Setara esconderam-se, emergindo no dia seguinte para encontrar os restos da sua aldeia, corpos e edifícios carbonizados. Continuaram escondidos até à meia-noite. E depois fugiram para uma aldeia vizinha, pouca coisa levando consigo.
Durante quatro dias, estiveram ali abrigados até que os helicópteros vermelhos desceram mais uma vez. Novamente, os militares varreram, matando e queimando. Novamente Abu Bakar e Setara fugiram, buscando refúgio em outra aldeia.
Então, pela terceira vez, o exército chegou. Setara ouviu o barulho lá fora. Muitas crianças e mulheres gritando e correndo. Ocasionalmente, havia um som de balas e gritos. Setara tentou descobrir exatamente o que se passava. Alguém lhe disse que havia tropas do governo acompanhadas pelos Magh (budistas da linha dura) invadindo a sua aldeia. Esta invasão foi quase uniformemente distribuída por todos os cantos da aldeia, e quase todos os que lá se encontravam foram alvo da fúria dos invasores.
A aldeia foi destruída, e Abu Bakar disse que não tinham escolha senão começarem a caminhar em direção ao Bangladesh.
Assim fizeram...
Bom, eles e talvez mais de 30 mil rohingya ...
Embrenharam-se nas montanhas, vagueando em direção aos campos de Kutupalong e Balukhali em Teknaf, no ponto mais austral de Rakhine.
Este é o ponto de chegada para os rohingya atravessarem o rio Naf para o Bangladesh.
Alimentavam-se de palmeiras-banana e bebiam água da chuva pelas folhas das árvores.
Desconheciam, no entanto, que as forças de segurança os perseguiam e os cercavam.
Andaram, nadaram e arrastaram-se pelas selvas, pelas colinas e barrancos, enlameados.
De nada lhes valeu a aventura, já que o cerco apertou-se e, pouco a pouco, todos foram sendo apanhados em enorme sofrimento.
Estavam doentes e exaustos, depois de terem andado dias seguidos através da selva, arrozais e montanhas. Nem todos tinham sobrevivido à jornada.
Os militares reuniam-nos em grupos, devidamente enquadrados pelas tropas. O comandante do grupo em que se encontravam Setara e Abu Bakar, era o capitão Shwe, indivíduo dos seus 35 anos, de enorme bigode, seboso e mal-encarado.
Para além do seu armamento usava um pingalim com que batia, ora nas suas botas altas, ora no corpo de um qualquer rohingya.
A maioria foi apanhada com nada mais para além das roupas que traziam nos seus corpos.
Muitos não comiam há demasiado tempo.
Não tenham medo, vamos conduzir-vos ao Bangladesh. Hoje acampamos aqui, e partiremos pela madrugada. Não há comida, desenrasquem-se.
Então a maioria, já sem forças, tentou enroscar-se o melhor possível para passar a noite.
Os militares haviam já montado as suas tendas para pernoitarem.
Ainda a noite acabara de cair, percebeu-se o movimento de lanternas por entre os terrenos em que os refugiados se encontravam. Eram patrulhas de soldados em busca de alguma coisa.
De quando em vez notava-se vozes alteradas, gritos por vezes.
Abu Bakar e Setara estavam deitados debaixo de uma árvore. Até que as lanternas se aproximaram, incidindo diretamente sobre o rosto de Setara, e uma voz diz:
Levanta-te, o capitão quer falar contigo. Hoje vais dormir numa tenda.

O ESTADO DE RAKHINE CONTÉM RESERVAS DE HIDROCARBONETOS, PROSPETADOS POR VÁRIAS COMPANHIAS INTERNACIONAIS. É UM FESTIVAL DE PETRÓLEO E TODOS MERECEM A SUA OPORTUNIDADE, SHELL, ENI, TOTAL, CHEVRON E MUITOS OUTROS, ESTÃO A INVESTIR GRANDES SOMAS PARA EXPLORAR OS RECURSOS NATURAIS DO PAÍS



Desmond Tutu estava enfeitiçado pela Nobel da Paz birmanesa Aung San Suu Kyi, elogiando-a constantemente pelo seu trabalho, pela sua coragem, pela sua resiliência. Até pela sua compaixão e... pela sua beleza. E acaba exclamando: Amo-te ...

A NUMEROLOGIA É A BASE DO MOVIMENTO 969, LIDERADO POR WIRATHU. O 969 ESTABELECEU RELAÇÕES COMO BODU BALA SENA, OUTRA ORGANIZAÇÃO BUDISTA RADICAL QUE PERSEGUE OS TAMILES, MINORIA DO SRI LANKA.

Abu Bakar, pega-lhe na mão na tentativa de a reter, e leva imediatamente uma coronhada na cabeça.

Setara é então levada à tenda do capitão Shwe. Escusado será descrever os pormenores de tudo o que aí se passou. Setara foi violentamente violada durante grande parte da noite. Regressou de madrugada, cambaleando, o cabelo desgrenhado, visívelmente em choque. Abu Bakar, ensanguentado, com as lágrimas a rolar-lhe pelos olhos, acariciou-a. Mais do que tudo, sentia vergonha de não ter sido capaz de a proteger. Quem o seria? *Todos a pé, vamos partir*.

Todos se foram levantando como puderam e, enquadrados pelos militares encetaram o caminho, devagar, as forças não davam para mais. Ao fim de mais ou menos uma hora de caminho, chegaram a uma estrada de macadame, e por ela prosseguiram.

De quando em quando deparavam com cadáveres à beira da estrada, alguns já em decomposição e cobertos de moscas. Cerca do meio-dia receberam ordem de parar para almoçar, ou melhor, para os militares almoçarem. Às tantas começa a ouvir-se um clamor e, num tropel, começam a ver um grupo de homens armados, alguns com traje de monge budista, emitindo urros ferozes. Eram pertencentes ao Ma Ba Tha, grupo liderado por monges ultranacionalistas.

Instalou-se enorme confusão:.
Fujam, eles vão matar-nos.
E todos começaram a tentar escapar-se, a esconder-se onde podiam... Havia corpos a rolar, sobretudo de velhos, mulheres e crianças.
Os militares nada faziam para proteger alguém, pelo contrário, conversavam animadamente entre eles e até com um ou outro dos atacantes.
Depois de os Ma Ba Tha partirem, deixando pelo chão umas dezenas de cadáveres, instalou-se no lugar um profundo silêncio.
Andaram até ao pôr do sol e, logo que pararam, os deportados deixaram-se cair na berma da estrada, exaustos e em choque. Acamparam no cume de uma montanha, mesmo junto a uma enorme parede de pedra que limitava um precipício. Acomodaram-se como puderam, a maioria sem nada para comer. A partir de certa altura havia militares deambulando pelo meio da gente adormecida, espreitando aqui e ali e, de vez em quando, levando com eles uma ou outra mulher, ou mesmo uma criança.
Não tardaram em chegar junto a Abu Bakar e Setara, e levaram Setara com eles. Passado um longo tempo, a escuridão trouxe Setara de volta. Apareceu cambaleando junto de Abu Bakar, que se apressou a confortá-la. Setara não se calava, contava tudo o que se passara, de lágrimas nos olhos:

Eram seis ou sete ou mais, não os contei, mas eram muitos e não paravam, um após outro.

Abu Bakar, também de lágrimas nos olhos, cingiu-a pelos ombros, e assim ficaram até adormecerem. Na manhã seguinte:
Todos a pé, vamos partir.
Abu Bakar e Setara assim fizeram, enlaçados, e

SETARA FOI VIOLENTAMENTE VIOLADA DURANTE GRANDE PARTE DA NOITE. REGRESSOU DE MADRUGADA, CAMBALEANDO, O CABELO DESGRENHADO, VISIVELMENTE EM CHOQUE. ABU BAKAR, ENSANGUENTADO, COM AS LÁGRIMAS A ROLAR-LHE PELOS OLHOS, ACARICIOU-A

enlaçados continuaram caminhando vagarosamente até à paisagem imponente que era possível desfrutar do cimo daquela parede de pedra. Abu Bakar e Setara deram então as mãos e, olhando um para o outro, lançaram-se no vazio... Diz, quem assistiu, que a certa altura ambos se transformaram num par de pássaros, e começaram a voar, a voar, até desaparecerem no horizonte.
Mas não eram uns pássaros quaisquer. Eram Keinayee, metade homem, metade pássaro, e um músico celestial, e Keinayar, a fêmea, com cabeça e torso de mulher muito bela, as asas, cauda e pés de um cisne. É conhecida pela sua dança, música e poesia, e é símbolo tradicional de beleza, graça e realização feminina.
Eles são pássaros míticos e representam o paradigma do amor verdadeiro, e crê-se que vigiam o bem-estar dos humanos em tempos de dificuldade ou perigo.
Ainda hoje há quem jure tê-los ouvido durante o voo, e o eco repetindo incessantemente as suas palavras:

Somos amantes eternos e amados.
Nunca nos separaremos.
Seremos eternamente marido e mulher,
Nunca nos tornaremos mãe e pai.
Nenhuma prole será vista no nosso colo.
Seremos amantes e amados sempre abraçados.
Entre nós, não permitiremos que nenhuma terceira criatura nos roube carinho.
A nossa vida será uma vida de prazer perpétuo.(1)

A PARTIR DE CERTA ALTURA HAVIA MILITARES DEAMBULANDO PELO MEIO DA GENTE ADORMECIDA, ESPREITANDO AQUI E ALI E, DE VEZ EM QUANDO, LEVANDO COM ELES UMA OU OUTRA MULHER, OU MESMO UMA CRIANÇA

PREÇO DO SILÊNCIO

5 de Maio de 2017. Roma. No St. Regis, o melhor hotel da cidade, Desmond Tutu e Aung San Suu Kyi, encontraram-se, à margem da audiência concedida pelo Papa Francisco à conselheira de Estado e ministra das Relações Exteriores de Myanmar:
Aung, eu peço-lhe que acabe com a violência contra os muçulmanos rohingya.
Bispo Tutu, eu nego quer a escala quer a natureza da violência, o nosso governo está a ser alvo de uma campanha de desinformação. Para mais, os rohingya queimam as suas próprias aldeias para captar a simpatia internacional.
Aung, não negue as evidências. Olhe, durante anos mantive uma fotografia sua na minha secretária para não me esquecer da injustiça que sofreu e dos sacrifícios que aguentou por causa do seu amor ao povo de Myanmar. Mas é incongruente que um símbolo de justiça lidere um país assim. E não se esqueça, Aung, se o preço político da sua ascensão ao mais alto gabinete público de Myanmar é o seu silêncio, o preço é seguramente demasiado alto...

(1) in Adi parva, o primeiro dos dezoito livros que compõem o *Mahabharata*

Direitos Reservados

REFORMA FALHADA

Seria legítimo esperar muito mais de uma reforma do Serviço de Saúde Militar considerado crucial para o cabal empenhamento e prontidão da força militar, e para o indispensável apoio à respectiva família

JOAQUIM FORMEIRO MONTEIRO*

A DENOMINADA REFORMA do Sistema de Saúde Militar (SSM), vertida no Despacho n.º 2943/2014 pela acção do XIX governo constitucional, na sua essência limitou-se a extinguir as estruturas hospitalares dependentes dos Ramos das Forças Armadas (FA). Levou-se a cabo uma mera remodelação da estrutura dos respectivos Serviços de Saúde, em paralelo com o levantamento de uma Direcção de Saúde no Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) com atribuições de coordenação sobre aqueles Serviços. Estabeleceu-se um formato claramente insuficiente, não tendo em consideração as reais necessidades e os desafios que, há muito, se impunham à racionalização e à eficácia do SSM.

No âmbito da referida reforma, apontava-se, igualmente, para a concentração na Base Aérea do Lumiar de um conjunto de estruturas e de capacidades do âmbito da saúde militar, até à altura da responsabilidade dos Ramos. No entanto, não se logrou evoluir para o pretendido *campus* de saúde militar, por motivo de uma opção, em detrimento de outras localizações, seguramente, com maior aptidão para o efeito.

Contudo, a verdadeira razão que terá estado na base do quadro legal aprovado centrou-se, essencialmente, na extinção dos hospitais militares dos Ramos das FA, na sua fusão e respectiva concentração no chamado Hospital das Forças Armadas (HFAR), assentando numa métrica simplista, e num *timing* irrealista e politicamente orientado.

ESPERAVA-SE MAIS...

Na verdade, passados mais de quarenta anos sobre o final das guerras de África, com a retracção do dispositivo ocorrida nas FA, e com a drástica diminuição dos efectivos verificada, por via das várias reformas, entretanto, aprovadas, seria legítimo esperar muito mais de uma reforma de um Sistema considerado crucial para o cabal empenhamento e prontidão da Força Militar, e para o indispensável apoio à respectiva Família.

Ao longo desse período, as várias iniciativas levadas a cabo na área da saúde militar terão permitido, certamente, uma reflexão aprofundada e crítica, apontando direcções, que supostamente deveriam ter contribuído para que a reforma em questão se tivesse apresentado com a oportunidade e eficácia exigidas, e que, fundamentalmente, pudesse assegurar uma visão estratégica e prospectiva para a transformação desejada.

No entanto, o que terá sobrado pouco mais foi do que um exercício de explícito oportunismo político, com o objectivo de, mediaticamente, exibir trabalho acabado, embora, lamentavelmente, à custa dos utentes e dos profissionais de saúde militar.

Tendo esta realidade, como pano de fundo, verificou-se que com a concentração dos universos dos utentes oriundos dos Ramos das FA, em paralelo com uma deficiente organização dos serviços, passou-se a assistir, desde o início do processo, a uma manifesta falta de capacidade de resposta do HFAR, face às necessidades dos

NO ÂMBITO DA COMPONENTE OPERACIONAL, IGUALMENTE SE QUESTIONA COMO É QUE SSM PODERÁ FUNCIONAR COM A PRONTIDÃO E EFICIÊNCIA EXIGIDAS, QUER NO APRONTAMENTO E SUSTENTAÇÃO DE FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS (FND), BEM COMO NO APOIO A OUTRAS FORÇAS A LEVANTAR, EM LINHA COM OS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS DE QUE PORTUGAL FAZ PARTE

utentes, bem patente na reconhecida dificuldade nas marcações de consultas e de actos médicos, dando origem às inerentes filas de espera que se prolongavam por largos períodos de tempo, com os elevados prejuízos para as condições de saúde de quem procurava o apoio médico a que tem direito, num claro desrespeito pelas suas necessidades e expectativas.

PERDA DE SERVIÇOS

O erro dos pressupostos em que o programa funcional do HFAR se baseou, quando do seu desenho, induziu à alienação, desconstrução e sub-dimensionamento de várias valências e capacidades clínicas existentes nos hospitais dos Ramos e com reconhecida certificação científica.
Assistiu-se, assim, à perda de vários serviços, nomeadamente o serviço de nefrologia e a unidade de hemodiálise, os serviços de hematologia, de infeciologia e de pediatria, bem como se presenciou a extinção do serviço de psiquiatria, a par de uma pronunciada redução da atividade cirúrgica e de internamento, no âmbito do serviço de neurologia e de neurocirurgia, bem como da diminuição da capacidade de intervenção oncológica.
Por sua vez, com as limitações verificadas em relação às instalações e infra-estruturas, a capacidade de internamento do HFAR não salvaguardou a efectiva dimensão do universo a apoiar, perdendo, face aos hospitais dos Ramos, cerca de quatrocentas camas.
Sendo do conhecimento geral que a ocupação hospitalar, no modelo anterior, se situava em valores elevados, questiona-se como se pode processar o internamento dos utentes, vítimas daqueles cortes.
Entretanto, com alguns serviços, ainda, a funcionar em contentores, com a insuficiência verificada ao nível de blocos operatórios, bem como ao nível do número de camas para internamento, com gabinetes de consulta em número reduzido, e com falta de salas destinadas ao processamento de técnicas clínicas, constata-se que a falta de uma adequada intervenção estrutural poderá vir, inclusivamente, a pôr em causa o exercício das boas práticas médicas.
Em paralelo, de relevar, de um modo geral, a não existência de condições para o internamento de grande parte do universo dos deficientes das Forças Armadas (DFA), dada a especificidade das respectivas incapacidades, ficando, deste modo, comprometido o devido apoio hospitalar.

Lusa – Estela Silva

NÍVEIS DEFICITÁRIOS

Deste modo, passados que foram quatro anos sobre a reforma do SSM, a situação descrita continua a manter níveis deficitários assinaláveis e não compatíveis com as necessidades dos Militares e das respectivas famílias, não se vislumbrando as medidas efectivas para a sua normalização, realidade bem patente na recente interrupção verificada ao nível da intervenção programada das infra-estruturas do HFAR, como resultado da suspensão do respectivo financiamento.
Suplementarmente, com o actual modelo funcional do HFAR, confirma-se que não foi possível obter o referencial de qualidade suficiente, que, como corolário da concentração dos recursos obtidos pela fusão dos hospitais dos Ramos, seria expectável, obrigando a soluções alternativas de complementaridade duvidosa, asseguradas por outras instituições de saúde privadas, que mesmo em regime convencionado aumentaram os custos despendidos, inclusivamente os relacionados com a ADM, que se situaram em valores significativamente elevados, como é do conhecimento público.
Por outro lado, em termos de concepção estratégica, o HFAR deveria ter capacidade para dispor de uma unidade central de urgência, capaz de responder de forma qualificada a situações de emergência crítica, e poder concretizar, com o apoio do SNS, a criação de um centro de trauma, com diferenciação técnica de intervenção e, adicionalmente, ter disponibilidade para criar uma unidade de tratamento de queimados, e possibilitar, desta forma, o conhecimento e o

treino indispensáveis, nestas áreas, aos médicos e cirurgiões militares.
Igualmente, a reforma do SSM não acautelou o apoio aos militares, que por acidente ou doença, inesperadamente, se pudessem tornar carenciados de períodos de convalescença prolongada, levando, inclusive e não raras vezes, ao afastamento definitivo do serviço activo.

MILITARES DESPROTEGIDOS

No mesmo sentido, os militares na situação de reserva e de reforma, ficaram, igualmente, desprotegidos em situações daquela natureza, cumulativamente agravadas pelo seu elevado escalão etário, e por condições de saúde mais fragilizadas.
Para o efeito, teria sido indispensável que se tivesse levantado uma unidade hospitalar de rectaguarda, ajustada aquelas carências, podendo funcionar como hospital de dia, e fazer a denominada cirurgia do ambulatório, para além da capacidade para internamento de doentes para cuidados paliativos ou continuados, e apoiar, inclusivamente, os ex- combatentes em áreas clínicas específicas, nomeadamente no tratamento de perturbações psico-somáticas, resultantes da guerra.
Semelhante estrutura podia ter sido encontrada e levantada entre os ex-hospitais dos Ramos, uma vez que estes dispunham de estruturas logísticas adequadas, bem como de equipamentos médico-sanitários, facilmente adaptáveis para o efeito.
Chegados aos dias de hoje, o SSM depara-se, então, perante uma séria ameaça de descaracterização, com uma capacidade de resposta pronunciadamente abaixo dos níveis obrigatórios por que se deveria reger, decorrente da degradação da qualidade e eficiência do seu funcionamento, em particular da sua vertente hospitalar e assistencial.

CHEGADOS AOS DIAS DE HOJE, O SSM DEPARA-SE, ENTÃO, PERANTE UMA SÉRIA AMEAÇA DE DESCARACTERIZAÇÃO, COM UMA CAPACIDADE DE RESPOSTA PRONUNCIADAMENTE ABAIXO DOS NÍVEIS OBRIGATÓRIOS POR QUE SE DEVERIA REGER, DECORRENTE DA DEGRADAÇÃO DA QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SEU FUNCIONAMENTO, EM PARTICULAR DA SUA VERTENTE HOSPITALAR E ASSISTENCIAL

Como resultado, a situação decorrente da reforma de 2014 tem vindo progressivamente a desmotivar os profissionais de saúde do Sistema, saldando-se pela sua saída precoce e continuada, pelo defraudar das suas legítimas expectativas e pela impossibilidade sentida na normal manutenção de competências nas respectivas áreas de especialização, enquanto, por outro lado, os utentes vêm, progressivamente, procurando no exterior as respostas, que não encontram no Sistema, aos seus problemas de saúde.
Deste modo, uma capacidade de resposta por parte do SSM, em particular da sua vertente hospitalar, reconhecidamente diminuída pela carência progressiva de meios humanos, materiais e financeiros, a par de conceitos organizacionais de eficiência não comprovada, permite, com legitimidade, interrogar sobre o futuro do Sistema.
No âmbito da componente operacional, igualmente se questiona como é que SSM poderá funcionar com a prontidão e eficiência exigidas, quer no aprontamento e sustentação de Forças Nacionais Destacadas (FND), bem como no apoio a outras Forças a levantar, em linha com os compromissos internacionais de que Portugal faz parte.
De igual forma, importava visualizar como será feito o levantamento e sustentação do Hospital de Campanha, de forma a garantir as capacidades de ROLE 2 e ROLE 2E, exigidas pela doutrina da OTAN, e importaria, ainda, esclarecer como o SSM poderá responder à potencialidade de ameaças no âmbito NBQR.

É URGENTE INVERTER

Num quadro tão repleto de limitações, como de interrogações, torna-se urgente inverter a presente realidade, devendo chegar o momento para afirmar um SSM ajustado às reais necessidades das FA, composto por quadros motivados, com uma valorização profissional adequada, e dotado dos recursos que possam satisfazer os padrões mais amplos de qualidade, no âmbito da sua intervenção.
No mesmo sentido, importava afirmar um SSM desenhado à medida das necessidades intrínsecas da saúde operacional, nas suas áreas de prevenção e cuidados de saúde, privilegiando os serviços e especialidades mais directamente relacionadas com o apoio sanitário às Forças, em prejuízo de valências espúrias.
Por outro lado, seria indispensável conseguir um SSM que não estivesse sequestrado da sociedade civil, e que com esta se pudesse articular optimizadamente, tendo em vista a criação de sinergias, sem perder, no entanto, a sua identidade ou ter prejuízo na sua missão fundamental.
Finalmente, seria fundamental garantir um SSM que se pudesse constituir como factor aglutinador de coesão e de confiança no seio dos militares, com que estes se pudessem identificar, princípio incontornável para o seu integral empenhamento no quadro das missões atribuídas.
Numa altura em que está anunciada a intenção de proceder a uma nova reforma do SSM, com a criação de um grupo de trabalho para o efeito, no âmbito do EMGFA, seria imperioso que as limitações e disfunções identificadas pudessem vir a merecer uma análise e reflexão lúcida e credível, tendo em vista um SSM que pudesse garantir uma resposta de qualidade, quer à componente operacional, quer a uma vertente assistencial e hospitalar ajustada às necessidades dos militares e das suas famílias, tendo em consideração o enquadramento legal da Condição Militar.

*Tenente General
(Ex- Quartel Mestre General do Exército)

* Os subtítulos são da responsabilidade da redação

Lusa – António Cotrim

SAÚDE CENTRADA NAS COMUNIDADES

A solução organizativa que melhor responde a uma visão de política de saúde são os Sistemas Locais de Saúde enquanto rede matricial de proximidade em que se cruzam funções e necessidades, evidenciadas pelo imperativo de promover a saúde, prevenir e tratar a doença

CIPRIANO JUSTO*

A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL da Saúde (OMS) continua a manter a definição de saúde como *o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou incapacidade*. Por essa razão, a missão mais relevante de uma política de saúde é contribuir para o bom estado de saúde ao longo da vida e a melhoria da esperança de vida saudável da população. Para esse efeito deve liderar todas as oportunidades para influenciar as políticas sectoriais que tenham impactos positivos sobre os determinantes biopsicológicos, sociais e políticos da saúde. O *investimento na saúde de todos* resulta num maior bem-estar da população, indispensável para o desenvolvimento social e para a concretização dos projectos de vida individuais.

A SAÚDE É MUDANÇA

A visão alargada e global da saúde privilegia os *focos locais de mudança* e reconduz as pessoas ao papel de co-produtoras da saúde individual e colectiva. Nesta perspectiva, a política de saúde está centrada nas comunidades locais e nos seus recursos, orienta-se pelos princípios da solidariedade e da equidade, e assume o compromisso de contribuir para que os serviços sejam prestados com os mais elevados padrões de qualidade. Trata-se de *centrar a política de saúde nas comunidades locais*. Havendo nas diferentes fases do ciclo vital necessidades cuja cobertura deve ser dada por outros actores sociais em razão da sua multicausalidade, toda a acção deve estar ordenada, organizada e planeada para produzir a efectividade máxima, traduzida em *ganhos em saúde*, consideradas as alternativas mais acessíveis, mais efectivas e melhor aceites.

Considerando que à volta de 70 por cento da esperança de vida dos portugueses é saudável ou sem incapacidade, é exigível que o serviço público de saúde se articule com os outros recursos formais e informais instalados nas comunidades, estabelecendo e desenvolvendo *parcerias* que promovam a aplicação de medidas gerais e intervenções específicas que aumentem a esperança de vida saudável, considerando o perfil sociodemográfico e epidemiológico de cada comunidade. Estando bem estabelecido o nexo entre determinantes sociais – grau de instrução, rendimento, profissão, emprego, habitação, rede social – e exposição a riscos – erros alimentares, sedentarismo, hábitos tabágicos e alcoólicos, entre outros – este sistema de parcerias tem a sua justificação na contribuição que cada actor social pode dar para melhorar e promover o estado de saúde de cada comunidade.

A COMUNIDADE LOCAL É O SISTEMA SOCIAL POR EXCELÊNCIA ONDE MELHOR SE MANIFESTA A COMUNHÃO DE INTERESSES E O ESPÍRITO DE COOPERAÇÃO DE TODOS OS SEUS ACTORES INDIVIDUAIS E INSTITUCIONAIS

Embora o sector da saúde, por si só, tenha evidentes limitações técnicas e um mandato político limitado para intervir nos determinantes sociais, é socialmente legítimo que se constitua como uma instância que, pela sua responsabilidade e liderança social que lhe é implicitamente reconhecida, aproveite e utilize essas qualidades para influenciar a melhoria da rede de apoio social, as condições de habitação e de trabalho e o grau de instrução, por exemplo. Trata-se de agir de maneira a contribuir para prevenir consequências de causas bem identificadas e com as quais vai ter de lidar em qualquer momento do ciclo de vida da população.

Lusa – Estela Silva

PARCEIROS E PARCERIAS

Uma fracção significativa da cobertura destas circunstâncias está na constituição das parcerias que reúnam as melhores condições para proteger a saúde, responder às necessidades das comunidades e captar recursos para mobilizar os parceiros para a promoção da saúde, quer através do *aumento do nível de literacia em saúde* quer ao nível das políticas que tornem as *práticas saudáveis* mais fáceis. Estas parcerias são as instâncias que se encontram em melhores condições para desenvolver *medidas pró-activas* de detecção, sinalização e acompanhamento dos sectores da população a descoberto das actividades de vigilância previstas nas orientações em vigor, motivando-as para a sua importância e o benefício que delas podem retirar. Além disso, são também os dispositivos organizacionais que melhor podem contribuir para prevenir a *institucionalização intempestiva dos idosos e outros grupos carenciados,* criando condições locais para o desenvolvimento de estratégias de apoio à manutenção da sua autonomia, tornando-os sujeitos socialmente úteis e contribuintes activos do desenvolvimento social.

É hoje aceite pela comunidade científica que não é suficiente atribuir crescentes recursos financeiros aos serviços de saúde, particularmente aos que prestam cuidados na doença aguda, para se obterem bons indicadores de saúde. As abordagens tradicionais para lidar com esta situação estão condenadas ao fracasso. Torna-se, por isso, necessário, desenvolver uma visão da saúde que reconduza as pessoas ao seu papel de *co-produtoras de saúde* individual e colectiva, e dessa maneira criarem-se as condições para que as sociedades se tornem mais saudáveis.

Sabendo-se que grande parte do investimento na saúde só tem impacto no longo prazo, os governos, condicionados pela agenda eleitoral, aspiram sobretudo a resultados visíveis e imediatos. É dessa maneira que o tratamento da doença adquire um estatuto que o torna preferível a outras escolhas. Havendo necessidades cujas respostas devem ser dadas por outros actores sociais em razão da sua multicausalidade, toda a oferta de cuidados deve estar ordenada, organizada e planeada para produzir a efectividade máxima, traduzida em ganhos em saúde. Os resultados finais, traduzidos em esperança de vida e sobretudo em esperança de vida saudável, são a consequência da *acção intersectorial* e da *capacitação das comunidades* para controlarem os determinantes da saúde e a exposição a factores de risco.

COMUNIDADE É QUEM MAIS ORDENA

Embora as soluções técnicas disponíveis no sector da saúde sejam importantes, não são suficientes. É na gestão das causas subjacentes e dos determinantes da saúde que podem ser encontrados os ganhos mais significativos em saúde. Foi nesta consideração que a União Europeia, em 2006, consagrou as respostas a essas causas sob a forma de *Saúde em Todas as Políticas* (STP) para os factores de risco, em particular os erros alimentares, o sedentarismo, o tabagismo, o alcoolismo, o "stress" social, uma vez que a capacidade das pessoas para lidarem com estes riscos é limitada, dado estarem associados a determinantes mais amplos, como o rendimento disponível e o nível de instrução. A STP encontra a sua mais relevante justificação no facto de os contextos sociais serem profundamente influenciados pelas políticas públicas.

A constituição destes dispositivos sociais que incluem organizações formais e informais está justificada pela natureza do que está em causa – a promoção da saúde –, onde a simetria da informação está mais presente do que em qualquer outro plano do sistema de saúde. Neste sentido a *comunidade local* é o sistema social por excelência onde melhor se manifesta a comunhão de interesses e o espírito de cooperação de todos os seus actores individuais e institucionais.

Partindo destes considerandos, a solução organizativa que melhor responde a uma visão de política de saúde assente nestes pressupostos são os *Sistemas Locais de Saúde* (SLS), enquanto rede matricial de proximidade em que se cruzam funções e necessidades, evidenciadas pelo imperativo de promover a saúde, prevenir e tratar a doença. Estes SLS, ao estabelecer uma *rede intersectorial* de análise dos problemas e de aplicação das respostas, facilita a fixação de metas locais, promove o desenvolvimento de processos cooperativos de utilização de todos os recursos da comunidade, estimula o relacionamento centrado na informação partilhada, na negociação, na complementaridade e na coordenação. Nesta configuração, esta infraestrutura contribui para *diminuir as desigualdades* e melhorar o nível de saúde das comunidades. Pela sua natureza de base populacional, este dispositivo é aquele que, socialmente, melhor contributo pode dar para a política de saúde de para todos.

O INVESTIMENTO NA SAÚDE DE TODOS RESULTA NUM MAIOR BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO, INDISPENSÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS PROJECTOS DE VIDA INDIVIDUAIS

*Médico, professor de Saúde Pública

ESTADO NÃO É UM NEGÓCIO

Lusa – Manuel Almeida

Na futura Lei de Bases da Saúde deve estar plasmado o seu carácter versátil, flexível e evolutivo de modo a criar espaço que permita alterações evolutivas e estratégicas futuras dos modelos organizativos de Gestão Pública Hospitalar/Cuidados Primários. Enquadramento com a Lei n.º56/79 (Lei do SNS) e futura Lei de Bases

JOÃO PAIAS*

O modelo de gestão perfilhado pelos hospitais do SNS quando integravam o Sector Público Administrativo do Estado (SPA) era fortemente inspirado no modelo tradicional (Max Weber, século XIX). Este modelo, essencialmente burocrático, assentava numa estrutura fortemente hierarquizada e centralizadora em que os custos foram em grande parte secundarizados.

Este modelo foi apontado como fator determinante do crescimento da despesa, da relativa ineficiência do sistema de saúde e, dentro deste, do funcionamento hospitalar. Nos últimos anos, as despesas com a saúde cresceram muito mais rapidamente que o PIB, no mesmo período. A despesa com os hospitais rondou em média 50 por cento, do total de custos do SNS. Este representava em 2012 cerca de 9,2 por cento do PIB, contra 2,6 por cento em 1970 (INE, 2014). Na Europa e restante mundo industrializado, os custos de funcionamento dos hospitais públicos alcançavam cerca de 30-70 por cento dos recursos orçamentais alocados aos Serviços de Saúde!

Grandes somas de recursos foram também alocados anualmente à construção, manutenção e reabilitação hospitalar. Na maioria das vezes, com pouco sucesso do ponto de vista da poupança e da eficiência. O ressurgimento de novas realidades: alterações do modelo social, a mudança rápida em termos tecnológicos, os fluxos interinstitucionais dos recursos humanos, a implementação de novas instituições e o agravamento das condições de sustentabilidade, condicionaram e alteraram a resposta das instituições públicas hospitalares, tornando-as inadequadas e pouco eficazes.

Tornou-se então urgente a procura de modelos de gestão alternativos, cuja implementação iniciou-se no final da década de oitenta do século passado!

O sistema nacional de Saúde em Portugal não podia alienar-se do ímpeto reformista que iria atingir a área da Saúde nos países da OCDE, já que padecia de problemas semelhantes! Estes desafios conduziram à procura de novos modelos organizacionais de gestão e de prestação de cuidados de saúde mais eficazes e menos dispendiosos. Tinham como objetivo: a redução de custos e a recuperação económica e financeira institucional, decorrente da melhoria da eficácia gerada!

GESTÃO EMPRESARIAL

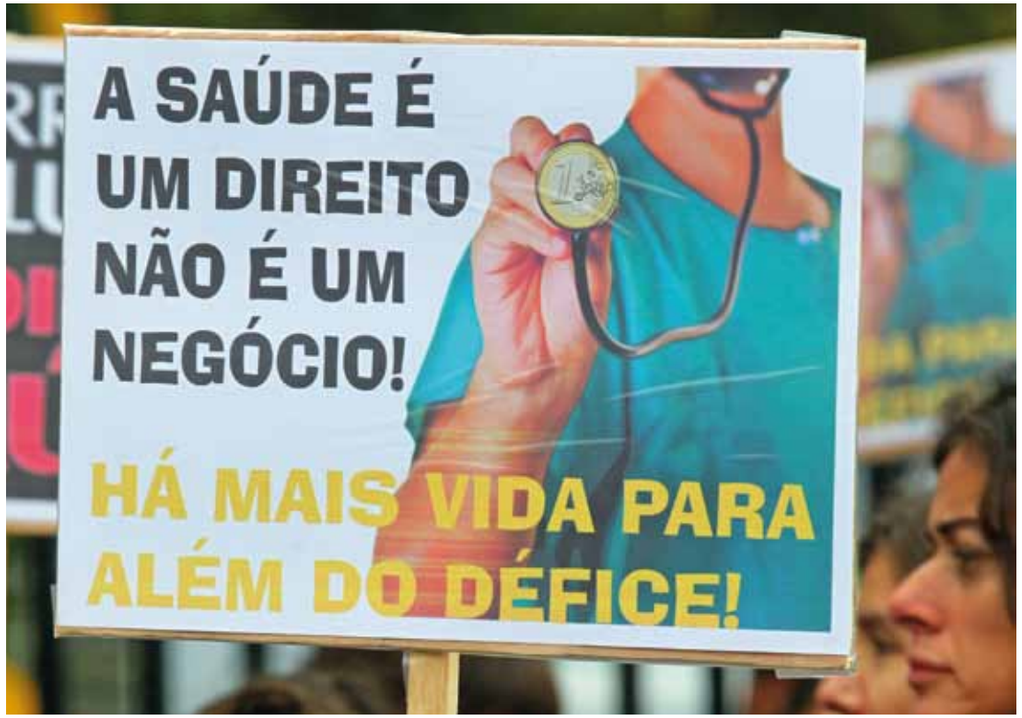
As reformas na saúde acompanharam as transformações ocorridas na Administração Pública. Nos anos 1980/90, foram adotados os conceitos e a filosofia da *New Public Management* (NPM). O modelo weberiano, então vigente, foi incapaz de responder com eficácia às alterações de uma sociedade em mutação e de um mercado cada vez mais globalizado. A reforma na área da Saúde seguiu os princípios do modelo NPM do Setor Administrativo e adotou as regras de gestão empresarial, oriundas do sector privado. Em 2000 tornou-se notório a tendência para o ressurgimento de novos modelos, denominados

pós-*New Public Management*: o *New Public Service* e *New Public Governance*.
Em cada uma destas abordagens estão subadjacentes filosofias e conceitos distintos. Vejamos:

- O conceito de *New Public Management* (NPM) marcou a transformação do Estado Social num Estado Managerial (management). Foi marcado pela vitória do partido conservador no Reino Unido, em 1979 e pela eleição de Ronald Reagan nos EUA, em 1981. Este modelo surge como tentativa de retardar ou reverter o crescimento da despesa pública.
- Em termos de fundamentação epistemológica, a base do *New Public Management* assenta na teoria económica, na qual prevalece uma racionalidade técnica e económica com base nas leis de mercado.
- A consulta internacional sobre esta temática revela, tratar-se de um conceito muito abrangente e que pode ser dividido em submodelos, cuja aplicabilidade é variável, conforme o grau de desconformidade apresentada pelas Administrações Públicas ou organizações. Identificaram-se quarto submodelos: *Efficiency Drive, Downsizing and Decentralization, In Search of Excellence* e *Public Service Orientation*. Esta subclassificação reflete a variedade de iniciativas incorporadas neste conceito e sua complexidade!
- No NPM a divisão entre as questões políticas e de administração é um dos aspetos mais marcantes. Os administradores passam a dispor dos instrumentos de gestão e da autonomia necessários ao pleno desempenho das suas funções, de acordo com os objetivos previamente definidos!
- Com o *New PublicManagement* assiste-se a uma mudança das funções do Estado, que passa de fornecedor a regulador.
- Destacam-se as medidas *standard* de desempenho: aplicação de objetivos e indicadores, controlos de produção relacionados com a gestão de recursos e avaliação de desempenho.
- Prevalece a satisfação das necessidades dos clientes e assiste-se à troca do valor da cidadania, pela noção prática de cliente! Estabelecem-se redes de cooperação com o setor privado e terceiro setor, ficando o Estado como mediador.
- No NPM reforça-se a Introdução das Tecnologias de Informação na Administração Pública e o processo de reforma e modernização do Estado.
- As críticas à doutrina do NPM, destacam a introdução em larga escala de mecanismos de mercado no setor público e o risco elevado da corrupção nestes serviços. Alguns autores referem que o NPM apresenta pouca substância e pouca mudança, para além da expressão pública da responsabilização dos gestores. Por outro lado, o NPM trouxe danos ao serviço público, por ser ineficaz na capacidade de cumprir a sua reivindicação de reduzir custos por unidade de serviço. Este modelo é também considerado, por outros, como um veículo para vantagens particulares que promovem uma cadeia de interesses privados.
- Os modelos pós NPM (*New PublicService* e *Public Governance*), consideram que as transformações ocorridas na sociedade, tais como o desenvolvimento da ciência, da informação, da experiência e das tecnologias de informação e a massificação, conduziram a preocupações sociais. Nesta mesma perspetiva, vários autores apontam na modernidade a possibilidade de construir uma melhor organização social, mais justa e com maior igualdade.
- Efetivamente, a Administração Pública vista de uma dimensão social, com enfoque para questões sociais, de cidadania e da comunidade que envolvem a sociedade atual, contribuiriam para as novas abordagens teóricas da Administração Pública.
- O *New Public Service* pressupõe que o Estado não é um negócio, nem deve ser gerido como tal, mas como uma democracia.
- A *New Public Governance* (implementado durante a Administração Clinton), da mesma forma que o *New Public Service*, presta atenção à forma como diferentes organizações interagem, para atingirem um alto nível de resultados, sendo estes alcançados pelos cidadãos e comunidades intervenientes.
- *The New Public Service* é considerada das abordagens mais coerentes. O enfoque nesta doutrina é o cidadão, a comunidade e a sociedade civil, ao contrário da NPM, cujo foco principal é o mercado. A partilha de responsabilidades, o envolvimento dos cidadãos e comunidade e o desenvolvimento de soluções consistentes com o interesse público, são valores implícitos neste conceito!

NOS ÚLTIMOS ANOS, AS DESPESAS COM A SAÚDE CRESCERAM MUITO MAIS RAPIDAMENTE QUE O PIB, NO MESMO PERÍODO. A DESPESA COM OS HOSPITAIS RONDOU EM MÉDIA 50 POR CENTO, DO TOTAL DE CUSTOS DO SNS

O caracter dinâmico e evolutivo destes conceitos é uma realidade e não exclui nem se confunde com a eficiência, produtividade e a eficácia que são primordiais e exigíveis em qualquer modelo de Administração Pública e/ou área da Saúde!
Como forma de transição para conceitos mais evoluídos, é de considerar a coexistência temporária, de modelos híbridos!
Em Portugal, a empresarialização dos hospitais iniciou-se em 2002, com a transformação de 35 hospitais do setor público administrativo, em 31 unidades S.A.. Em 2005 dá-se a transformação dos hospitais S.A. em entidades públicas empresariais (E.P.E.). Seguiu-se a fase de concentração/fusão de unidades de saúde com a criação dos Centros Hospitalares e Unidades Locais de Saúde (ULS) até ao ano 2014.
Em Portugal, a implementação destes modelos de gestão e organização hospitalar tiveram a sua génese no conceito NPM. Não se obtiveram os benefícios económicos, nem a eficiência e eficácia desejada!



Lusa – Nuno Veiga

De modo a objetivar o desempenho operacional dos modelos de gestão da vertente hospitalar do SNS, realizamos uma análise objetiva dos três modelos de organização atualmente vigentes, baseados na literatura nacional e dos dados divulgados, assim como, dos dados publicados na literatura internacional!

MODELOS DE GESTÃO

Os modelos de organização principais são: hospitais públicos com gestão em regime de PPP, ULS, e por último e mais recentemente, os C.H. resultante das fusões hospitalares.

HOSPITAIS PPP

O modelo de parceria público-privada (PPP) pode envolver vários e diferentes setores públicos. A primeira aplicação ao setor hospitalar em Portugal surgiu em 1995 com o contrato de gestão hospitalar do Hospital Fernando Fonseca (Amadora - Sintra), o qual terminou em Dezembro de 2008. Atualmente, existem quatro instituições hospitalares com este regime de gestão.

A ERS publicou no primeiro semestre de 2016 um estudo do desempenho destas instituições, onde se analisam os seguintes indicadores de desempenho: eficiência relativa; eficácia; qualidade clínica; e custos da regulação.

O relatório mostrou-se parco e ambíguo nas considerações e análises, como se ilustra nesta frase: "Não se identificaram vantagens significativas neste modelo como também não se apurou pior desempenho."

Por razões óbvias, existe uma reserva mútua na transparência que impede a análise do desempenho financeiro destas parcerias. Os contratos encontram-se ainda em vigor e a confiança entre partes deverá ser preservada!

Uma breve revisão da literatura internacional permite ainda constatar que, além do fato, também evidente em Portugal, de a este modelo estar subjacente uma discussão de forte cariz ideológico, observa-se também "uma grande relutância em fazer avaliações quer do desempenho operacional quer financeiro". Parece haver uma conclusão generalizada de que a aplicação do modelo de PPP na área hospitalar "complica mais a difícil tarefa de construir e gerir um hospital".

No âmbito da gestão hospitalar, apesar do conceito de financiamento privado dos serviços ter sido, em geral, bem aceite, os resultados práticos não têm correspondido ao esperado. São vários os exemplos de modelos de PPP em que os serviços acordados, na sua globalidade, se revelam mais caros comparativamente aos modelos tradicionais, com a agravante de ser o setor público a assumir, habitualmente, os elevados custos de um eventual colapso do projeto!

GRANDES SOMAS DE RECURSOS FORAM TAMBÉM ALOCADOS ANUALMENTE À CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REABILITAÇÃO HOSPITALAR. NA MAIORIA DAS VEZES, COM POUCO SUCESSO DO PONTO DE VISTA DA POUPANÇA E DA EFICIÊNCIA

O modelo de PPP apresenta no entanto algumas vantagens: finalização de obras e prestação de serviços nos prazos estipulados e sem alterações orçamentais, apesar de muitas das vezes, ser à custa da diminuição da qualidade. Tratando-se de uma parceria de gestão entre o setor público e privado, cujos interesses são, por vezes, antagónicos. Os aspetos da eventual litigância, mediação e conciliação, sempre presentes e relevantes, não foram nesta análise devidamente enfatizados.

UNIDADES LOCAIS DE SAÚDE

A diferença entre uma ULS e um Hospital tradicional, reside no fato que a ULS integra os Cuidados Diferenciados Hospitalares e os Cuidados Primários, sob a responsabilidade de uma mesma equipe de gestão. O pagamento dos serviços também é diferente. Os hospitais não integrados recebem de acordo com os atos

contratualizados, enquanto as ULS recebem segundo um modelo de "capitação", isto é, recebem uma verba por cada pessoa da sua área de influência, independentemente se os cuidados sejam fornecidos nos centros de saúde ou hospitais. O princípio teórico que serviu de base a este modelo residia no fato de que a integração funcional dos hospitais/centros de saúde, reduziria os custos e melhoraria a prevenção.
O relatório da ERS de fevereiro de 2015, sobre a qualidade dos serviços, eficiência e desempenho, destas instituições revelaram:

- Incapacidade de evitar internamentos desnecessários
- Incumprimento do tempo de resposta, útil e adequado em setores como: marcação e realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, consultas de especialidade e realização de cirurgias quer programadas ou de recuperação de lista de espera cirúrgica – SIGIC-.
- Tempos de internamento mais longos.
- Aumento do número de cesarianas

Em 2014 as falhas apontadas às ULS tinham já sido reportadas nas conclusões do trabalho da consultora IASIST, 'Portugal Top 5 – A excelência dos Hospitais'. Este estudo alertava que a maior parte dos doentes internados nos hospitais integrados, continuavam a chegar através da urgência hospitalar (90 por cento) e quando as doenças já se encontravam em fase avançada!
Este relatório, pelo que nos é dado a conhecer, é omisso nas causas! Estas poderão ter origem multifatorial! A ausência de lideranças no processo organizativo ou a inexistência de uma rede referenciação de qualidade, são fatores que também poderão ter contribuído para esta desconformidade. Os princípios teóricos que estiveram na sua génese, não tiveram tradução prática.

ATÉ FIM DE 2014 FORAM CONSTITUÍDOS ONZE CENTROS HOSPITALARES QUE RESULTARAM DA FUSÃO DE VINTE SEIS HOSPITAIS. A INDISPONIBILIDADE DE DADOS IMPEDE A ANÁLISE DE CUSTOS E DA SITUAÇÃO OPERACIONAL! ALGUNS DOS RESULTADOS OBTIDOS, REFERENTES À SITUAÇÃO FINANCEIRA, APONTAM PARA UMA DEGRADAÇÃO DE QUASE TODOS OS RÁCIOS. NO QUE SE REFERE À SITUAÇÃO OPERACIONAL, OS DADOS SÃO CONTRADITÓRIOS OU DESCONFORMES!

CENTROS HOSPITALARES

Os C.H. resultaram da fusão de Instituições hospitalares pré-existentes.
Conceito geral
"*Downsizing* (em português: achatamento, emagrecimento ou diminuição de tamanho) é uma das técnicas de gestão contemporânea que, de acordo com Caldas (2000), surgiu nos Estados Unidos, na década de 1970."
O uso do termo *downsizing* teve origem nos Estados Unidos em 1973, a seguir à crise do petróleo. As medidas e estratégias preconizadas para redução dos custos de produção e melhoria da eficiência implícitas no termo foram utilizadas na restruturação da indústria automóvel e consequente diferenciação competitiva. Segundo o autor argentino Rodolfo E. Biasca, o termo começou a vigorar cada vez mais no período de 1987-1989.
Trata-se de um submodelo do NPM, como atrás foi referido!
Os defensores deste modelo referem-no "como a melhor forma de responder a um mercado cada vez mais competitivo, no cenário de globalização atual! Os conceitos e modelos de gestão clássicos e as estruturas organizacionais tradicionais devem ceder lugar a estes novos modelos e formatos estruturais." Na sua implementação estão implícitos "a redução burocrática organizacional e os custos, tornando as organizações mais flexíveis, enxutas e eficientes".
Os eventuais insucessos são, em geral, justificados: "pela falta de preparação dos responsáveis pela sua implementação, falta de planeamento prévio, definição de metas, colheita de dados, identificação de oportunidades, etc".
As críticas a este modelo surgiram de imediato e têm-se mantido ao longo dos anos:

- Robert Tomask, um dos criadores do *downsizing*, admitiu que houve casos de implementação que "foram longe demais com a metodologia";
- Prahalad, autor do livro *Competing for the Future*, chamou ao *downsizing* "a anorexia empresarial".

Este modelo não pode ser entendido como uma panaceia a ser implementada pelas organizações. Envolve aspetos económicos, tecnológicos e sociais muito importantes! A sua implementação deve ser precedida de profundo estudo organizacional, estratégico e de uma avaliação de custos/benefícios, sob pena de conduzir as organizações ao desastre!
Em suma, as iniciativas a implementar requerem obediência aos seguintes princípios:

- Planeamento e definição de metas;
- Colheita de dados;
- Identificação de oportunidades;
- Análise de custos e evolução de indicadores;
- Simplificação da estrutura;
- Análise do desempenho individual e coletivo.

A aplicabilidade deste modelo depressa se expandiu às várias áreas de atividade do mundo industrializado, inclusive à área da Saúde, de forma sectorial ou global.
A graduação e o ritmo das iniciativas de *downsizing* dependem das circunstâncias e das consequências! Neste modelo está implícita uma vasta cadeia de iniciativas, tais como: contração ou eliminação de serviços, despedimentos, reestruturação, fusões hospitalares, privatizações, flexibilidade e mobilização de recursos, *outsourcing*, etc. O modelo permite uma dinâmica de avanços ou recuos das diferentes iniciativas a implementar, de modo a alcançar-se um ponto de equilíbrio. Como referido por Mário Jorge

Carvalho, "a diminuição de custos só por si não melhora a eficiência no funcionamento das organizações; pelo contrário, é pela melhoria da eficiência que se consegue baixar os custos.".

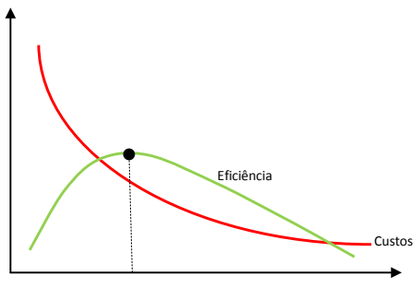


Figura 1 – Relação custo-benefício

A questão mais determinante está no nível ou patamar a que deve ser colocado o ponto de equilíbrio! Ao poder político compete determinar a localização do ponto de equilíbrio ou patamar correto, atendendo às circunstâncias presentes e às consequências. À gestão compete a tomada das iniciativas, determinando o grau, o ritmo, a regulação e o controlo das mesmas, de modo a cumprir as metas políticas estipuladas.
Porque a implementação de iniciativas não é inócua, esta carece de um grau elevado de controlo: monitorização e regulação.
A pouca evidência da sua efetividade é uma das razões para que a sua aplicabilidade não deva ser generalizada ou aplicada em muitas Instituições simultaneamente! Das meta-análises realizadas e das revisões da literatura sobre esta temática, cerca de 80-90 por cento dos artigos revistos, revelam que este modelo apresenta efeitos adversos!

ANÁLISE FINANCEIRA

Pouco se tem escrito sobre estudos analíticos, dos resultados financeiros e operacionais deste modelo de gestão! A nível nacional são poucos, mas na literatura internacional abundam!
"Até fim de 2014 foram constituídos onze centros hospitalares que resultaram da fusão de vinte seis Hospitais. A indisponibilidade de dados impede a análise de custos e da situação operacional! Alguns dos resultados obtidos, referentes à situação financeira, apontam para uma degradação de quase todos os rácios. No que se refere à situação operacional, os dados são contraditórios ou desconformes!" (Rui Filipe Martins Oliveira – *Dissertação para obtenção de grau de mestre em Contabilidade e Análise Financeira*, Julho de 2014).
"Os estudos disponíveis dos efeitos a médio/longo prazo indicam que se o *downsizing* não é periodicamente avaliado e regulado, existe o perigo da criação organizacional de um ciclo em baixa. Atingir o equilíbrio, será depois mais difícil e demorado." (João Paias - revista *Medi.com* - Março/Abril de 2016 - artigo de opinião: *Hospitais Públicos do Algarve – Exemplo de Downsizing?*)

RESUMO E NOTAS

Como reflexão sobre esta temática, adicionamos e realçamos algumas notas:

- Na prática, muitos países que implementaram reformas na Administração Pública acabaram por adotar uma abordagem hibrida, onde coexistem simultaneamente elementos dos modelos weberiano e NPM.
- Alguns dos princípios e regras para a implementação do NPM em Portugal não foram tomados em consideração, particularmente a identificação da oportunidade!
- O primado da implementação destes modelos, ao contrário do que seria esperado, foi a simples redução de custos, ao invés da reestruturação do funcionamento Institucional!
- O subsequente subfinanciamento agravou ainda mais a disrupção funcional institucional.
- Em alguns países, produziu o que se denominou *governance states*, em que o Ministério das Finanças adquiriu uma forte capacidade interna e adotou "NPM-*stylemarketreforms*", à custa deintervenções, por vezes musculadas, na máquina governamental, de modo a atingir os seus objetivos (Harrison, 2004).
- A centralização de todas as iniciativas, apontam para a persistência de constrangimentos económicos! Só desta forma se justifica o atavismo existente, perante a necessidade premente de tomada de iniciativas estruturantes, de modo a reverter o estado atual de disfuncionalidade dos hospitais públicos!
- Se o foco central de qualquer modelo organizacional é a criação de valor para o cidadão-utente, então estes modelos deverão ser trabalhados e evolutivos, de modo a permitirem a procura contínua de novas soluções organizacionais, de acordo com a realidade presente ou futura! Como opção preferimos a "bestfit"do que "bestpractice".
- Em Portugal e no que concerne aos cuidados primários, optou-se pela implementação e constituição de Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) e Unidades de Saúde Familiar (USF - unidade multifuncional com gestão empresarial-like). Este modelo organizacional derivado da aplicação do NPM e ainda em fase de consolidação, necessita de ser trabalhado, particularmente no que respeita aos indicadores de desempenho operacional e financeiro. Mantem-se o risco, à semelhança dos centros hospitalares, da ausência de controlo das medidas implementadas, isto é: monitorização e regulação.

Na futura Lei de Bases da Saúde deve estar plasmado, o seu carácter versátil, flexível e evolutivo, de modo a criar espaço que permita alterações evolutivas e estratégicas futuras, dos modelos organizativos de Gestão Pública Hospitalar/Cuidados Primários! Todo o modelo de gestão é evolutivo e dinâmico, como evolutiva e dinâmica é a sociedade! Nada impede que a Lei de Bases e subsequentemente, os estatutos hospitalares ou regulamentos (vertente operacional), não estejam alinhados nos mesmos objetivos estratégicos comuns: criação de espaço para a evolução, criação de valor para o cidadão-utente. Referimo-nos à solidariedade e à sustentabilidade do SNS! É este binómio que esteve na génese da sua criação e está na sua continuidade!

*Chefe de Serviço Hospitalar de Urologia do C.H. Algarve

Lusa – António Cotrim

SNS PODE SEPARAR RICOS E POBRES

Estará a concretizar-se no meu País, com a indecisão da própria Assembleia da República, um serviço de saúde particular para ricos e remediados e um outro público para pobres, ambos à custa dos impostos dos contribuintes, o que julgo ofender as disposições constitucionais

FRANCO CHARAIS

SOBRE A REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 de Abril, *O Referencial* n.º 130 (Jul-Set 2018), que trata com profundidade o tema *Saúde, um Direito Constitucional*, sinto-me na obrigação de não só prestar o meu depoimento como utilizador do SNS como expressar o orgulho de ser o sócio n.º 7 da Associação.

E, começando por este último assunto:

Começo por louvar os dirigentes da Associação na pessoa do seu presidente, coronel Vasco Lourenço, indiscutível personalidade de topo dos Movimentos dos Capitães e das Forças Armadas. Com os seus camaradas do MFA e participação de civis fundou a Associação 25 de Abril, que hoje tem delegações no Norte, Centro, Alentejo e Canadá e que é membro Honorário da Ordem da Liberdade, com a finalidade de preservar o espírito com que o MFA, apoiado pela esmagadora maioria da população, substituiu uma ditadura por um regime democrático. Um dos meios que tem utilizado é, sem dúvida, a revista *O Referencial* que hoje pode ser lida em suporte de papel ou na internet. Por esta tem passado como editores, oficiais do extinto Conselho da Revolução, como conselheiros de redacção ilustres personalidades militares e civis e amor à Associação tenho de louvar.

À ESPERA DE MÉDICO DE FAMÍLIA

Sobre o meu depoimento relacionado com o Serviço Nacional de Saúde:

Vivendo em Portimão há mais de 20 anos, eu e a minha mulher continuamos a aguardar que nos seja atribuído um médico de família. Tenho suprido esta carência utilizando o meu cartão ADM e, por razões de comodidade, recorrendo aos médicos do Hospital Particular do Algarve. Nos últimos anos tive a oportunidade de utilizar os serviços de urgência públicos do Hospital de Portimão e privados do Hospital Particular do Algarve.

EXISTIRÃO DEPUTADOS QUE DEFENDEM UM SNS UNIVERSAL, OUTROS UM SNS MITIGADO E AINDA OUTROS O CONSIDERAM DESNECESSÁRIO E ONEROSO PARA AS CONTAS DO ESTADO DADO OS PRIVADOS DISPOREM DE MELHORES CAPACIDADES DE GESTÃO

Por ter desmaiado num café, os donos deste chamaram o 112 que informando ser sua obrigação conduzir os doente para um hospital público levaram-me para o Hospital do Algarve. No hospital fui internado no serviço de urgência, após uma rápida triagem. Colocaram-me numa das cadeiras articuladas dispostas em semicírculo numa sala grande, a maioria ocupadas por outros doentes. No fim da manhã seguinte após análises ao sangue foi-me dada alta tendo-me sido diagnosticado uma anemia. Mas pude apreciar a forma como médicos e enfermeiros desempenhavam de forma eficiente e carinhosa as suas funções. No início da manhã pude também assistir à rendição dos turnos de enfermeiros. O

chefe do turno cessante acompanhava todos os enfermeiros do turno seguinte numa ronda por todos os doentes, explicando a situação clinica de cada um deles.
Numa outra ocasião fui às urgências do Hospital Particular onde, após uma análise ao sangue e auscultação, a médica de turno diagnosticou uma pneumonia e a necessidade de imediato internamento. Fui internado num quarto onde tive a companhia de outro doente e, embora nada tenha a dizer sobre a forma como clinicamente fui tratado, do pessoal que me assistiu, da alimentação, fiquei com a impressão de ser notória a falta de pessoal e a pressão que recai sobre médicos, enfermeiros, auxiliares. Fiquei com a sensação de que os serviços mínimos só estariam a ser cumpridos pelo excesso de trabalho exigido ao pessoal. Também as instalações, com diárias caras, apresentavam carências inadmissíveis para um hospital particular. De tudo isto dei conhecimento, por escrito, à direcção do hospital. Em contrapartida, a ala do hospital destinada a consultas externas é moderna, dispondo de instalações amplas e modernas, consultórios com equipamentos cardiológicos, oftalmológicos e outros, com instalações para cabeleireiro, loja de medicamentos cafetaria/restaurante, amplos parques de estacionamento, falando-se da construção de um novo anexo destinado a um hotel para apoio de futuros utilizadores do hospital. O serviço prestado está bem organizado com meios humanos e materiais que permitem que uma consulta possa ser marcada telefonicamente, confirmada na véspera por mensagem acompanhada por uma senha que permite, por

DESDE LOGO FIQUEI COM A CONVICÇÃO DE QUE O SNS IRIA ENFRENTAR ATAQUES CERRADOS DOS INTERESSES PRIVADOS, ECONÓMICOS E FINANCEIROS LIGADOS À SAÚDE E QUE SERIA INEVITÁVEL O SURGIMENTO DE UM OUTRO FINANCIADO POR CAPITAIS PRIVADOS

meio electrónico, avisar o médico que o utente se encontra junto à sua sala de consultas. Nas consultas que solicitei, estas foram atendidas no período máximo de dez dias e delas saí com as receitas dos medicamentos e pedidos de exames complementares determinados pelo médico.Um destes médicos confidenciou-me que apoiante do SNS transitou, com mágoa, para o serviço de saúde particular pelas carências que encontrou no serviço do hospital público. Entre as carências retive, porque idêntico processo de gestão parece estar a ser aplicado nas Forças Armadas, que a lavagem de roupas, batas, lençóis, toalhas, etc., são feitas numa empresa da região de Lisboa.
Vivendo em Portimão assisti ao nascimento das novas estruturas e da sua utilização fiquei bem impressionado com o serviço prestado pelo hospital público e pelos serviços de consulta externa prestados pelo hospital particular e mal impressionado com os serviços de internamento prestados por este hospital.

SERVIÇO PÚBLICO PARA POBRES

Em 1979 foi promulgada a Lei n.º 56/79 de 15 de Setembro que criava o Serviço Nacional de Saúde (SNS), que tinha por finalidade a prestação de cuidados globais de saúde a toda a população, financiados através de impostos. O Estado, em cumprimento de preceitos constitucionais, procurava salvaguardar o direito das populações a um bem essencial. O assunto foi intensamente discutido fora e dentro do Conselho da Revolução, órgão do qual era conselheiro, porque o SNS iria substituir um serviço da competência das famílias, de serviços médico-sociais da Previdência e de instituições privadas. Desde logo fiquei com a convicção de que o SNS iria enfrentar ataques cerrados dos interesses privados, económicos e financeiros ligados à saúde e que seria inevitável o surgimento de um outro financiado por capitais privados. Com efeito, ao logo dos anos seguintes a Lei 56/79 vai, segundo o *https://www.sns.gov.pt/sns/servico-nacional-de-saude/*, sofrer a influência de conceitos políticos, económicos, sociais e, com a autorização do Estado, a transferir algumas das suas competências para o sector de saúde privado. E este recebendo a preciosa ajuda de seguros de saúde públicos (ADM, ADSE e outros) cresce e fortalece-se à custa do enfraquecimento do sector público. Como exemplo o fulgurante crescimento do sector de consultas externas do Hospital Particular do Algarve.
Porque na Assembleia da República reside a competência para regular este assunto e existirão

O ESTADO, EM CUMPRIMENTO DE PRECEITOS CONSTITUCIONAIS, PROCURAVA SALVAGUARDAR O DIREITO DAS POPULAÇÕES A UM BEM ESSENCIAL

deputados que defendem um SNS universal, outros um SNS mitigado e ainda outros o consideram desnecessário e oneroso para as contas do Estado dado os privados disporem de melhores capacidades de gestão, decidi transmitir à Assembleia a minha experiência colhida com a utilização dos dois serviços e a minha convicção de que estará a concretizar-se no meu País, com a indecisão da própria Assembleia, um serviço de saúde particular para ricos e remediados e um outro público para pobres, ambos à custa dos impostos dos contribuintes, o que julgo ofender as disposições constitucionais. Da Assembleia recebi a resposta de que a minha exposição tinha sido levada ao conhecimento dos deputados que integram a Comissão Parlamentar de Saúde para melhor ponderação e devida consideração.

LABORATÓRIO MILITAR EM RISCO

Associação de Oficiais das Forças Armadas alerta Ministro Finanças em carta que transcrevemos na íntegra

Exmo. Senhor Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Ministro das Finanças

ASSUNTO: Laboratório Militar. As Cativações que ameaçam a vida das instituições e de seres humanos, civis e militares das Forças Armadas.

A Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA) vem por esta via e através do texto que se anexa fundamentar e alertar Vossa Excelência para a gravíssima situação em que se encontra, uma vez mais, o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF), consequência direta e única das cativações persistentemente impostas pelo Governo, através do Ministério das Finanças.
O LMPQF é uma instituição centenária e que presta, muito para além de serviços inestimáveis à Instituição Militar, um vastíssimo e insubstituível serviço a Portugal na área da saúde, dele dependendo diariamente a vida (ou, consequentemente, a morte) de um alargado conjunto de cidadãos, de entre os quais várias crianças, portadores de doenças raras, bem como a sustentação logística, entre outras, que é prestada aos militares portugueses que integram Forças Nacionais Destacadas (FND).
Dada a situação crítica em que, uma vez mais, se encontra o LMPQF, assumindo desta vez uma muito especial gravidade considerado o risco diário de perda de vidas humanas, a AOFA expressa a mais profunda apreensão pela situação que está a ser imposta ao LMPQF e questiona, desde já, a quem deverão ser assacadas as diretas responsabilidades de algum caso mortal que venha a verificar-se, por insuficiência de medicamentos ou de outros dispositivos fornecidos pelo LMPQF.
A vida dos Portugueses não pode estar dependente de cativações e quem nelas persistir não poderá deixar, *depois de devidamente alertado*, de assumir por completo as devidas consequências dos atos de que é diretamente responsável.
Com os melhores cumprimentos,
Trafaria, 3 de dezembro de 2018

O Presidente

António Augusto Proença da Costa Mota
Tenente-Coronel

Lusa – Tiago Petinga

ÚLTIMO ESTABELECIMENTO FABRIL DO EXÉRCITO

A DEFINHAR

Constituído há mais de um século, o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos enfrenta grandes desafios e dificuldades

O Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF) é o último dos Estabelecimentos Fabris do Exército, mantendo a sua natureza jurídica atípica, sendo dotado de autonomia administrativa e financeira. Na prática, constitui-se como um órgão do Exército cuja atividade tem de gerar receita suficiente para se auto-sustentar, uma vez que, com a exceção dos vencimentos dos militares que ali prestam serviço, toda a sua atividade é paga por receitas próprias.
Constituído há mais de um século, o LMPQF não tem beneficiado de legislação e de investimento público que lhe permita responder às exigências da atividade farmacêutica, área fortemente regulada por um conjunto muito vasto de leis e regulamentos nacionais e europeus, cuja obediência e licenciamento exigem investimentos muito significativos, ou não estivéssemos a falar da segurança, qualidade e eficácia de medicamentos e outros produtos de saúde.
A forte retração da atividade das Forças Armadas e dos efetivos militares, a par da reestruturação do Sistema de Saúde Militar (SSM), em particular da extinção dos hospitais militares dos ramos e da criação do Hospital das Forças Armadas (HFAR), trouxeram grandes desafios e dificuldades que se arrastam há demasiado tempo e que, por isso, urge ultrapassar. A título de exemplo, basta atentar nas leis orgânicas do EMGFA e do Exército, assim como no Decreto-Lei que cria o HFAR e dificilmente se perceberá como é possível o HFAR e o LMPQF não terem qualquer tipo de relação, quando falamos tão

só das duas maiores unidades do SSM, no que ao apoio sanitário direto diz respeito.
Portanto, o SSM, na sua arquitetura atual, mostra sinais muito evidentes de falência, pondo as suas principais instituições em aparente rota de colisão, seja na gestão dos recursos humanos, seja nos fluxos financeiros e logísticos ou na capacidade de resposta às missões que lhe foram atribuídas pela tutela.
Dada a transversalidade da sua missão, o LMPQF constitui-se como o centro farmacêutico de referência no Exército para a logística farmacêutica militar, para a formação de quadros, para a investigação e desenvolvimento técnico-científico e cooperação na área da Defesa Nacional. No cumprimento da sua missão e no aproveitamento da capacidade instalada, o LMPQF criou e manteve também uma estreita ligação com as demais entidades de saúde do País, uma vez que a sua atividade e conhecimento acumulado permitem responder de forma rápida e eficaz a necessidades, cada vez maiores e mais preocupantes, que emanam da realidade do mercado, da implementação de políticas e programas da Saúde ou da crescente dificuldade de acesso a alguns tipos de medicamentos.

CREDIBILIDADE SUSTENTADA

Exemplos desta vetusta proximidade e colaboração são:
1) A terapêutica de substituição da dependência de heroína: este programa, reconhecido internacionalmente pelo seu sucesso, é operacionalizado numa parceria entre o SICAD e o LMPQF, sendo que a metadona adquirida pelo SICAD é depois transformada na sua forma farmacêutica final no LMPQF, garantindo este a produção, controlo de qualidade, armazenamento e distribuição para todo o continente e ilhas;
2) A constituição de reservas estratégicas de medicamentos: sempre que solicitado pela Direção-Geral da Saúde, o LMPQF respondeu pronta, afirmativamente e sem custos, para constituir reservas estratégicas de medicamentos, assegurando ao País a sua disponibilidade em situações de surtos, pandemias ou necessidades agudas inopinadas;
3) Produção de medicamentos para doenças raras: no LMPQF produzem-se diariamente medicamentos que se destinam a tratar doenças com baixa prevalência ou doenças raras, garantindo assim, a todos os cidadãos e a muito baixo custo, o acesso à saúde, enquanto direito fundamental, independentemente da sorte de cada um. A título de exemplo, refira-se a produção de histidina-cobre que permite a várias crianças com Síndrome de Menkes o acesso a um tratamento inexistente em Portugal e na Europa e sem o qual não podem viver;
4) Produção de medicamentos negligenciados: no LMPQF são produzidos dezenas de medicamentos abandonados pela indústria farmacêutica, por não terem interesse económico, a pedido dos hospitais do SNS, privados e de centros de cuidados continuados do setor social.

GRANDES DESAFIOS

Em síntese, numa tentativa de responder aos desafios e mudanças ocorridas nas Forças Armadas e com o intuito de garantir o financiamento integral do seu funcionamento, o LMPQF e os seus oficiais farmacêuticos foram sucessivamente restabelecendo e transformando a sua missão, sendo esta hoje materializada num conjunto de tarefas polivalentes e pluridisciplinares, abrangendo áreas distintas, como o apoio logístico do medicamento e material sanitário às forças militares em território nacional ou destacadas, o apoio especializado em serviços analíticos e outros, a colaboração no apoio à Família Militar em geral e aos deficientes militares em particular e o apoio ao SNS e ao terceiro setor. No entanto, as dificuldades financeiras e/ou de tesouraria, tantas vezes com origem no próprio SSM e nos seus muito difíceis fluxos de verbas, dificultam ou impedem o cumprimento da missão e/ou o assumir de novos compromissos.

MALDITAS CATIVAÇÕES

Exemplos recentes são as parcerias com o Terceiro sector, que tem sob a sua responsabilidade cerca de três mil camas de cuidados continuados, que resultou numa experiência de apoio farmacêutico em medicamentos e que estava a ser bem-sucedida até ao momento em que o LMPQF deixou de conseguir dar resposta por limitações orçamentais.
Portanto, considerando a sua missão e responsabilidades na garantia de acesso ao medicamento, quer seja no âmbito do SSM, do SNS ou do terceiro setor, tantas vezes acentuada pela urgência natural que a saúde sustenta, conjugado com o facto de viver de verbas próprias, é incompreensível que as cativações impostas pela tutela não permitam ao LMPQF desenvolver a sua atividade e, assim, para além das graves consequências, para militares e civis, seja ameaçada a sua reputação e a dos seus Oficiais farmacêuticos, arrastando consigo o nome do Exército e das Forças Armadas.
Salvo melhor opinião, não é aceitável que ao fim de cinco meses após o primeiro alerta e depois de inúmeros ofícios, emails e telefonemas, as questões administrativas (cativações) coloquem em risco a missão militar, o prestígio e subsistência das instituições, a autoridade e reputação dos oficiais farmacêuticos e, tão grave quanto estes, o cumprimento de acordos formais e informais e, consequentemente, o acesso a um direito fundamental como é a saúde.
No limite, poder-se-á vir a constatar que em Portugal pode morrer-se (militares e civis) devido a cativações e pode afirmar-se que, à data de hoje, existem já inúmeros cidadãos, civis e militares, que não têm acesso a bens essenciais, entre medicamentos, dispositivos médicos e produtos de apoio, algo que tem maior impacto nos mais frágeis como, por exemplo, os deficientes militares. Enquanto oficiais das Forças Armadas que juraram defender a Constituição e as demais leis da República, não podemos aceitar esta situação, que tarda em resolver-se.
Naturalmente, porque é nosso dever e nossa vontade, mas também porque acreditamos ter experiência acumulada e saber suficiente, estamos ao inteiro dispor da tutela para contribuir para uma solução que garanta a estabilidade, mas também os meios, para o cumprimento da nossa nobre e silente missão.
"Quem dá a missão dá os meios". E não há outra fórmula para ser bem-sucedido.

Direitos Reservados

Cravos no Memorial Aristides de Sousa Mendes

TORONTO É UMA LIÇÃO

Os 24.º aniversário da Associação Cultural 25 de Abril de Toronto foi solenemente assinalado pela comunidade portuguesa. E sempre, sempre, com o 25 de Abril em pano de fundo, qual distintivo com que os nossos emigrantes se apresentam perante as outras comunidades – orgulhosos de pertencerem a um país onde aquilo aconteceu e onde querem que continue a acontecer

M. SIMÕES TELES

O CONTACTO E O CONVÍVIO com os amigos da AC25A – Associação Cultural 25 de Abril de Toronto – constituiu uma experiência inolvidável e valiosa. Sabemos que esta ideia é corroborada pelos camaradas que, ano a ano, foram tendo experiência idêntica. Com a mulher, Maria João Catalão, tivemos a oportunidade de a usufruir em finais de Setembro deste ano a propósito da comemoração do 24.º aniversário da Associação.

Existe lá uma prática tranquila de planear e fazer, de que o director (cessante) Carlos Morgadinho e a mulher, Odete Pablos, foram as faces mais visíveis. Desde logo, as passagens aéreas estavam adquiridas a preços mais favoráveis dois meses antes da data da ida, idem para a reserva do alojamento. À chegada foram-nos oferecidos seguros de saúde para a duração da estada.
A mobilização para a sessão comemorativa junto da comunidade portuguesa foi sobremaneira acautelada. Foi feita não só através dos meios correntes – *flyers* e internet – mas também sob a forma de entrevistas ao director Morgadinho e ao convidado, feitas em directo em três rádios e numa estação de TV locais que emitem em português. Aí se conversou sobre o 25 de Abril, sobre "as portas que Abril abriu", a Guerra Colonial e a Descolonização e os equívocos que persistem aqui e ali, bem como sobre as portas que foram fechadas. Tivemos ecos de que foram escutadas com atenção e apreciadas.

SESSÃO COMEMORATIVA

A sessão comemorativa foi aberta pelos presidentes da Assembleia Geral cessante e recém-eleito, respectivamente Artur de Jesus e Luís Morgadinho. A seguir ao jantar, a preceder as intervenções, foram escutados os toques de Silêncio e de Homenagem aos Mortos em memória dos que morreram na Guerra Colonial, tocados ao microfone pelo ex-combatente José Goulart, natural da ilha do Faial, residente na cidade de Cambridge, distante cerca de cem quilómetros de Toronto.
Do outro orador convidado, o vereador municipal pelo bairro de S. Paulo West há quase três décadas, Jo Mihevc, deduzimos profícua interacção e provas de solidariedade com a comunidade portuguesa. No termo da nossa intervenção fomos brindados com ofertas valiosas: dois blusões com o bordado Associação 25 de Abril no peito, um grande ramo de flores e uma medalha da colecção das batalhas das duas Grandes Guerras. Da nossa parte oferecemos aos directores cessante e recém-eleito, Carlos Morgadinho e Rogério Vieira, um exemplar do recente trabalho do investigador Senos da Fonseca intitulado *João Álvares Fagundes* (que foi o primeiro a estabelecer uma colónia, bacalhoeira, na Terra Nova, Canadá, e tem estátua em Viana do Castelo) e um exemplar da *Viagem a Portugal* de José Saramago, respectivamente. A encerrar, os momentos musicais a Luso-Can Tuna dedicou-nos *Os Vampiro* de Zeca Afonso, que nos trancou a voz quando quisemos agradecer. Depois, até ao fim, foi tempo de baile. Os convivas e sócios Ilda Januário e Fernando Martins entregaram-nos um exemplar do livro

A PRECEDER AS INTERVENÇÕES, FORAM ESCUTADOS OS TOQUES DE SILÊNCIO E DE HOMENAGEM AOS MORTOS EM MEMÓRIA DOS QUE MORRERAM NA GUERRA COLONIAL, TOCADOS AO MICROFONE PELO EX-COMBATENTE JOSÉ GOULART, NATURAL DA ILHA DO FAIAL

Recordar É Viver – um Soldado em Terras do Ultramar, da autoria do primeiro (edição do autor), de que uma resenha de apresentação pela segunda consta na revista da AC25A, em distribuição na sessão. Fernando Martins relata a sua experiência como soldado caçador especial – *O Barcelos* – nos Dembos em 1963 e 1964 e, depois, em Malange em 1965, com base no diário que trouxe da comissão. Lido de enfiada em dois serões é, na nossa opinião, uma pérola. Envidamos esforços para ser republicado cá.

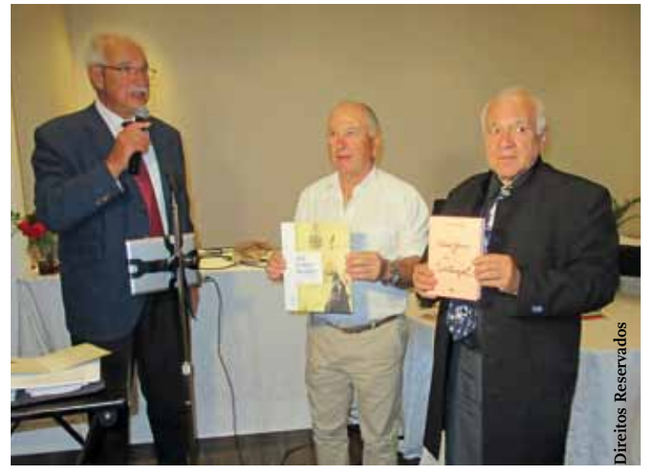
SOUSA MENDES

A AC25A associa à comemoração do seu aniversário a deposição de cravos no memorial evocativo de Aristides de Sousa Mendes, romagem em que nos integrámos. O memorial foi erigido pelo município num dos muitos parques da cidade, há cinco anos, por proposta conjunta da AC25A e de uma associação judaica. Integra uma placa evocativa da acção heróica desse tão grande - e tão esquecido - português onde se lê, em bilingue:

> *A cidade de Toronto com as comunidades Judaica e Portuguesa honram a memória de Aristides de Sousa Mendes que demonstrou grande coragem e compaixão ao salvar da perseguição e da morte incontáveis judeus e outros refugiados durante o período que serviu como Cônsul-Geral de Portugal em Bordéus, França, de 1938 a* 1940.

O embaraço com o extraordinário acolhimento que nos foi dispensado veio logo desde o primeiro dos sucessivos jantares com o plenário dos corpos gerentes da AC25A, em restaurantes de portugueses, que vigoraram até ao fim da estada. Num deles, Artur de Jesus, da ilha Terceira e a mulher Maria dos Anjos, da ilha do Faial, ofereceram-nos três peças da sua colecção de artesanato, que Artur de Jesus constrói com material reciclado. Artur de Jesus foi combatente em Angola onde correu risco de vida, em Luanda, já depois do 25 de Abril. Curiosa e surpreendente esta arte a merecer uma exposição. Noutra ocasião, Alberto Moniz, o tesoureiro da AC25A, fez a oferta de uma colecção das revistas da Associação. Alberto Moniz é da ilha Graciosa. É músico regente de um coro numa igreja portuguesa de Toronto.

A revista da AC25A é a principal fonte de rendimento da Associação, à custa da profusão de publicidade que o meio empresarial dos portugueses aí publica, assim como das contribuições de sindicatos em cujas direcções pontificam portugueses, designadamente nos da construção civil. As viagens e a estada e a maior parte das despesas são custeadas por aí. A alma da revista é Carlos Morgadinho, de Santa Catarina, Lisboa, depois radicado em Angola, onde nasceu o filho Luís. Foi também Carlos Morgadinho que, para culminar, fez questão de guiar até às cataratas do Niágara – distantes 120 quilómetros – em jornada que fizemos na companhia de Odete Pablos, de Margarida Vieira, de Alberto Moniz e de Lídia Santos, qualquer um na sua enésima viagem às cataratas. Lídia Santos, tesoureira do Executivo, é oriunda da ilha de S. Jorge, escreveu um interessante artigo a insurgir-se contra o desregulado e caótico trânsito de bicicletas em toda a cidade de Toronto.



As ofertas aos directores Rogério Vieira e Carlos Morgadinho

Almoço com os corpos-gerentes. Da esquerda para a direita: Maria dos Anjos, Lurdes Santos, Odete Pablos, Margarida Vieira, Maria João, Rogério Vieira, S. Teles, Carlos Morgadinho, Alberto Moniz, Artur de Jesus

AS MEMÓRIAS

Retalhos da vida destes amigos com quem convivemos diariamente quase uma semana vieram-nos à cabeça logo durante o voo de regresso e voltam com frequência: o "salto" e a prisão inicial; a mão solidária de um conterrâneo já residente; um qualquer trabalho inicial a todo o custo; a autorização provisória de residência; a autorização definitiva e o mandar vir a família (e conhecer a filha criança vinda de Marco de Canavezes no caso de Rogério Vieira); a dupla nacionalidade; a dureza extrema do trabalho na construção civil e por tempo gélido e não só; o singrar na profissão à custa de muita formação adquirida nas horas de descanso; a pressão e a perseguição patronal no meio bancário, onde não existem sindicatos; a formação superior dos filhos, em paralelo com o indispensável *part-time* para compor o orçamento familiar; o cruzamento inevitável deles com os filhos de outras comunidades, que é a norma na Toronto multicultural; o trabalho associativo – Casas do Alentejo e das Beiras, Associação de ex-combatentes, clubes de futebol, outras agremiações; a angústia de ter de decidir entre ficar e regressar. E sempre, sempre, o 25 de Abril em pano de fundo, qual distintivo com que estes portugueses se apresentam perante as outras comunidades - orgulhosos de pertencerem a um país onde aquilo aconteceu e onde querem que continue a acontecer.

Direitos Reservados

Distinção a CARLOS MATOS GOMES

A Direcção da Associação 25 de Abril congratulou-se com o Prémio Fernando Namora atribuído ao Coronel e informou os seus associados

Car@s associad@s

É COM ENORME SATISFAÇÃO que vos damos conhecimento da atribuição do Prémio Literário Fernando Namora ao nosso sócio, coronel Carlos Matos Gomes, Capitão de Abril de todas as horas.
Neste momento, gostaríamos de realçar apenas dois aspectos:
Em primeiro lugar, a enorme qualidade literária do Carlos Matos Gomes – Carlos Vale Ferraz, no pseudónimo com que assina as suas obras – que o levaram, além da sua permanente actividade cívica nas redes sociais, a publicar algumas das melhores obras, das centenas já publicadas sobre a Guerra Colonial, e outras normalmente no campo da ficção histórica. Lembremos: *Nó Cego*; *Soldadó*; *De Passo Trocado – ASP*; *Os Lobos Não Usam Coleira*; *A Estrada do Silêncio*; *Basta-me Viver*; *Fala-me de África*; *Flamingos Dourados*; *O Livro das Maravilhas*; *A Mulher do Legionário*; *A Última Viúva de África*.
A sua actividade literária tem-no levado a colaborar nos guiões de vários filmes, o primeiro dos quais *Os Capitães de Abril*, de Maria de Medeiros, a que se seguiu a adaptação do seu *Os Lobos Não Usam Coleira*, que deu o filme *Os Imortais*; na adaptação do seu *Fala-me de África* para a série televisiva *Regresso a Sizalinda*, e no actualmente em exibição na RTP1 *3 Mulheres*.
Importa, por fim realçar, a importante obra histórica que o Carlos Matos Gomes vem desenvolvendo, em co-autoria com outro Capitão de Abril de todas as horas, o historiador Aniceto Afonso, em especial: *Guerra Colonial*; *Portugal e a Grande Guerra*; *Os Anos da Guerra Colonial*; *Alcora, o Acordo Secreto do Colonialismo*; *A Guerra* - este serviu de guião à série televisiva de Joaquim Furtado sobre a Guerra Colonial.
Em segundo lugar, o facto de um dos seus livros, *A Última Viúva de África*, ter sido distinguido com um prémio de inegável prestígio. Mais não fosse pela qualidade do júri que o atribuiu: Guilherme d'Oliveira Martins, que presidiu; José Manuel Mendes, pela Associação Portuguesa de Escritores; Manuel Frias Martins, pela Associação Portuguesa dos Críticos Literários; Maria Carlos Loureiro, pela Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas; Maria Alzira Seixo, Liberto Cruz e José Carlos de Vasconcelos, convidados a título individual; Nuno Lima de Carvalho e Dinis de Abreu, pela Estoril Sol.
Por tudo isto, ao felicitar o Carlos Matos Gomes, queremos dizer-lhe que lhe roubamos um pouco das consequências da atribuição do Prémio Literário Fernando Namora: nós, Associação 25 de Abril, também nos sentimos muito honrados por um dos nossos, um dos melhores de nós, ter sido distinguido.
Assim, meu caro Carlos Matos Gomes, para além de todas as felicitações, um grande abraço de agradecimento!

Com muita amizade
Vasco Lourenço

A SUA ACTIVIDADE LITERÁRIA TEM-NO LEVADO A COLABORAR NOS GUIÕES DE VÁRIOS FILMES, O PRIMEIRO DOS QUAIS *OS CAPITÃES DE ABRIL*, DE MARIA DE MEDEIROS, A QUE SE SEGUIU A ADAPTAÇÃO DO SEU *OS LOBOS NÃO USAM COLEIRA*, QUE DEU O FILME *OS IMORTAIS*; NA ADAPTAÇÃO DO SEU *FALA-ME DE ÁFRICA* PARA A SÉRIE TELEVISIVA *REGRESSO A SIZALINDA*, E NO ACTUALMENTE EM EXIBIÇÃO NA RTP1 *3 MULHERES*.

CPL Scott Robertson / British Ministry Of Defence / Handout

O mundo já não está aos pés do ocidente

Assistimos à globalização do mercado asiático do futuro do mesmo passo que o Ocidente se fecha em nacionalismos emergentes, com um afastamento progressivo entre os EUA e a Europa corroendo a aliança transatlântica, os EUA convencidos de que a Europa não tem futuro e a Europa sem perceber a deriva autocrática americana

LUÍS ANTÓNIO NORONHA NASCIMENTO*

UNIÃO EUROPEIA (OU A EUROPA, que quase coincide com aquela) está em crise, e os EUA não estarão muito melhor – tal é a perceção generalizada que se difunde.

Na verdade, a União Europeia dá sinais preocupantes de caminhar para a sua fragmentação com crises nacionais consecutivas que se vão agravando, não consegue ter políticas comuns em sectores vitais (veja-se o caso das migrações), tem um discurso oficial anti-paraísos fiscais mas permite-os no seu seio em números impensáveis, teve como Presidente da Comissão Europeia alguém que os criou, e encontra na Rússia de Putin um inimigo comum cuja diabolização se pretende ser a argamassa da União.

Entrementes, a Ásia cresce vertiginosamente em riqueza enquanto a Europa marca passo, o Médio-Oriente transformou-se numa charneira de confronto, a Rússia está (tudo indica) numa paridade militar com os EUA e a China vai-se aproximando, o mundo deixou de ser bipolar e a sua multipolaridade retira-nos as rédeas da História, e espreita-nos o perigo de um ataque ao sistema monetário saído de Bretton-Woods com a possível convertibilidade em ouro de moedas de países asiáticos.

É PRECISO RECORDAR

Compreender as grandes linhas da política internacional contemporânea obriga-nos a recuar para lembrar o que se esqueceu.

O Muro de Berlim caiu em 1989; dois anos depois, em 1991, fragmentou-se a União Soviética. Nesses anos decisivos, pouca gente – a Ocidente e a Oriente – terá percebido o que estava a acontecer, tal a alteração profunda nas relações de força da política internacional e tal a perceção de que não era possível que um bloco político aparentemente coriáceo pudesse cair como um baralho de cartas.

Em 1995, os norte-americanos convencem-se de que, com o desaparecimentoda União Soviética, o mundo se tornara unipolar, e o Ocidente – com os EUA à cabeça – continuaria a ser o seu dono; é a época do *slogan* universalizado com a frase "ganhámos a 3.ª Grande Guerra", ou seja, ganhámos a Guerra Fria.

1995, é, pois, a data da opção imperial americana, como escreveu E. Todd na sua premonitória obra "Após o império" (pág.131).

Dois anos depois, em 1997, o antigo secretário de Estado norte-americano da Administração Carter, Zbigniew Brzezinski, publica uma obra incontornável para se perceber o mundo de hoje; obra que cristaliza aquela opção imperial e que fixa os parâmetros do que deve ser a política internacional dos EUA: *The Grand Chessboard* (O grande tabuleiro de xadrez).

O que Brzezinski diz é, em resumo, o seguinte: o séc. XXI vai ser o tempo da Ásia, com a maioria da população mundial residindo na Ásia, com a riqueza do mundo situada na Ásia, com a maioria das grandes reservas mundiais de matérias-primas sediadas na Ásia (Cáucaso, Rússia e China); a Ásia vai ser o centro do mundo, no centro da Ásia está a Eurásia e no centro da Eurásia está a Rússia; daí que o interesse dos EUA passe por fragmentar a própria Rússia, afastar

dela os novos países islâmicos independentes que integravam a antiga URSS (Uzbequistão, Cazaquistão, Quirguistão) inserindo-os na esfera asiática de influência americana e, por fim, trazer definitivamente para a esfera ocidental a Ucrânia que será um peão avançado da nova estratégia (E. Todd, ob. cit., págs.133 a 136 e 165/166).
Por detrás do pensamento de Brzezinski está esta ideia fundadora: os EUA só continuarão a ser dominantes se tiverem acesso às enormes reservas russas de matérias-primas e, por via disso, conseguirem chegar ao centro da Ásia; mas, para tanto, a Rússia (que está fragilizada) tem que desaparecer como grande potência e tornar-se um satélite oculto dos EUA.
Quem tiver lido *As Cartas de Inglaterra* de Eça de Queiroz encontra, aí, algo de parecido.
Numa delas (a décima, intitulada *O Brasil e Portugal*), ao comentar as teses britânicas sobre o direito a que se arrogam os países desenvolvidos de se apropriar das matérias-primas dos países subdesenvolvidos (no caso, os países sul-americanos) porque estes não as sabem administrar – tese defendida no jornal inglês *Times* – Eça escreve textualmente: "O *Times* aqui embrulha-se. Prefiro explicar a sua ideia, a traduzir-lhe a complicada prosa; quer ele dizer que se aproxima o dia em que a civilização não poderá consentir que tão ricos solos, como os dos estados do sul da América, permaneçam estéreis e inúteis, e que, se os possuidores atuais são incapazes de os fazer valer e produzir, para maior felicidade do homem, deverão entregá-los a mãos mais fortes e mais hábeis. É o sistema de expropriação por utilidade de civilização. Teoria favorita da Inglaterra **e de todas as nações de rapina**." (fim de citação, com sublinhado nosso).

ÁSIA VAI SER O CENTRO DO MUNDO, NO CENTRO DA ÁSIA ESTÁ A EURÁSIA E NO CENTRO DA EURÁSIA ESTÁ A RÚSSIA; DAÍ QUE O INTERESSE DOS EUA PASSE POR FRAGMENTAR A PRÓPRIA RÚSSIA, AFASTAR DELA OS NOVOS PAÍSES ISLÂMICOS INDEPENDENTES QUE INTEGRAVAM A ANTIGA URSS

CUMPRIU-SE BRZEZINSKI

O "programa Brzezinski" começou a ser cumprido com o início da fragmentação da Rússia através da independência da Bielorrússia, que nunca existira como estado independente; continuou, a seguir, com a guerra da Chechénia que não atingia já o núcleo central da Rússia, mas regiões ligadas, de há muito, a esse núcleo. De permeio, o Quirguistão e o Uzbequistão (essencial como plataforma de influência em toda a Ásia Central, nas teses de Brzezinski) acolheram bases militares americanas mas o Cazaquistão permaneceu imune, até porque a sua parte norte é habitada por população russa.
Foi, então, que a Rússia infletiu a sua política: reformou Ieltsin, travou o desenfreado neoliberalismo nascente e levou Putin ao poder.
O que Putin tem feito é desmontar, passo a passo, a estratégia Brzezinski.
À força, Putin resolveu a guerra da Chechénia e a questão da autonomia/independentismo da Ossétia do Sul no conflito iniciado pela Geórgia; depois, com tempo, foi recentrando a influência política russa na Ásia islâmica conseguindo a saída das bases militares americanas do Quirguistão e do Uzbequistão.
Em contraciclo, surgiu, em 2014, a questão da Ucrânia – talvez tarde de mais – e que vem referenciada na obra de Brzezinski como capítulo importante.
A Ucrânia é um terreno movediço de confronto entre o eslavismo russo a leste, e a ortodoxia ucranianano centro e uniata a poente, com eleições pluripartidárias a dar vantagem ora a um lado, ora ao outro.
Em 2014, depois da vitória dos russófilos, alemães e polacos "subsidiaram" o golpe da praça Maidan onde o nome de Stepan Bandera (o chefe nazi ucraniano da 2.ª Guerra Mundial) era constantemente ovacionado (cfr. Viriato Soromenho Marques em *Portugal na queda da Europa*, pág. 254).
Para atalhar a maiores desenvolvimentos, Putin agiu de imediato: secessionou a Crimeia (patamar militar essencial para o Mar Negro e Mediterrâneo oriental); anexou-a à Rússia invocando o direito de autodeterminação dos povos previsto na Carta da ONU, e legitimado (a seu ver) pelo referendo efetuado porque a maior parte da população da Crimeia é russa; secessionou, de facto, o leste russófilo de Donbass (Donetsk e Lugansk, ou seja, a parte mais rica da Ucrânia); preparou-se para formar, a partir daqui, um corredor contínuo passando por Mariupol até ao mar Negro, mas deixou a situação apodrecer com a paragem que, entretanto, os alemães fizeram, esperando que o tempo jogue a seu favor.

A OCX É UM PROVÁVEL MERCADO COMUM ASIÁTICO MAS COM CARATERÍSTICAS DIFERENTES: ABRANGE PAÍSES ENORMES EM CONTINUIDADE GEOGRÁFICA, COM POPULAÇÕES QUE SÃO, JÁ, CERCA DE 40 POR CENTO DA POPULAÇÃO MUNDIAL, COM RESERVAS DE MATÉRIAS-PRIMAS IMENSAS, COM GRANDE CRESCIMENTO ECONÓMICO CENTRADO NA EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DE VÁRIOS DELES

O quadro descrito explica toda a problemática centrada, hoje, à volta da NATO.
A NATO é uma organização militar defensiva transatlântica; mas, se o futuro do mundo está na Ásia e na sua riqueza, a manutenção da hegemonia americana implica a sua presença na Ásia com o apoio da força militar.
Transportar a NATO para a Ásia é impensável porque (sendo uma coligação defensiva e atlântica) isso seria uma provocação aos orientais; ademais, o seu financiamento traria custos enormes num continente longínquo.

Criar uma nova coligação militar no Oriente seria a solução; mas, com quem?
É difícil futurar sobre isso: alguns dos aliados pensáveis têm a sua economia dominada em grande percentagem pela China (Coreia do Sul e Singapura); outros, estão no centro desse novo mundo com programa político próprio (Rússia, China e Índia); outro ainda, está a meio da ponte, indeciso, sem saber como digerir o trauma da bomba atómica e de ter sido um protetorado de décadas – o Japão.
Não se esqueça o que sublinha Samuel Huntington em *O Choque das Civilizações* (pág. 260): no ano de 1991, pela primeira vez, os americanos colocaram o Japão à frente da URSS como ameaça à sua segurança e, também pela primeira vez, os japoneses colocaram os EUA à frente da URSS como ameaça à sua segurança.

ENTRETANTO, CHINA E RÚSSIA VÃO AUMENTANDO AS SUAS RESERVAS DE OURO PRENUNCIANDO UM TEMPO DE QUE NINGUÉM QUER FALAR. É NUM QUADRO DESTES QUE A EUROPA VAI TER QUE SE MOVIMENTAR, MANTENDO O EURO COMO MOEDA INTERNACIONAL, TORNANDO-O CONVERTÍVEL SE NECESSÁRIO, E MANTENDO A SUA RIQUEZA PARA O SUSTENTAR

GRANDE ISRAEL BÍBLICO

Mas o Médio-Oriente é a zona de confronto visível deste choque; e o que acelerou todo o processo foi a existência de um novo estado (Israel), incrustado no centro geográfico de outra civilização como forma de resolver o problema bicudo criado pelos europeus, desde o início do séc. XIII, e que o nazismo exponenciara até à tragédia: o Holocausto dos Judeus.
O nazismo não criou, sozinho, a tragédia; basta ler (de novo) a sexta das *Cartas de Inglaterra* de Eça, que se intitula *Israelismo* (e que, inicialmente, tinha por título *A perseguição dos judeus*), para se perceber que a questão vinha de muito longe, a tal ponto que Georges Duby– um dos grandes da École dês *Annales* – situa à volta de 1200 o começo das perseguições que leva à marcação pública dos judeus para os descriminar (entrevista ao "L' Express" de 17/3/1994).
Hoje, todo esse imbróglio assumiu contornos preocupantes: para os árabes, Israel mais não é do que as cruzadas do séc. XX e, tal como na Idade-Média, têm tempo para as resolver porque o tempo joga a seu favor (cfr. o franco-libanês Amin Maalouf em *As cruzadas vistas pelos árabes*, 4.ª edição, págs.308/310); para Israel, chegou o tempo da profecia bíblica da Grande Israel.
Como assim, Israel tem que crescer demograficamente com a permanente vinda imigratória de judeus da diáspora, mas isto só é possível através da ocupação de mais territórios transformados em colonatos, o que conduz a um conflito sem fim.
Hoje, a questão da Palestina não se resolve com teorias legitimadoras assentes seja na ocupação seja na usurpação do território, que serão sempre extremadas e de raciocínio reversível e levarão, provavelmente, à catástrofe, ou de uns, ou de outros.
Neste ponto, a razão estará com os que defendem a tese dos dois estados (como a União Europeia), aceites reciprocamente, sob a égide da comunidade internacional, até porque a entrada em cena do Irão criou um tempo novo que não se pode escamotear.
E porquê?
Porque o Irão introduziu uma praxis nova a que o Ocidente não estava habituado, eficaz até agora, e fiel ao princípio do não-reconhecimento de Israel.
O mundo islâmico vê a legitimidade do poder a partir da dicotomia sunismo/xiismo e não segundo os parâmetros que nós, ocidentais, damos por assentes.
Para o xiismo, o poder deve ser exercido por alguém da família de Maomé porque ela foi escolhida por Alá; para o sunismo, o poder deve ser exercido pelo melhor, pelo mais capaz e, por isso, escolhido pela comunidade dos crentes como sendo o melhor.
Esta cisão profunda que dividiu o mundo islâmico desde o séc. VII tivera – por diferentes razões – uma expressão parecida no império romano quando se pôs a questão de saber quem devia suceder ao imperador: o seu filho biológico porque era da sua família sanguínea, ou o seu filho adotivo porque – na sua opinião – era o melhor, o "principal" (em latim, principal diz-se "princeps" que dá, nas línguas latinas, "príncipe", ou seja, o herdeiro).
A esmagadora maioria dos países islâmicos é sunita, mas o Irão é (desde o séc. XVI) o centro político-ideológico do xiismo, e inúmeros países sunitas têm no seu território bolsas importantes de xiitas, algumas delas exercendo o poder político.
O que, hoje, o Irão está fazendo (a nosso ver) é unificar as bolsas de xiismo existentes em muitos países (principalmente sunitas) com uma ação uniforme e um objetivo comum; e, porque tem sido coerente e tem tido sucesso, o seu apoio está a alargar-se a países sunitas coisa que fez soar os alarmes nos EUA.

AO CONTRÁRIO DA LEITURA MEDIÁTICA "OFICIAL", OUSO ADIANTAR QUE ALGUNS DOS PROBLEMAS ATUAIS PROVÊM DE TRÊS OPÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO OBAMA COM SEQUELAS NEGATIVAS EM TERMOS INTERNACIONAIS

REPARE-SE NESTA SEQUÊNCIA:

a) desde os anos 1960/70 do século passado, o Líbano era uma selva; de há 15 anos para cá, o Hezbollah, milícia xiita, aliada e financiada pelo Irão, impôs a paz no Líbano e transformou-se num exército temível.
Israel invadiu o Líbano várias vezes, a última das quais em agosto de 2006; nesta data, confrontou-se inesperadamente com o Hezbollah e, dez dias depois, abandonou o Líbano não mais lá voltando, depois de perdas inesperadas sofridas por

Alexei Druzhinin / Sputnik / Kremlin / Pool

regimentos seus. Entretanto, e sem surpresa, o Hezbollah começou a vencer as eleições libanesas;

b) a Síria (que é sunita) é governada há décadas pela família Assad.
Os Assad pertencem ao clã dos aiubitas que é xiita; daí a aproximação antiga da Síria ao Irão através das suas classes dirigentes.
A guerra da Síria, com a luz verde e o apoio americanos, destinou-se a tirar Assad do poder, cortando a ligação político-xiita Síria/Irão e eliminando, se possível, a base russa de Tartus.
Tudo correu mal; e a situação de Israel fragilizou-se porque o Hezbollah está agora na Síria, protegendo-a e permanecendo perto da fronteira de Israel.
Na primeira fase da guerra, o Hezbollah – praticamente sozinho – defrontou o Daesh e a "oposição democrática" síria armada pelos EUA, parando-os; quando a Rússia viu que o fim da guerra podia ser outro, entrou nela, apareceu como o principal vencedor, manteve as suas bases e aumentou a presença militar;

c) quase de certeza, tudo isto está relacionado com a guerra civil iemenita.
O Iémen, antigamente denominado de "Arábia Feliz", o país da Rainha de Sabá que se enamorou do Rei Salomão (símbolo bíblico da congregação feliz de judeus e árabes), o Iémen é, hoje, palco de uma guerra quase eterna e devastadora.
Se vencerem os rebeldes xiitas (apoiados pelo Irão) em confronto com os iemenitas sunitas (apoiados pela monarquia saudita), como ficará o centro do poder no Médio-Oriente, na península arábica e, particularmente, na monarquia saudita?

d) por último, a Faixa de Gaza.
Esta é governada pelo Hamas, e a Cisjordânia pela Autoridade Palestiniana; ambos são sunitas.
Mas a indecisão americana em resolver o problema palestiniano fez o Hamas inclinar-se para o Irão, recolher um apoio crescente dos palestinianos e, por via disso, subir ao poder em Gaza.
Há anos atrás, Israel invadia Gaza por terra como fazia no Líbano; hoje, já não invade por terra.
Lentamente, o Hezbollah vai militarizando Gaza onde já está presente, e tenta introduzir na Faixa armamento cada vez mais sofisticado; por isso, chegam-nos periodicamente notícias de bombardeamentos israelitas tentando atrasar ou evitar a militarização de Gaza.
Como assim, o Hezbollah – aliado do Irão – está agora nas fronteiras do Líbano, Síria, no Irão (se necessário) e no interior de Gaza.

IRÃO ALARGOU-A À RÚSSIA

O Irão nada tem a ver com o Iraque que os EUA invadiram em 2003.
O Iraque nunca existiu como nação; o Irão é um estado-nação como a generalidade dos estados europeus.
O Irão é a antiga Pérsia, a Pérsia islamizada na época sassânida e que se tornou, nos séculos. XVI/XVII, um dos três maiores impérios do mundo (o turco-otomano, o Irão-sefévida e o mogol que iam, em continuidade geográfica, desde as portas de Viena de Áustria até à entrada da China e ocupavam todo o norte de África, à exceção de Marrocos), o Irão-sefévida, que assumiu o xiismo como forma de identidade nacional em contraponto ao restante mundo islâmico; aliás, ainda relembro o que Óscar Lopes (o grande professor de Literatura) nos dizia (tínhamos 15/16 anos) quando salientava que a Pérsia irânica era a segunda subcultura mais importante no conjunto da cultura islâmica.
O Irão não está sozinho na comunidade internacional; mantém há muito tempo tratados com países de cultura oriental (como refere Samuel Huntington, na obra referida, págs.280/281), que lhe dão apoio internacional, advindos do tempo em que no subcontinente do Indostão as alianças político-militares eram cruzadas: a vertical, entre URSS e Índia; a horizontal, entre Irão, China e Paquistão.
Hoje, o Irão alargou-a à Rússia.
O que o Irão tem feito, unindo e governando em rede as bolsas de xiismo num mundo maioritariamente sunita que se mostra paralisado, não é coisa virgem; aconteceu já nos séculos. X/XII com o poderoso califado fatímida (igualmente xiita) que, na sua expansão máxima, abrangia o Egito, Síria e Palestina, todos sunitas.
Foi ele que iniciou a destruição dos reinos cristãos da Palestina (oriundos das cruzadas) após a batalha de Hittin; foi ele que produziu a lenda de um dos grandes chefes da época (Saladino), e que permaneceu no próprio imaginário europeu.
No apogeu, o califado fatímida (sedeado no Cairo e situado entre os califados sunitas de Bagdad e

Córdova) dominava – juntamente com Constantinopla – o espaço mediterrânico central e oriental.

ALIANÇA RÚSSIA, IRÃO E TURQUIA

No Médio-Oriente começa a emergir a Rússia como a potência capaz de dialogar com todos os restantes intervenientes; começa mesmo a emergir uma tríplice aliança, impensável há anos atrás, entre Rússia, Irão e Turquia.

A aproximação Rússia-Irão não tem nada de anormal; ao contrário, a aproximação Rússia-Turquia é, para nós, uma autêntica quadratura do círculo onde é difícil ver um casamento a longo prazo.

E porquê?

Porque, desde o séc. XVIII, Rússia e Turquia foram inimigos figadais em constante fricção.

Até ao Czar Alepo (pai de Pedro, o Grande), a Rússia foi um país bizantino; Pedro abriu-a ao Ocidente, mas como?

A Pedro – que compreendeu a mudança das relações de força na Europa após a Guerra dos Trinta Anos – interessava principalmente negociar e relacionar-se com a nova Europa, a Europa rica dos países marítimos do Norte: Inglaterra, Holanda e cidades portuárias alemãs.

Para tanto, tinha que abrir caminho para o Báltico à custa da Suécia; foi o que fez com a chamada Grande Guerra do Norte. Nas terras adquiridas, fundou, então, a nova capital (São Petersburgo) em sítio quase inacessível quer a um ataque marítimo do norte quer a um ataque terrestre do sul, porque o gelo, o degelo, os canais fluviais, as tempestades de neve eram um manto protetor perene.

NO MÉDIO-ORIENTE COMEÇA A EMERGIR A RÚSSIA COMO A POTÊNCIA CAPAZ DE DIALOGAR COM TODOS OS RESTANTES INTERVENIENTES; COMEÇA MESMO A EMERGIR UMA TRÍPLICE ALIANÇA, IMPENSÁVEL HÁ ANOS ATRÁS, ENTRE RÚSSIA, IRÃO E TURQUIA

Cinquenta anos depois, Catarina, a Grande, mudou a agulha e iniciou a expansão russa para o Mediterrâneo; confrontou-se a partir daí com a Turquia otomana e iniciou uma animosidade político-cultural de quase dois séculos.

A decadência do grande império otomano advém, em grande parte, deste confronto; e a Guerra da Crimeia, no séc. XIX, é um exemplo perfeito disso quando Inglaterra e França vão em socorro da Turquia para que o equilíbrio no Mediterrâneo oriental não se rompesse perigosamente a favor da Rússia.

Toda a relação entre Rússia e Turquia está marcada por esse passado de confrontos e desencontros, nomeadamente na questão arménia; também por isso, a Turquia entrou rapidamente na NATO (cerca de três anos depois da sua criação) porque era, então, o pivot avançado do Ocidente contra o seu tradicional inimigo.

Imaginar, hoje, a aliança cúmplice Rússia/Turquia é algo de estranho e difícil; a menos que a riqueza do mundo esteja a mudar, que os atores com acesso a ela sejam outros, que criem novos centros de poder e novas coligações internacionais, e que repensem com sucesso o quadro do direito internacional.

Se tal acontecer, se Rússia e Turquia ficarem no mesmo barco, é quase certo que entramos num tempo novo.

ERROS DA ADMINISTRAÇÃO OBAMA

Ao contrário da leitura mediática "oficial", ouso adiantar que alguns dos problemas atuais provêm de três opções da Administração Obama com sequelas negativas em termos internacionais.

A primeira, já referida: a guerra da Síria. Pensou-se que se ia enxotar a Rússia do Mediterrâneo oriental (acabando com a base de Tartus) e se curto-circuitava a ligação Síria-Irão com a saída dos aiubitas do poder na Síria, aliviando a pressão sobre Israel.

O resultado foi precisamente o inverso e o peso do Irão tornou-se visível, trazendo consigo a visibilidade do Hezbollah.

A segunda opção reporta-se ao envio de drones para o Afeganistão e Paquistão que a nossa imprensa esqueceu.

Os drones destinavam-se a liquidar terroristas; mas tudo se tornou terrorista, e com isso os drones liquidaram civis a uma média diária inaceitável e inadmissível.

Há meses, o *Público* trazia um longo artigo sobre o afastamento dos governos afegão e paquistanês em relação ao aliado americano e às suas posições na guerra contra o terrorismo, perguntando, até, se o Paquistão não estaria a afastar-se do Ocidente.

Não se percebeu que por detrás dessa mudança estão os drones; e que os governos desses países questionam cada vez mais – quando entre os mortos estão frequentemente mulheres e crianças – se não sofrem já uma guerra demográfica encapotada destinada a parar o seu crescimento populacional que preocupa o Ocidente.

A RECENTE POLÍTICA DOS EUA DE REVOGAR TRATADOS QUE, ANTES, ASSINARA E DE APLICAR UNILATERALMENTE TAXAS OU SANÇÕES ECONÓMICAS A TORTO E A DIREITO, DE ACORDO COM OS SEUS INTERESSES, LEVA OS PAÍSES ASIÁTICOS A PROCURAR, CADA VEZ MAIS, UMA MOEDA SUBSTITUTIVA PARA O MUNDO INTERNACIONAL DOS NEGÓCIOS

Como assim, esses governos querem, obviamente, dialogar com guerrilheiros e talibãs – ainda que à revelia da vontade americana – porque doutra forma não veem luz alguma ao fundo do túnel.

A terceira opção desemboca – a nosso ver – na questão da nuclearização da Coreia do Norte.

A Administração Obama acelerou a transferência de armamento nuclear para as bases do Pacífico, o que é lógico segundo a doutrina Brzezinski; simplesmente, isto é uma provocação direta à China e, por isso, nada melhor que nuclearizar a Coreia do Norte como primeira linha de defesa nuclear da própria China.

A partir daqui o diálogo entre americanos e norte-coreanos torna-se um jogo de equívocos: os americanos querem a **desnuclearização** da Coreia do Norte; esta quer a **desmilitarização** da Coreia do Sul porque, sem nuclear a norte, não faz sentido que haja bases estrangeiras a sul para defesa do sul.
Entretanto, a China dobra a parada abrindo a porta a uma aproximação/fusão entre as duas Coreias, sabendo-se que a economia da Coreia do Sul é hegemonizada pela China e que, se isso acontecer, menos sentido fará a presença de bases estrangeiras na península.
Ou seja, a China quer, no fundo, a saída das bases americanas da península e, doutra parte, avança com a ideia de que o bem-estar e o desenvolvimento económico aproximam vizinhos ou irmãos, diluindo as querelas; talvez um dia, vejamos igual filosofia replicada com Taiwan e o Japão.

FRAGILIZAÇÃO DO DÓLAR

Mas o maior problema do Ocidente, a prazo, será o provável ataque ao sistema monetário saído de Bretton Woods.
Bretton Woods consagrou o dólar como moeda internacional, aprofundando a hegemonia ocidental e transferindo para os EUA o centro do poder; mas, para tanto, fixou-se no Tratado a convertibilidade do dólar em ouro.
Em 1971, com a Administração Nixon, os EUA – pressionados pelo défice permanente da sua balança comercial – decretaram a inconvertibilidade do dólar, violando o Tratado; anos depois, por acordo com a Arábia Saudita, impuseram

SE RÚSSIA E TURQUIA FICAREM NO MESMO BARCO, É QUASE CERTO QUE ENTRAMOS NUM TEMPO NOVO

o dólar como moeda obrigatória no mercado petrolífero mundial (o petrodólar) garantindo a estabilização da moeda.
Mas o crescimento exponencial dos asiáticos começa a subverter o sistema e a fragilizar o dólar, dólar que, hoje em dia, será usado (supomos) em cerca de 70 por cento das trocas internacionais, com o euro em segundo lugar e as moedas de países asiáticos a emergirem.
Atualmente, a China suplantou os EUA como o maior comprador do petróleo saudita e paga-o na sua moeda, o yuan; o megacontrato de fornecimento de gás entre a Rússia e a China é pago nas moedas dos dois países segundo certa paridade; empresas energéticas russas que fornecem a Europa começam a não aceitar os pagamentos em dólares mas, sim, em euros; o sistema antimíssil S-400, russo, fornecido à Índia foi pago em rublos, e por aí fora num processo que tende a expandir-se.
A posição americana, por sua vez, não ajuda à defesa do dólar.
A sua recente política de revogar tratados que, antes, assinara e de aplicar unilateralmente taxas ou sanções económicas a torto e a direito, de acordo com os seus interesses, leva os países asiáticos a procurar, cada vez mais, uma moeda substitutiva para o mundo internacional dos negócios; no dia em que isso suceder, os efeitos económicos das sanções desaparecem.
O perigo de, a prazo, e à medida que a sua moeda se impuser, a China decretar a convertibilidade do yuan em ouro é real; entre uma moeda convertível e outra que não é, qual a que prevalecerá?
Obviamente, a convertível.
É certo que a China é detentora, em grande quantidade, de dólares americanos e a "débacle" destes também a atingirá; mas tudo isto é um processo lento, dando tempo à China para se desfazer deles como, aliás, tem acontecido ciclicamente.
Entretanto, China e Rússia vão aumentando as suas reservas de ouro prenunciando um tempo de que ninguém quer falar.
É num quadro destes que a Europa vai ter que se movimentar, mantendo o euro como moeda internacional, tornando-o convertível se necessário, e mantendo a sua riqueza para o sustentar.
Consegui-lo-á sem um estado federal?

O PERIGO DA OCX

Em 28/3/2003, na altura da invasão do Iraque por causa das famigeradas armas de destruição massiva, o *Jornal do Fundão* publicou um texto nosso onde sugeríamos, na parte final, que a Europa devia decidir o que fazer com a Rússia: ou afastar-se dela empurrando-a para a Ásia, ou aproximar-se dela desligando-a da Ásia.
A Rússia é um país geneticamente asiático mas, após Pedro, o Grande, miscigenado culturalmente com o Ocidente; daí que a Rússia passasse a ser vista como grande potência europeia, principalmente depois da Guerra dos Sete Anos

O CRESCIMENTO EXPONENCIAL DOS ASIÁTICOS COMEÇA A SUBVERTER O SISTEMA E A FRAGILIZAR O DÓLAR, DÓLAR QUE, HOJE EM DIA, SERÁ USADO (SUPOMOS) EM CERCA DE 70 POR CENTO DAS TROCAS INTERNACIONAIS, COM O EURO EM SEGUNDO LUGAR E AS MOEDAS DE PAÍSES ASIÁTICOS A EMERGIREM

com as vitórias do seu general Suvorov que, só por um acaso do destino (a morte da czarina Isabel), não deram cabo da grandeza da Prússia de Frederico II.
Por isso, a história da Rússia é, de há três séculos para cá, o contraponto constante (em todos os setores da vida) entre a sua pulsão oriental e a sua pulsão europeia.
Este contraponto marca o modernismo russo: na arquitetura e urbanismo das suas capitais, com São Petersburgo lembrando as cidades italianas e do centro europeu, e com Moscovo, a sua arte bizantina, as pinturas dos Cristos Pantocrator e as cúpulas bulbosas das suas igrejas (São Basílio, por exemplo) lembrando a ortodoxia oriental e as tendas dos nómadas das estepes; na literatura, com os dois génios fundadores do modernismo literário, o europeísta Pushkin e o eslavo Gogol, contemporâneos e amigos; na música, entre os europeístas como Tchaikovsky e Rachmaninoff e o Grupo dos Cinco (desde Glinka a Mussor-

PUBLICIDADE

VINHO DO PORTO COMEMORATIVO

Produziu o Barão de Vilar um Porto Reserva Tawny com estágio durante 7 anos em cascos de madeira adquirindo uma textura suave com um intenso e complexo aroma. Daqui se extraiu uma série de garrafas especialmente para a A25A assinalar os 40 anos do 25 de Abril. Pronto a beber o Porto Tawny ganha outra vida com a idade. Como Abril é necessário saborear e conservar os seus valores. Os interessados poderão adquirir as garrafas ainda disponíveis através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

gsky) buscando as raízes nacionalistas da música russa; na política, desde a abertura europeia de Pedro, o Grande, até ao regresso dos soviéticos à eslava Moscovo, para onde voltou a capital.
De 2003 até agora, o Ocidente foi-se afastando da Rússia, diabolizando-a, na convicção de que o decurso do tempo a fragilizaria e ela acabaria por ser mais facilmente domesticável.
O rápido crescimento da Ásia subverteu todas as previsões e a Rússia e China aproximaram-se a ponto de terem criado aquilo que é, hoje, o perigo visível do Ocidente: a OCX (a "Organização para a Cooperação de Xangai").

MERCADO COMUM ASIÁTICO

A OCX é um provável mercado comum asiático mas com caraterísticas diferentes: abrange países enormes em continuidade geográfica, com populações que são, já, cerca de 40 por cento da população mundial, com reservas de matérias-primas imensas, com grande crescimento económico centrado na evolução tecnológica de vários deles, e que, dificilmente, outra região do globo acompanhará.
Simultaneamente, a OCX pode ser o embrião de uma nova aliança militar em gestação, como já foi subliminarmente admitido.
A OCX inclui, atualmente, Rússia, China, Índia, Paquistão, Uzbequistão, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão; à porta, para entrar, estão vários países entre os quais o Irão e a Bielorússia.
Ou seja, o que vemos é a possível concretização dos piores receios de pensadores norte-americanos (Brzezinski e Kissinger) com a implementação rápida da Grande Eurásia num mercado enorme situado no coração do mundo; dito doutro modo, assistimos à globalização do mercado asiático do futuro do mesmo passo que o Ocidente se fecha em nacionalismos emergentes, com um afastamento progressivo entre os EUA e a Europa corroendo a aliança transatlântica, os EUA convencidos de que a Europa não tem futuro e a Europa sem perceber a deriva autocrática americana.
Com a OCX, a influência americana na Ásia diminui e as repúblicas islâmicas da Ásia Central escapam a qualquer controlo extra-asiático; é a partir da esfera geográfica da OCX que poderá surgir uma nova moeda redesenhando o atual sistema internacional.
Será este quadro que explica a nova política da Administração Trump? Política centrada no regresso a um isolacionismo mitigado sobre o conjunto do continente americano, no regresso a uma variante da doutrina Monroe, no uso da tecnologia americana aproveitando as matérias-primas dos países latino-americanos sem preocupações ambientais (a Amazónia que se cuide) de modo a que os EUA mantenham altas taxas de lucro e permaneçam na primeira linha da cena mundial?
É um cenário possível para aquilo que vemos.
É certo que o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, dizia na sua célebre carta a Salazar que adivinhar o futuro é competência de Deus, e Deus não a delega; mas, por vezes, Deus também dormita e permite que os homens se deitem a futurar, ora bem, ora mal.

*Antigo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça
Todos os subtítulos são da responsabilidade da redação

"A Última Viúva de África"

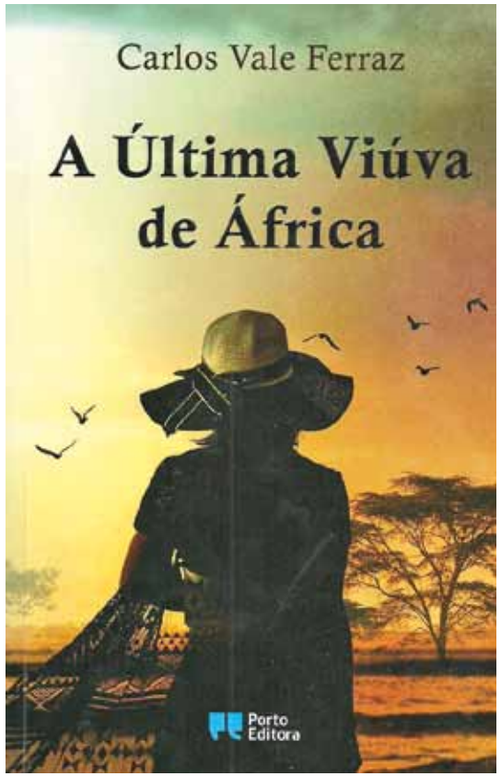
O romance de Carlos Vale Ferraz, pseudónimo literário do coronel Carlos de Matos Gomes, foi o vencedor do Prémio Literário Fernando Namora/2018

O ROMANCE *A ÚLTIMA VIÚVA de África*, de Carlos Vale Ferraz, foi o vencedor do Prémio Literário Fernando Namora/2018, com o valor pecuniário de 15 mil euros. A atribuição foi revelada a 6 de dezembro pela Estoril-Sol, entidade que instituiu o galardão em 1987.

Este romance de Vale Ferraz demonstra como "a memória da experiência colonial pode ser aterradora", sublinha-se na ata do júri, ao qual presidiu Guilherme d'Oliveira Martins, conforme se lê no comunicado difundido pela organização.

"O ex-Congo Belga e Angola constituem neste romance o eixo geopolítico de ações de guerra e desvarios humanos no qual uma mulher, *Madame X*, emerge, simultaneamente, como figura de ligação da estória do romance e da História dos anos 1960, no início da guerra nacionalista", das ex-colónias europeias em África, refere o júri.

Carlos Vale Ferraz, pseudónimo literário do coronel Carlos de Matos Gomes, nasceu a 24 de julho de 1946, em Vila Nova da Barquinha, no Ribatejo, e foi oficial do Exército, tendo cumprido várias comissões militares em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Algumas das suas obras refletem esta realidade histórica, e foram adaptadas ao cinema e à televisão, entre as quais *Nó Cego*, romance publicado pela primeira vez em 1982, e reeditado recentemente.



O autor colaborou com a atriz e realizadora Maria de Medeiros no argumento do filme *Capitães de Abril* (2000), realizado pela cineasta.

O título *A Última Viúva de África* foi publicado pela Porto Editora, no ano passado.

Segundo a editora, a narrativa partiu "da história real de uma mulher portuguesa que não quis abandonar a sua nova pátria", o ex-Congo Belga, e "o autor procura compreender as linhas do processo africano de descolonização".

A protagonista é Ana Oliveira, natural do Minho, que, na década de 1950, decidiu emigrar para África, onde foi "conhecida, nesses tempos, por *Madame X*, pelas autoridades portuguesas, para quem trabalhava como informadora, e por Kisimbi, a *mãe*, pelos mercenários que combatiam em prol da secessão de Catanga [província no sul da atual República Democrática do Congo]". "Ela permanece uma figura misteriosa, que ganha contornos bem definidos neste romance", explica a editora.

Ana Oliveira, por opção sua, permaneceu na antiga colónia belga do Congo após a independência, declarada em 1959.

Gente Feliz com Lágrimas, de João de Melo, foi o vencedor da primeira edição do Prémio Fernando Namora, em 1989.

No ano passado, o vencedor foi o romance *A Noite não é Eterna*, de Ana Cristina Silva.

ESTE ROMANCE DE VALE FERRAZ DEMONSTRA COMO "A MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA COLONIAL PODE SER ATERRADORA"

Urbano Tavares Rodrigues, Mário Cláudio, Teolinda Gersão e Mário de Carvalho, ambos por duas vezes, José Eduardo Agualusa, Luísa Costa Gomes, Maria Isabel Barreno, António Lobo Antunes e Nuno Júdice são alguns dos autores que já venceram este galardão.

Viagem Circular

Livro de poesia de Aniceto Afonso foi apresentado a 29 de novembro, no Fórum 25 de Abril, em Lisboa. O livro suscitou-me de novo a pergunta: porque escrevemos? E a resposta que Clarice Lispector lhe deu: 'Enquanto eu tiver perguntas e não houver respostas continuarei a escrever'...

CARLOS MATOS GOMES

A VIAGEM DO ANICETO AFONSO em escrita poética. Grande poesia? Julgo que sim. O livro suscitou-me de novo a pergunta: porque escrevemos? E a resposta que Clarice Lispector lhe deu: "Enquanto eu tiver perguntas e não houver respostas continuarei a escrever". Este livro do Aniceto Afonso é um ato, simultaneamente de procura e de resposta. É também uma revelação, *várias revelações, aliás, mesmo para quem conhece o Aniceto Afonso, a do esteta, a do poeta que utiliza com uma rara maestria a língua para expressar o tempo e o percurso da uma geração de portugueses que os portugueses tiveram a sorte histórica de se encontrarem no beco onde Portugal havia sido metido com a ditadura e a guerra colonial. A literatura é sempre uma expedição em direção à verdade,* escreveu Franz Kafka, seja em prosa, seja em verso. É dessa expedição que o Aniceto Afonso nos oferece um relato profundo e belo.

A POESIA...

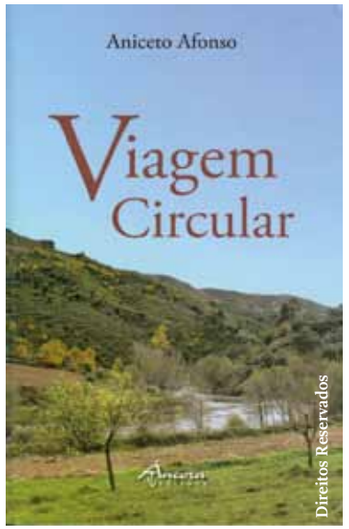
Será que escrevemos para perdurar, para vencer a poeira do tempo, para despistar a morte, para apaziguar os nossos fantasmas e obsessões? Simplesmente para comunicar?

Sou um ficcionista, conto histórias, invento-as a partir de uma realidade, simulo a vida com elas. Mas os poetas, a poesia? Li de um autor, numa entrevista, e cito de cor, que para fazer literatura – arte sob a forma de escrita, seja poesia, seja ficção – temos de ser absolutamente sinceros. E o paradoxo da literatura é que aproximamo-nos da verdade fazendo ficção, que é mentira.

Porque escrevemos? Escrevemos porque vemos e não queremos calar. Porque digerimos mal a realidade e a queremos mudar. Penso que nos aproximamos da razão da escrita do Aniceto. E julgo que nos aproximamos ainda mais da alma deste livro: escreve-se poesia porque, diante da dor, ainda os poetas conseguem colorir o preto e o branco.

Que cores tem este livro que é um percurso de vida? Tem as cores da terra que o viu nascer para a vida, em Trás-os-Montes. Começa com a evocação da aldeia – a terra mãe –, com os cheiros perdidos e resgatados, com os sons que já não se ouvem, com os silêncios que os trazem à memória. Come*ça com alguém – o autor* – que sobe a um monte e diz: foi daqui que parti. "O meu mundo foi redondo – parti deste lugar e eis-me de novo em regresso premeditado."

Depois, logo depois, o que o Aniceto chama para iniciar o seu périplo são os amigos – as árvores que marginam o seu rio da vida. E essa convocação define-o. A sua família, e nós sabemos da importância essencial da sua família está noutro plano, no plano do sagrado, do que não se refere, do não dito, num sacrário, para os religiosos. A sua família são as rochas e os montes que estão em fundo. E há um céu.



Então, surgem os amigos, nomeados, mas não retratados. Cada um escolherá o verso, a estrofe que melhor se lhe adeque. Escolho algumas: Do Carlos Vale Ferraz a referência às histórias desenhadas, escondendo vidas paralelas – a doença dos ficcionistas, a dedicatória ao Delgado da Fonseca e a identificação com aqueles que exigem um mundo melhor. E a do Vasco: Louco levante da liberdade! E a do Rodrigo Sousa e Castro: "Excede-se para não ser excedido" – que se poderia aplicar a Fernando Salgueiro Maia. "Aniquila-se para se expandir. Raciocina, isolado. Está triste". E a Josep Sanchez Cervelló, o nosso amigo catalão, nosso cúmplice na história dos nossos países, uma terrível evocação da Guerra, da guerra civil espanhola, mas de todas as guerras: "Vi cabeças sem corpo chorarem, Vi punhos cerrados sem braços" – imagens que remetem Guernica. E surgem o José Barbosa e o David Martelo: "Devia ser fantástico examinar tudo isto do lado de fora – *É doloroso participar – Foi o que nos calhou, a dor de participar, mas também a boa consciência de termos participado no que devíamos*" – e aqui o resumo da história da nossa geração. Uma frase. E há o Fraga, numa frase de subentendidos: "Cansava-se o dilema da procura, na dura batalha das dúvidas existentes e a florescência da hipótese real que distingue um homem de um falso intelectual". E a dedicatória a Luísa Marques Júnior, a João Medina, que lhe ensinou a fazer livros, e a Jorge Golias, com o reconhecimento que nós, os que temos o privilégio do seu convívio, lhe dedicamos ao sublinhar nele o acerto das escolhas feitas. E, enfim, o amplo abrir de braços a todos os que não mencionou "porque fazem parte de mim". E, logo num surpreendente choque, uma palavra: Nada. Um poema antigo, muito antigo, de 1962: "Nada pior do que a dor de nada ser nada!" Foi essa dor que o Aniceto não quis sofrer. Que o levou a fazer tudo o que de extraordinário realizou.

Que o levou da Aldeia à Cidade, o título de um capítulo de poemas intimistas com uma homenagem a Bragança e a descoberta da mais extraordinária palavra do mundo. Sim, o Aniceto descobriu a mais extraordinária palavra do mundo e partilha essa sua descoberta connosco. Eu sou tentado a concordar com essa descoberta. Estou certo que o Rodrigo Sousa e Castro a apoia. Pólen! "É ou não é possível fugir às regras, alterar a ordem, afirmar a diferença? A palavra pólen demonstra que é possível" – "Voei por esses ares fora, entre flores e flores, com abelhas e sem abelhas, na companhia inesquecível dessa extraordinária palavra terminada em n!"

O capítulo seguinte leva-nos de Lisboa a África e começa, de novo com um poema de 1962 e a Revolução, com um poema de 1982 – 1982 será o ano de produção do maior número de poemas do livro – 20.

E, em Revolução um poema diamantífero – ou uma pepita: "Nunca tivera a ventura de se sentar na aventura do poder. Sempre ficara perturbado pela imensidão do poder" – quase todos nós, os capitães de Abril, nos revimos neste dizer de nós. E neste: "Entre as grandes coisas pensadas e as pequenas coisas realizadas, extingo-me – inquieto ... minguo-me, incerto."

O Novo Regime, que é o nosso regime, tem, enquanto capítulo do livro, uma abertura de finíssimo recorte – daquela ironia que permite deixar entender que ela é uma forma inteligente de sinceridade. Ele utiliza a ironia porque ela é a arma dos justos. Com a ironia a rasar o sarcasmo, o Novo Regime surge num poema com o título: *Ouvir Falar*. "*É o* primeiro-ministro que fala. Falador. Palavra falada – enfatuada. Discurso de recurso... e... Ficar escutando as vozes atrozes de mil ministros. Continuamos comendo os dias difíceis."

"O MEU MUNDO FOI REDONDO – PARTI DESTE LUGAR E EIS-ME DE NOVO EM REGRESSO PREMEDITADO"

É de rudes subtilezas de poemas como este, com várias pedras para várias leituras, mas onde nos revemos, que se apura a poesia do Aniceto.

Todo o livro é um exercício simultaneamente estético e profundo. Ao lê-lo recorda as muitas vezes que fiquei ao lado do Aniceto em reuniões, a vê-lo aparentemente absorto, desligado a desenhar figuras rigorosas, indecifráveis para mim, mas que eu adivinhava terem um sentido, representarem um pensamento que age como um bisturi a dissecar um corpo.

E, no final, o que temos é o que o Aniceto nos transmite como Olhares, o seu olhar, a sua forma de olhar, que são os nossos: "Continua a ser difícil olhar para a folha branca e escrever o que gostaria. Tenho imensos assuntos em carteira e nada que valha a pena – melhor, não sei se vale a pena."

Claro que vale.

Entre a Vida E A MORTE

Nas Margens do Medo é o último romance de Domingos Lopes, da Âncora Editora, apresentado a 2 de Dezembro pelo autor deste texto. A violência percorre intensamente esta obra: violência dos senhores da terra; violência doméstica; violência da fome e do desemprego; violência do trabalho nos campos e nas pedreiras; violência do sol e da chuva; violência da vida de contrabandista

PAULO SUCENA

CONSIDERO LEGÍTIMO QUALIFICAR *Nas Margens Do Medo* como um romance rural, tendo em conta o contexto em que decorre, uma aldeia alentejana, Capelins, situada perto do Guadiana, num tempo que se estende pelos finais da década de 1930 até um ano que o narrador não revela mas que o discurso permite situar, no mínimo, nos finais da década de 1940, abordando uma temática que essencialmente se prende com a situação de fome e de trabalho precário e mal remunerado dos trabalhadores rurais do concelho de Alandroal. É a partir deste tópico que a narrativa se vai estruturar e enriquecer nos seus diversos segmentos de que avultam as jornadas do contrabando.

A ascendência deste romance não provém tanto de Júlio Dinis em que os/as protagonistas estão acima da comunidade rural pela sua origem familiar, pela sua cultura e riqueza de linguagem, mas mais de Fialho de Almeida e do modo como o excelente contista aborda a violência do trabalho dos ceifeiros alentejanos. De Aquilino Ribeiro herdou o narrador a atenção e cuidado que dispensa à expressão da fala das personagens de *Nas Margens Do Medo*, desde o vocabulário à organização morfo-sintáctica das frases, distanciando-se, todavia, de Aquilino quando, em vez de se colocar num nível superior de linguagem, aproxima o seu discurso do das personagens com o intuito de tornar mais coesa e fluente a matéria que pretende comunicar. Essa comunicação faz-se deliberadamente sem sinais ou símbolos de natureza ideológica. O romance não está estruturado em função de uma progressiva tomada de consciência da classe trabalhadora conducente a uma revolta, colectivamente organizada, contra as forças opressoras. Nem tão pouco, *Nas Margens Do Medo*, ao contrário da corrente neo-realista, é construído sob a influência do pensamento marxista nem as suas páginas são percorridas por um sopro lírico capaz de abrir janelas de esperança para um horizonte onde já se

divisassem dias felizes. Pelo contrário, a história e as personagens não rompem a desolação de uma aldeia parada num tempo parado, como era, aliás, a esmagadora maioria do Portugal rural daquela época. As inquietações e a turbulência dos actores não saem das fronteiras de suas mentes conservadoras que só vemos verdadeiramente indignarem-se e barafustarem perante um caso insólito que alguém descobriu e rapidamente difundiu: a vida em concubinato de Lurdes e Manolo que meia dúzia de anos antes um contrabandista português encontrou em Olivença, era ele ainda um rapazote, sem pai nem mãe, assassinados pelas tropas de Franco, e trouxe para Capelins onde no dia da chegada foi "adoptado" por aquela jovem de vinte anos, dona de uma venda que herdara dos pais.

Esta é a situação nuclear da qual o romance arranca num tempo em que a Espanha Republicana era sacudida pela brutalidade de uma guerra civil e em Portugal se vivia sob uma ditadura feroz cujo sinal de maior desumanidade e violência provinha do Campo de Concentração do Tarrafal, cemitério de dezenas de democratas deixados morrer sem assistência médica e sem dó nem piedade.

Acabei há pouco de escrever uma das palavras que melhor definem esta narrativa, violência. Na verdade, a violência percorre intensamente esta obra de Domingos Lopes. Violência da guerra; violência do regime salazarista; violência da GNR, da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado e violência da PIDE; violência dos senhores da terra; violência doméstica; violência da fome e do desemprego; violência do trabalho nos campos e nas pedreiras; violência do sol e da chuva; violência da vida de contrabandista.

É neste contexto profundamente disfórico que se movimentam as personagens de *Nas Margens Do Medo*, cuja acção se confina a parâmetros fortemente individualistas, com uma ou outra excepção. Seja a revolta dos ceifeiros que Zé Inácio protagonizou e que a pouco e pouco e de forma avulsa vai ganhando a adesão dos companheiros que reivindicavam condições de trabalho menos penosas. Seja a mobilização de toda a gente para combater um fogo que ameaçava a casa do Felisberto, sujeito que gozava de pouca simpatia na aldeia. Seja, na parte final do romance, a greve dos ceifeiros que desencadeou uma onde de forte repressão e várias prisões e fugas dos grevistas.

Não é, portanto, este um romance em que os trabalhadores protagonizam uma gesta colectiva, antes, pelo contrário, estamos perante uma história cujas unidades narrativas se circunscrevem a acontecimentos que se iniciam e terminam na esfera de acção das personagens, apresentando-se assim o romance como um mosaico de "experiências vividas", usando palavras de Edmund Husserl, ou, se preferirem uma expressão mais tardia do filósofo alemão, como o mundo da vida (Lebenswelt) que sublinha melhor o carácter unitário e sintético do romance como uma totalidade.

EXPERIÊNCIAS VIVIDAS

Dessas experiências vividas destacam-se as de Lurdes e Manolo pelo peso psicológico e social que sobre ambos a sociedade fez pender e também a de João Comprido, oriundo de uma família muito pobre em que o pai alcoólico batia frequentemente na mulher até que o filho lhe fez frente e ele o expulsou de casa, lançando-o numa vida de extrema precariedade até ao dia em que Manolo o contrata e posteriormente convida para fazer par com ele na prática do contrabando. Tendo em conta que o contrabando é um dos eixos fundamentais da história é necessário ressaltar o papel de Zé Fino que um dia traz dois miúdos, filhos de pais comunistas assassinados, para esconder em Portugal e que a GNR prendeu e torturou barbaramente num posto do Alandroal sem que Fino tivesse confessado o acto de que era acusado. E também a relevância do trabalho de Manuel Perleques que do seu moinho prestava auxílio aos homens do contrabando.

Acima destes ergue-se a figura de Cobra, o maestro de toda aquela actividade ilegal, que nos surge como um personagem destinador da vida e da morte. É ele que subtrai Manolo aos horrores da Guerra Civil e o traz para Portugal e para uma vida feliz ainda que mais tarde arriscada e percorrida, em alguns momentos, por uma soturna melancolia. É ele que ao confiar Manolo a Lurdes transforma os dias pardacentos que ela vivia em dias luminosos cujo acme é a concretização, anos mais tarde, de um secreto e sofrido amor por Manolo que nela foi crescendo quando o "filho adotivo" atingiu a juventude. Mas é o Cobra que também destina Manolo à morte ao pedir-lhe para passar para Espanha alguns portugueses fugidos à repressão da ditadura, sendo portanto ele que, indiretamente, leva Lurdes ao suicídio. Será oportuno lembrar que como contraponto à disforia que perpassa pelas páginas deste romance apenas nos surgem alguns, poucos, momentos de euforia. Aqueles em que os intervenientes gozam os sabores de comedorias dignas do arroz de favas queirosiano e os que os fregueses da taberna da Lurdes desfrutavam nos quentes convívios em que o vinho oferecia aos bebedores tarde jubilosas. O vinho tem, aliás, uma presença quase tão constante como nos poemas de Omar Khayyam, ganhando mesmo um tonalidade, de alguma modo, evangélica. Cito Frei Bento Domingues: "Nas Bodas de Caná, a transformação de água em vinho é considerada o primeiro signo da novidade absoluta do Novo Testamento: Cristo surge como aquele que não pode com a tristeza do mundo. Mesmo nas situações mais desesperadas é preciso tudo fazer para que haja uma embriaguez de alegria."

Direi, a terminar, que não sendo este um romance de teor revolucionário dele transcorre, de um modo implícito, a condenação da exploração dos trabalhadores, a opressão política, a violência das forças repressivas e ainda nele encontramos gente, no cairel do medo, a levantar-se do chão. Confesso que no fim da sua leitura me ficou a ressoar sob os olhos uma toada de amor e de morte, por isso algo me diz que nas margens do Guadiana se ouve o choro inúmero das águas lamentando a morte de dois amantes.

Direitos Reservados

Ei-los que partem SEM PARTIR...

Andava eu a matutar no que escrever sobre os dois amigos que haviam partido quando um outro Capitão de Abril nos deixou. Estes meses trouxeram-nos tantos desgostos...

VASCO LOURENÇO

HÁ MOMENTOS EM QUE me sinto quase incapaz de levar à prática as minhas intenções e decisões.
Vem isto a propósito de querer escrever algumas linhas para evocar Amigos que nos deixaram fisicamente.
Quando do falecimento do coronel Rolando Tomaz Ferreira, decidi evocar em *O Referencial* este militar de Abril, a quem me liga uma forte relação de amizade.
Queria lembrar o oficial que, mais velho e graduado que eu, me habituei a respeitar, pelo seu envolvimento no Movimento que nos levou ao derrube da ditadura e esteve na base da consolidação democrática em Portugal.
Lembrar, prestando homenagem, a um militar que soube envolver-se de corpo inteiro com oficiais mais jovens e emprestar-lhes alguma moderação e sapiência, que muito úteis nos foram na tremenda tarefa em que nos lançámos.
Sem tempo para escrever fosse o que fosse, sou surpreendido pelo falecimento do Diamantino Gertrudes da Silva. De imediato decidi que sobre o Diamantino é que teria mesmo de escrever algo. Por muito que me custasse... Não era apenas a grande Amizade que nos unia, alicerçado por enormes cumplicidades (e algumas divergências, que a consolidaram), que me impunha o dever de o evocar.
As suas qualidades humanas, intelectuais e profissionais; o seu espólio de escritor de Abril; o seu activismo cívico, sempre do lado da Liberdade, da Paz, da Solidariedade, da Justiça Social; o seu permanente e total envolvimento no

Movimento dos Capitães e no Movimento das Forças Armadas; o seu empenhamento e militância na Associação 25 de Abril; a isso me «obrigavam».
Porquê, poderá pensar-se.
Simplesmente porque o Diamantino é um dos principais Capitães de Abril, por quem pessoalmente tinha e tenho grande consideração e, acima de tudo, Amizade. Por isso, a sua partida para o Oriente Eterno, por mais que a sua doença a tornasse previsível, me tocou tão fortemente!
Andava eu a matutar no que escrever sobre os dois amigos que haviam partido quando um outro Capitão de Abril nos deixou, o Vítor Martins Jorge.
Mais um choque, desta vez sem a necessidade de o evocar pessoalmente. A nossa boa relação, de mútua consideração, não era suficientemente forte, senti que outros amigos o poderiam evocar. Estes meses tinham que trazer-nos novos desgostos.
E, mais um grande Amigo e Militar de Abril «decidiu» deixar-nos fisicamente.
Era o José Alberto Loureiro dos Santos que, de uma forma pouco previsível, se juntava aos Militares de Abril que já partiram (e foram já tantos, que a vida não é eterna e a morte é inexorável...).
A nova "obrigação" me senti colado: evocar o Amigo com quem, apesar da nossa diferença de idades, vivi tantos momentos comuns, na luta por um Portugal mais livre, mais democrático, mais justo e em Paz.
Evocar um dos mais distintos oficiais do Exército, das Forças Armadas Portuguesas, não apenas da sua geração, mas de toda a História das mesmas.
Um militar que se envolveu inteiramente no processo democrático que o 25 de Abril iniciou, o 25 de Novembro consolidou e a aprovação da Constituição consumou!
Loureiro dos Santos, dotado de extraordinárias qualidades humanas (inteligência, cultura, ponderação, capacidade de comando, coragem e determinação), quer pelos resultados obtidos no desempenho dos elevados cargos militares, políticos e político/militares, quer pela forte influência junto dos seus camaradas, pertence, por direito próprio, ao grupo dos militares construtores do Portugal de Abril de que, felizmente e "apesar de tudo", continuamos a usufruir e a orgulhar-nos!
O destino não quis dar-me sossego e, sem o esperar, vejo partir mais um Amigo.
Desta vez, é o Dinis Sebastião.
Coronel, Capitão de Abril de todas as horas, o Dinis é bem o exemplo dos militares de Abril que nunca estiveram na ribalta da intervenção, mas que constituíram o suporte da retaguarda, essencial para que o sucesso fosse possível.
O Dinis Sebastião foi um dos companheiros criptólogos que comigo conspirou no BRT (Batalhão de Reconhecimento das Transmissões), que comigo transformou o quartel da Trafaria no quartel-general da conspiração do Movimento dos Capitães.
Homem simples, moderado, sempre disponível, a morte do Dinis Sebastião traz-me à memória um sem número de episódios, alguns de certa forma caricatos mas todos verdadeiramente épicos, vividos na conspiração que nos levaria ao 25 de Abril, que continua a orgulhar-nos a todos, pelos vários motivos mas essencialmente pela Coragem que sentimos ter sido necessária para lutar pela Liberdade!
O tempo coberto por este número de "O Referencial" tornou mais pobre a Associação 25 de Abril. Este foi um período crítico, pois nestes três meses perdemos quinze associados.
Sem pretender menorizar a importância dos demais, permitam-me que evoque especialmente os cinco Capitães de Abril, quatro deles sócios fundadores da nossa A25A. Isto, porque para além da amizade que a eles me liga, nunca é demais salientá-lo: foi a cidadãos como estes que o nosso país ficou a dever a sua libertação do fascismo e do colonialismo; é a cidadãos como estes que – uns mais activos na ribalta, outros mais actuantes na retaguarda –, devemos a Madrugada Libertadora!
A sua evocação singular é feita em *O Referencial*, por diversos amigos de cada um deles.
Pessoalmente, aqui lhes deixo a todos um grande, grande abraço amigo, com um até sempre!

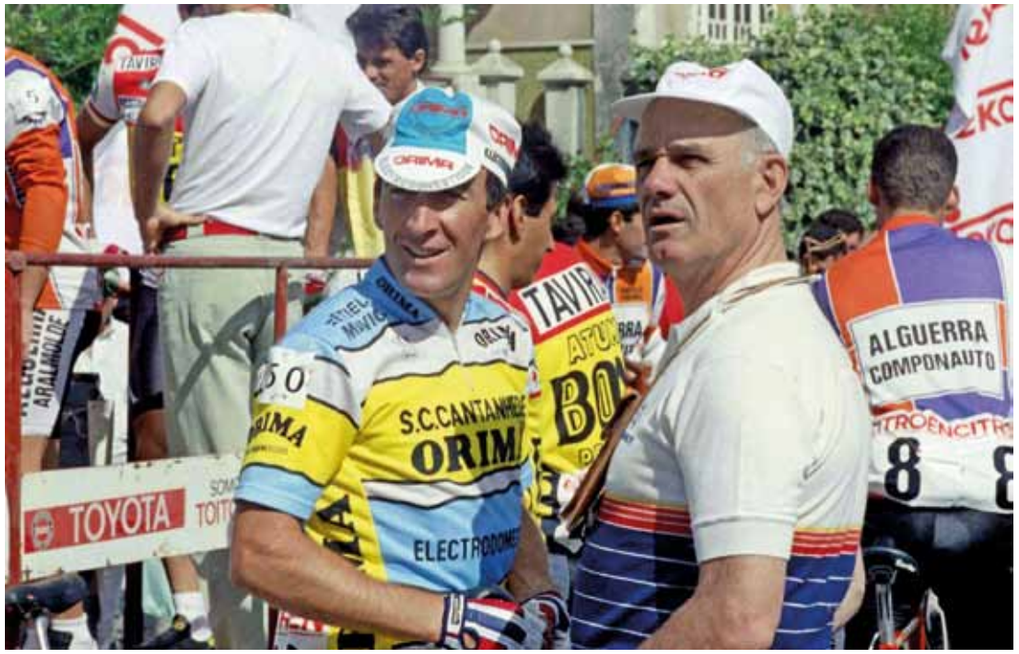
REGISTÁMOS O FALECIMENTO

DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Sócios fundadores: Diamantino Gertrudes da Silva, Dinis Joaquim Brás Sebastião, Luciano Fernandes Lopes Nunes, Victor Martins Jorge, Rolando de Carvalho Tomaz Ferreira, Victor José Rodrigues de Andrade.
Sócia(o)s efectiva(o)s: António Boularget Soares Marinho, António da Silva Barbosa, António Pereira Palma, Eduardo Ribeiro Martins, Fernando José Miranda Peixoto, João Alexandre Cavroé Sales, José Alberto Loureiro dos Santos, Luís de Sousa Rebelo, Maria Hermínia Caldas Saraiva Dias.
Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

O TEMPO COBERTO POR ESTE NÚMERO DE *O REFERENCIAL* TORNOU MAIS POBRE A ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL. ESTE FOI UM PERÍODO CRÍTICO, POIS NESTES TRÊS MESES PERDEMOS QUINZE ASSOCIADOS. PESSOALMENTE, AQUI LHES DEIXO A TODOS UM GRANDE, GRANDE ABRAÇO AMIGO, COM UM ATÉ SEMPRE!

CONTINUA A PEDALAR…



Lusa –Cristina Fernandes

A 29 de Setembro de 2018 faleceu o nosso sócio António da Silva Barbosa, mais conhecido por Alves Barbosa. Tinha 86 anos. O acontecimento não teve o merecido relevo no ambiente mediático português. Cumpre-nos realçar, aqui, o seu valor como desportista e como cidadão

MANUEL RODRIGUES

VENCEDOR DE TRÊS VOLTAS a Portugal, Alves Barbosa foi o primeiro ciclista português a correr na Volta à França, na qual participou três vezes. Também com presenças honrosas nas voltas à Espanha, a Marrocos, à Venezuela e ao Estado de S. Paulo (Brasil), entre muitas outras provas. O nosso sócio granjeou um exemplar palmarés desportivo, bem evidente no livro *700.000 Km a Pedalar*, dado à estampa em 2006, da autoria do também nosso sócio José Castela (*cf. Referencial nº 82, jan/mar 06, pag 6*).
Justamente admirado e querido pela generalidade dos portugueses, Alves Barbosa foi, também, um ciclista reconhecido no estrangeiro. A *Medalha de Ouro da Juventude e dos Desportos*, com que a França o condecorou em 2007, é uma prova desse prestígio.

CIDADÃO

No seguimento do 25 de Abril de 1974, com António Avelãs Nunes, como Secretário de Estado, e Alfredo Melo de Carvalho, como Director-Geral, o desporto português não só varreu, com a prontidão que se impunha, as caquéticas barreiras do fascismo que o tolhiam, como se lançou com decisão na criação de estruturas aptas a promover e a integrar a educação física e a prática desportiva no dia-a-dia da vida cultural e social dos portugueses.
Alves Barbosa foi um destacado protagonista dessa empolgante página de Abril e do desporto, escrita com competência e generosidade por dirigentes, praticantes, docentes, estudantes etc..

ALVES BARBOSA FOI UM DESTACADO PROTAGONISTA DESSA EMPOLGANTE PÁGINA DE ABRIL E DO DESPORTO, ESCRITA COM COMPETÊNCIA E GENEROSIDADE POR DIRIGENTES, PRATICANTES, DOCENTES, ESTUDANTES…

E não se ficou pelo muito trabalho de gabinetes e em instalações urbanas. Brigadas devidamente preparadas e enquadradas meteram pés ao caminho e, com Abril na mochila, "semearam" desporto por todo o país. Autarquias e colectividades foram os seus principais pontos de apoio. Mas, por vezes e com êxito, também integraram as Campanhas de Dinamização Cultural do Movimento das Forças Armadas (MFA). A exposição fotográfica organizada na nossa sede pelo Dr Manuel Brito, em Junho de 2014, e as intervenções do próprio e do Comandante Manuel Begonha, no acto da inauguração, demonstraram como foi frutuosa a relação MFA/Desporto.
Como era inevitável, a regressão resultante da interrupção que foi imposta à Revolução dos Cravos, atingiu duramente o desporto nascido com Abril e apontou a porta de saída a boa parte dos seus melhores construtores. Alguns dos que foram, assim, afastados, perdida a esperança,

COMO ERA INEVITÁVEL, A REGRESSÃO RESULTANTE DA INTERRUPÇÃO QUE FOI IMPOSTA À REVOLUÇÃO DOS CRAVOS, ATINGIU DURAMENTE O DESPORTO NASCIDO COM ABRIL E APONTOU A PORTA DE SAÍDA A BOA PARTE DOS SEUS MELHORES CONSTRUTORES. ALGUNS DOS QUE FORAM, ASSIM, AFASTADOS, PERDIDA A ESPERANÇA, DEIXARAM CAIR OS BRAÇOS. MAS, TAL NÃO ACONTECEU COM ALVES BARBOSA

deixaram cair os braços. Mas, tal não aconteceu com Alves Barbosa.

SÓCIO DA A25A

Quando, juntamente com o então major Martins Lopes, o desafiámos a integrar o ciclismo nas comemorações dos 15 anos de Abril, reagiu assim: pediu uma ficha de sócio que preencheu de imediato; entregou dinheiro para pagar as primeiras quotas; e, acto contínuo, começou a planear o *Primeiro Raide da Liberdade* em cicloturismo. Sob a sua orientação, nada foi esquecido, incluindo o simbolismo atribuído à prova: uma viagem *Da Prisão à Liberdade*, concretizada com a partida no Presídio da Trafaria e a chegada à Porta de Armas do RE1-Pontinha. Um percurso de 140 Km nas margens do Tejo, nessas margens onde muitos portugueses, que não se agacharam à ignomínia do fascismo, foram corajosamente empurrando "as portas que Abril abriu".

Quando se realizou o "Segundo Raide da Liberdade", pretendeu-se, de alguma forma, replicar no traçado da prova o *Conceito de Manobra*, prevalecente nos movimentos de tropas na madrugada de 25 de Abril de 1974. A partida foi dada de locais diferentes – no caso das paradas do RI5-Caldas e da EPC-Santarém – , com as colunas em deslocação convergente para um ponto de reunião, na zona do Carregado, prosseguindo, após a junção (cronometrada ao segundo!), em luzido agrupamento único de largas centenas de ciclistas, pedalando com desembaraço a caminho da capital.

O êxito destas realizações, ficou a dever-se sobretudo à experiência, à sabedoria e à capacidade de trabalho do nosso sócio agora desaparecido.

CONCLUSÃO

Generoso nos objectivos, determinado na acção, atento e interveniente nos problemas da nossa Pátria e do nosso Povo, Alves Barbosa foi, de facto, um Homem de Abril. Mas, nada de desânimo porque, com as "sementeiras" que ajudou a fazer e pelo seu exemplo, continuará, por Abril, a pedalar ao nosso lado.

"TODOS OS DIAS CONVERSO COM ELE..."

Direitos Reservados

Rolando de Carvalho Tomaz Ferreira faleceu a 9 de outubro de 2018, com 87 anos. Isto do tempo não faz muito sentido porque as coisas importantes e belas estão para além delas mesmas

JOSÉ LUÍS M. BACELAR FERREIRA

Meu caro coronel Tomaz Ferreira,

JÁ QUE NÃO POSSO visitá-lo em Canelas de onde podíamos disfrutar daquela maravilhosa paisagem e nos contava do tempo das manobras que, por serra fora ali fazia, ajustando o tiro das peças, deixe-me que lhe diga uma coisa:
Isto do tempo não faz muito sentido porque as coisas importantes e belas estão para além delas mesmas.
Não sei quando nos conhecemos, o que sei é que foi há muito e que a amizade que trocámos não tem medida, mas é grande e vem e vai por aí fora.
Estou a escrever-lhe e talvez não lhe cheguem estas letras; vou guardá-las e um dia as levarei para lhas dar.
Não penso em si noutro lugar, nem noutro tempo, porque o vejo no jacarandá, lindo, agora todo verde, porque a flor já se foi!
Lembra-se de mo ter trazido num vasinho? E como ele cresceu!
Como sabe ele está aqui em frente da eira e todos os dias converso com ele, ou melhor consigo, porque ele tem um nome: Tomaz Ferreira.
Bem sabe que tenho esta mania de dar às plantas o nome de quem mas oferece e, desde a altura em que me deu aquele livro das aromáticas ondeescreveu (de Ferreira para Ferreira), não foi necessária qualquer dedicatória que a amizade era sem medida.
Eu sei que muitos poderão não me entender, mas o oficial competente, leal, digno de todo o mérito, que as honras recebidas e os símbolos que vimos sobre a almofada vermelha atestavam, dizem muito pouco.
O meu parceiro à esquerda, aqui nos Pontos de Ribela (1), tinha direito a muito mais.
O mais merecido símbolo foi aquela Bandeira Nacional que o envolvia e que por inteiro mereceu.
Mais que o militar, mais que o cidadão pleno, o homem que me habituei a ver e ouvir, valeu a troca de amizade e não posso eu estar enganado porque vi quantos o acompanhavam e ali estavam a prestar homenagem a um amigo que sempre lhes ofereceu, por devoção, o seu viver partilhado.
Amanhã conversaremos de novo, mas mesmo sendo assim, desde já um forte abraço desta gente de Ribela.

(1) *Ribela é o nome da localidade onde resido e onde se reúne a nossa tertúlia*

Direitos Reservados

HERÓIS DESCONHECIDOS

Diamantino Gertrudes da Silva faleceu a 10 de outubro de 2018, com 75 anos. Gertrudes da Silva e os seus camaradas são anónimos para que os portugueses tenham nome e possam tê-lo. O desconhecimento é a sua maior condecoração

CARLOS MATOS GOMES

AS PORTUGUESAS E OS portugueses não conhecem o Diamantino. Antes do Diamantino também não conheceram o Corvacho, nem o Tomaz Ferreira, nem o Vila Lobos, nem o Ramiro, nem o Ernesto, o Melo Antunes, nem o Varela, o Gomes, nem o Victor, o Crespo. Os portugueses não conhecem os portugueses que estiveram no dia 25 de Abril de 1974 no comando das operações na Pontinha, nem nas unidades que tomaram o poder. Nem dos que estiveram em Bissau, em Luanda, ou em Nampula a assumir a responsabilidade histórica de resolver um problema colonial que se arrastava desde a Conferência de Berlim (1884), que fora causa da queda da monarquia, da implantação da República, da entrada de Portugal na I Grande Guerra, da instauração da ditadura em 1926 e de uma guerra colonial de 13 anos.

O desconhecimento desses nomes e o conhecimento de outros, de futebolistas e comentadores de TV, de cantores e de apresentadores de TV, de cabeleireiros e cozinheiros, de alfaiates e famosos das relações públicas representa a glória dos anónimos militares como o Diamantino.

O Diamantino morreu hoje. O Diamantino teve um papel decisivo no 25 de Abril, comandando a coluna militar que controlou o centro do País. Os portugueses não conhecem o Diamantino, nem os camaradas que o acompanharam nesse dia e nessa acção. O desconhecimento do Diamantino é a sua maior condecoração. O Diamantino e os seus camaradas fizeram o que fizeram para que os comentadores comentassem, os cantores cantassem, os famosos se exibissem. O Diamantino e os seus camaradas são anónimos para que os portugueses tenham nome e possam tê-lo. O Diamantino e os seus camaradas fizeram o que fizeram para que os portugueses tivessem um serviço nacional de saúde e também um multibanco.

O Diamantino morreu ontem. Nasceu em 1943, na Beira Alta, em Moimenta da Beira. Filho de gente humilde – não se trata de neo-realismo – frequentou o seminário e depois a Academia Militar, onde entrou em 1963. Conheci-o ainda de missal, expressão séria, a sair da caserna para ir à missa. Eu, três anos mais novo, já agnóstico. Nunca falámos de religião, de deuses, de salvação. Respeito. Ele infundia respeito, mesmo quando acreditava no que me merecia radicais oposições: eu dispensava a ideia de Deus, ele ainda a respeitava, não como amparo pessoal, mas como instância de justiça, julgo.

Ao longo da minha vida conheci pessoas extraordinárias. Sorte a minha. O mais extraordinário de todos, se me perguntarem, Samora Machel. Mas, falando apenas dos que já morreram, conheci também Aquino de Bragança (informem-se sobre a personagem), e Spínola (escrevi sobre ele no "Expresso" na data da sua morte), e Costa Gomes, e Varela Gomes, e Fernando Salgueiro Maia, e o comissário político da brigada Lister na guerra civil de Espanha, e Santos e Castro, fundador dos Comandos e comandante de mercenários, fui amigo do Jaime Neves... e apoiante da Maria de Lurdes Pintassilgo. Fui amigo do Diamantino...

NA MESMA MARGEM

Quando, como é da história, nas revoluções se separam águas entre os que a fizeram, eu e o Diamantino ficámos na mesma margem. Foi depois do 25 de Novembro de 1975. Numa tarde, ou noite clandestina, encontrámo-nos em Viseu, a sua base, a conversar sobre o que era possível salvar, não da esperança, mas da parte do poder que devia caber aos que, sujeitos a séculos de dependências, iniciavam a descoberta da liberdade de decidirem o seu presente e o seu futuro. Poder popular, se não for descoberta outra designação aos *sansculottes*

que, aqui em Portugal, viviam a sua revolução francesa no Portugal rural e eclesiástico após o 25 de Abril. O "Comunismo" nos sermões dos padres lúbricos e guardadores de rebanhos.
O Diamantino formou-se em História, em Coimbra. Ele, e um outro destes capitães, também já desaparecido, o Monteiro Valente. Conheci-os, relacionei-me com eles como mais um privilégio que a vida me concedeu. O Monteiro Valente foi o único (julgo) capitão que teve de disparar a sua arma para impor o 25 de Abril numa unidade militar! A História concedeu a Portugal, aos portugueses que não sabem quem eles foram, o privilégio de ter os capitães dos seus exércitos de terra, mar e ar no local certo, no tempo certo, para realizarem a 25 de Abril de 1974 aquilo que era necessário fazer e foi feito da forma exemplar que a História reconhece como a "revolução dos cravos".
O Diamantino pertenceu a essa gesta de anónimos capitães que Portugal e os portugueses tiveram a sorte histórica de encontrar generosamente disponíveis e culturalmente preparados para assumirem os riscos de lhes traduzirem os anseios de liberdade e de paz. Ele escreveria ensaios e ficções sobre a sua geração.
A morte do Diamantino, Capitão de Abril, ocorre no tempo em que emerge do lado de lá do Atlântico, no Brasil a quem tanto nos une, um capitão de negrume, de nome Bolsanaro... um fantasma da Hi merece.
Que a semente do seu exemplo frutifique...

Militar exemplar

Impossibilitado de me deslocar nesta altura para fora de Lisboa pretendo fazer chegar, por esta via, à sua Esposa, Filhos e Netos, a manifestação do meu profundo pesar pelo falecimento do meu Camarada e grande Amigo, Diamantino Gertrudes da Silva. Sei que é do vosso conhecimento a imensa estima e consideração em que tinha a distintíssima personalidade do Diamantino. O seu caráter, a sua retidão, a sua honradez, a sua coragem, a sua cultura, a sua frontalidade, a sua lealdade, caraterizavam o que eu considerava um militar e um cidadão EXEMPLAR. Sabia-o doente. Tinha esperanças que resistisse. Sei que foi em paz consigo próprio e que deixa um mundo que não o mereceu. As minhas mais sentidas homenagens.

PEZARAT CORREIA

Direitos Reservados

DO MELHOR QUE TEM O HUMANO

Diamantino Gertrudes da Silva era um Homem simples, culto, generoso e inteligente, impunha-se com naturalidade, sem qualquer pretensão em ser líder

MARTINS GUERREIRO

CONHECI O DIAMANTINO depois do 25 de Abril. Os nossos contactos foram esporádicos entre 1974 e 1975. Aprofundaram-se mais tarde, em especial numa comemoração da reunião dos capitães na herdade do Sobral.
Desde início percebemos que nos entenderíamos facilmente e que comungávamos dos mesmos ideais. O Diamantino era o exemplo do melhor que tem o ser humano. Nascido e crescido fora do meio citadino, a sua capacidade, inteligência, respeito

por si e pelos outros, levaram-no a construir o seu próprio caminho, a escolher prosseguir os estudos superiores numa Escola Militar para encontrar um novo patamar onde melhor pudesse servir a comunidade e o país.
Não foi caso único. Muitos dos capitães de Abril seguiram essa via porque outra possibilidade de estudar não era nada fácil.
Homem simples, culto, generoso e inteligente, impunha-se com naturalidade, sem qualquer pretensão da sua parte em ser líder. Notava-se isso no contacto pessoal direto e sobretudo na consideração e respeito que os seus companheiros da Academia Militar tinham por ele.
O nosso último encontro e conversa foi em Coimbra, na cerimónia e almoço de doutoramento do general Pezarat Correia.
Falamos de *O Referencial* onde colaborou com artigos de grande interesse e falámos da nossa saúde. Descobrimos que também nesse momento estávamos em luta contra o mesmo "inimigo". Na conversa parecia que o meu risco era maior que o seu. Até nisso o Diamantino procurou dar-me alento, tendo provavelmente a noção, que eu então não tinha, de que a sua situação era mais delicada.
O Diamantino foi e é um ser humano raro, uma pessoa de eleição, daqueles que por opção pessoal, por sentido de fraternidade e comunhão com os outros seres humanos, decidiram colocar as suas capacidades, inteligência, sabedoria e vontade ao serviço dos outros, trabalhando e lutando para um mundo melhor, sem desfalecimento e sem procurar quaisquer benefícios ou vantagens pessoais, nem sequer assumindo, para alem do indispensável, posições de destaque ou relevo.

HOMEM RARO DE ENORME DIMENSÃO E QUALIDADE HUMANAS. OS QUE TIVERAM O PRIVILÉGIO DE O CONHECER E COM ELE CONTACTAR FORAM POR ELE TOCADOS.

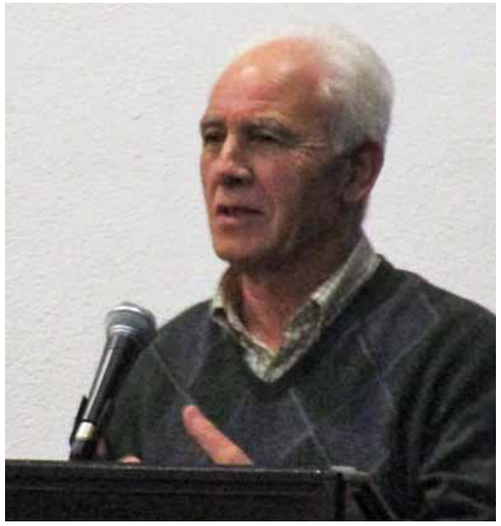
Homem raro de enorme dimensão e qualidade humanas. Os que tiveram o privilégio de o conhecer e com ele contactar foram por ele tocados. Não fomos apenas nós, seus camaradas militares. Também muitos outros, na sociedade e nas escolas, o foram ao longo dos anos.
Compete-nos agora passar a muitos outros o testemunho que nos transmitiu, continuando a sua pedagogia de princípios e de valores.
Bem hajas Diamantino. O teu exemplo é uma flor que dará muitos frutos e por muito tempo.
Até sempre companheiro

"OBRIGADO POR SERES AMIGO PERENE"

Texto lido no funeral de Diamantino Gertrudes da Silva pelo companheiro de curso

MAJOR-GENERAL ANTÓNIO LUÍS FERREIRA DO AMARAL

Silva:
FOI ASSIM QUE TE TRATEI durante cinquenta e cinco anos e dez dias e não vejo razões para alterar o tratamento.
Não quero fazer um panegírico, que não desejas, mas apenas dar conta de actos concretos.
Foi na última dúzia de anos, até há breves dias com a tua impressionante e viva lucidez, que travámos as mais profundas conversas. Não conseguimos apontar soluções para os diversos e graves problemas que as sociedades, nacional e internacional, enfrentam. No entanto, fomos constatando uma tendência crescente para que o poder seja conquistado pelas elites que melhor exploram e se aproveitam dos sentimentos mais básicos dos cidadãos, sendo capazes de lhes infligirem os maiores dislates e malfeitorias que, apesar de tudo, nenhum deles merece.
Mas, tendo de falar sozinho, vou fundamentar-me num pequeno trecho poético de Miguel Torga, que bem conheces, e que a ti se aplica por inteiro.
Diz assim:
E os passos que deres, Nesse caminho duro Do futuro



Direitos Reservados

Dá-os em liberdade. Enquanto não alcances Não descanses. De nenhum fruto queiras só metade
E não foram fáceis os teus primeiros passos!
Como descreves nos livros que nos deixas, ias marcando com os pés descalços um trilho miudinho pelos matos, pelos campos e pelos cami-

nhos poeirentos, ou nevados, do Alvite que te viu nascer e em que tinhas tanto orgulho.
E continuaste o caminho árduo, escolhendo uma via em que constantemente se apela ao sacrifício, à abnegação, ao serviço incondicional para o bem comum.
E aqui não te cansaste para alcançar o que, todos sabemos, ter sido relevante:

> o primeiro lugar no nosso Curso de Infantaria, o mais numeroso na história da Academia Militar, e direi, enfaticamente, que o conseguiste exclusivamente à custa do teu próprio esforço;
> o firme carácter de aplicar a pedagogia do exemplo nas várias funções de liderança que exerceste;
> as relações com superiores e subordinados, que foram sempre assentes em valores cujo peso era idêntico ao ser aplicado de baixo para cima ou de cima para baixo.

COERÊNCIA

Todos os que lidaram contigo conhecem bem a coerência das tuas decisões nas questões específicas do serviço, para as quais podiam contribuir situações colaterais que, muitas vezes, ajudaste a resolver.
E, quando optaste por esta vida, já havia a guerra em África, que convivia com todas as famílias, guerra que tu bem conheceste e fizeste. Ficaste, então, a saber que os que percorriam as matas e as bolanhas estavam - melhor do que outros – elucidados sobre o destino que estava traçado ao conflito.
Falava o poeta em liberdade e eu não posso deixar de contar um episódio ocorrido há pouco mais de quinze dias.
Irrompeu pelo quarto, onde te encontravas, uma jovem enfermeira que se dirigiu a ti nestes termos:
- Ó Sr. Diamantino (era assim que tu querias que te tratassem), o senhor é mesmo um capitão de Abril?!
Balbuciaste uma breve resposta de quem viu o seu recato violado, mas o sorriso já esmaecido do teu rosto e um brilhozinho nos olhos que abriste mais um pouco, não deixaram de revelar o que sempre sentiste.
Todos sabemos da tua acção antes, durante e depois da Revolução. Esse teu gosto e prazer pela participação no 25 de Abril. Até podes nem vir a sair do anonimato, mas todos sabemos que estarás sempre no mesmo patamar daqueles que um dia a História não deixará de glorificar.
Mas seria injusto relevar este acontecimento sem referir a Gina, o Pedro, o Rui, a Mimi, a Raquel, a Beatriz, o Miguel e a Raquel mais jovem, para só mencionar os mais próximos, que, muito mais do que a metade, sempre os tomaste por bem mais do que o dobro, como, aliás, a restante e numerosa família.
Não me quero alongar mais, mas não posso deixar de dizer que haveremos de notar a tua ausência física nos nossos encontros, mas enquanto as nossas memórias não forem confiscadas, não deixaremos de sentir aquela aragem especial do teu companheirismo e da tua sabedoria.
Obrigado, Silva, por seres um amigo perene, para mim e para todos os que contigo lidaram.

Assembleia Municipal de Viseu

Dar conhecimento aos membros da Direção e ao Diretor de O Referencial
26-10-2018

SAI-AM/2018/262
28-11-2018

Ex.mo Senhor
Presidente da Direção da Associação 25 de Abril
R. da Misericórdia 95
1200-334 Lisboa

Na sequência da realização da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, realizada no passado dia 16 de novembro, enviamos cópia do teor do Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Coronel Diamantino Gertrudes da Silva, que foi aprovado por unanimidade:

"VOTO DE PESAR

No dia 9 de outubro de 2018 faleceu o Senhor Coronel de Infantaria Diamantino Gertrudes da Silva.

Para todos nós, o Capitão de Abril Gertrudes da Silva, que teve um papel decisivo na Revolução dos Cravos ao comandar a Companhia que saiu de Viseu e as forças militares oriundas de Aveiro e da Figueira da Foz, e que tomaram o Forte de Peniche, na altura, uma prisão com presos políticos.

Um glorioso Militar de Abril que no comando das operações cumpriu a Missão - derrubar o Regime Anterior, contribuindo para conquistarmos e Liberdade e a Democracia, tendo sido agraciado com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

Mas, sempre entendeu que era preciso não esquecer Abril e, por isso, manteve sempre uma intervenção cívica, principalmente junto das Escolas, de modo que os ideais de Abril continuassem vivos.

Pela postura e conduta ao longo da vida, como militar e cidadão, pelo contributo dado à Revolução de Abril, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:

1. Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento do Senhor Coronel Diamantino Gertrudes da Silva, guardando um minuto de silêncio em sua memória.

2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar".

Com os melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

(José Manuel Henriques Mota de Faria)

Solar dos Peixotos | Rua Cimo do Vila | 3500-185 Viseu
apoio.am@cmviseu.pt | Tel. 232 424 739

UM ABRAÇO AO COMPANHEIRO

Capitão piloto-aviador, Victor Martins Jorge foi um militar de Abril, erguendo-se assim ao estatuto dos corajosos militares que libertaram Portugal da ditadura, faleceu a 31 de Outubro de 2018.

AMIGO DO AMIGO

JOSÉ GABRIEL PEREIRA PINTO

O Victor Martins Jorge foi um homem bom, digno, corajoso, cumpridor da sua palavra, amigo do seu amigo, grande militar, patriota e um excelente camarada, como atestam todos os seus actos ao longo da vida. Foi-lhe atribuída a Cruz de Guerra, ganha numa guerra com a qual não concordava. Para mim, foi mais um irmão que morreu. Mas, tal como os outros, vive no meu coração.

UM HUMANISTA

ANTÓNIO MARTINS RODRIGUES (MARTIN)

Conheci o Victor em casa de um amigo comum: terá sido um desígnio de Deus? Filhos da mesma escola a que se seguiram caminhos profissionais diferentes, nunca nos cruzámos: ele em Moçambique; eu em Angola e Guiné.

Já tinha «conhecido» o Victor não só pelo seu carácter de camarada de eleição, como combatente corajoso e destemido e ainda com um sentido de pertença invulgar à instituição que voluntariamente serviu.

Os nossos encontros semanais eram reuniões de cultura das quais o beneficiado era eu, dado o seu grau de conhecimentos. O Victor era um humanista. Acabou-se o combate. Para ele já não haverá lágrimas, nem prantos, nem sobressaltos. O sol brilhará para sempre sobre o seu rosto. Silêncio e Paz

CONVERSAS SEM FIM

ANTÓNIO MENDES DO CARMO

Victor Martins Jorge, amigo de longa data e de todos os dias. Companheiro de conversas sem fim. Conversas de almoços de amigos e de tardes de cafés, sobre problemas da nossa geração: a nossa passagem por África e o que pensamos acerca do que se passa em Portugal e no mundo. Foi uma amizade longa, bonita e com muitas coisas em comum! Foi uma perda inesperada que muito me abalou e entristece. Partiu sem se despedir, o que é ainda mais triste! Que encontres a Paz que mereces e porque sempre lutaste.

O ADVOGADO

ARMANDO MENEZES

O meu primeiro contacto com o Martins Jorge foi como capelão da Força Aérea no AB 5, Nacala, Moçambique em 1972-74 onde ele era piloto. Desde então desenvolveu-se entre nós uma grande amizade que foi reforçada quando ele começou a exercer a advocacia. O Martins Jorge era um homem com letra maiúscula por ser um homem de convicções, de exigência permanente no exercício das suas profissões de piloto da FA e advogado. Possuía uma arguta interpretação do direito e da lei própria de advogado impar. Familiarmente era um pai e avô extremoso, sempre compreensivo, delicado e educador. No domínio espiritual era exigente consigo mesmo, intelectualmente integrado num catolicismo autêntico e de quem por vezes eu próprio recebia ensinamentos.

PILOTO-AVIADOR
DURAN CLEMENTE

Capitão Piloto-Aviador, Victor Martins Jorge foi um militar de Abril, erguendo-se assim ao estatuto dos corajosos militares que libertaram Portugal da ditadura. Foi, enquanto militar no activo, digno dos maiores louvores e condecorações. Homem culto e progressista, não traindo os mais fiéis princípios que dignificam o ser humano, foi apanhado na encruzilhada do 25 de Novembro, suspeito e acusado de algo que não tinha cometido. No nosso convívio, pessoal e familiar na capital de Angola, estreitamos laços de amizade que se tornariam permanentes. Homem Bom e de sólido Carácter, procurou nos contactos com juristas o conhecimento para defesa dos camaradas de armas na mesma condição, vindo a licenciar-se na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Nos nossos muitos encontros cimentou-se o afecto que não morre nem no meu coração nem no coração dos verdadeiros amigos do que agora era Coronel PilAv Reformado e Dr. o nosso Victor Martins Jorge. Até sempre.

HONRADEZ
FLORIVAL LANÇA

Foi já tarde na vida que tive o privilégio de conhecer o grande homem e o valoroso militar que foi Victor Martins Jorge. Contudo, ainda a tempo de partilhar com ele uma relação de grande amizade, construída na comunhão de ideias e olhares sobre o mundo que nos rodeia, amizade assente nos sólidos valores humanos de que o Victor era portador, como a honradez, a solidariedade e a enorme tolerância para com as ideias alheias. Com o seu desaparecimento, Portugal perde, além de um homem culto, um grande militar. E eu, um amigo sincero.

ESQUADRA 51
JOÃO MIRANDA

Conheci o Jorge, ainda jovem cadete, durante inspecções periódicas na Av. da Liberdade. Anos mais tarde, voámos juntos na Esquadra 51 em Monte Real e posteriormente em Moçambique, na mesma Esquadra, no AB5. Fizemos juntos várias missões de combate e o Jorge, para além de um excelente piloto de caça, teve sempre um comportamento exemplar como militar: pessoa bem humorada, generosa, preocupada com os camaradas que com ele conviviam e sempre disponível para ajudar qualquer um. Durante os anos em que tive o prazer da sua companhia não posso deixar também de referir a pessoa carinhosa e atenta que era com a sua família. Jorge estarás sempre na minha memória.

JURISTA RARO
MANUEL PALMA
(EX-OFICIAL MILICIANO PILOTO-AVIADOR)

Via sempre mais algo que outros não viam. Murava os precipícios jurídicos, transformando-os em adornos. Juntava sempre os filhos aos sonhos. Vítor Martins Jorge, o suave e elegante sorriso exclusivo dos que sabem ser quem são sem aparentemente nada terem de fazer para o serem: piloto-aviador ímpar, jurista raro, amigo inesquecível, pai apaixonado. A vida não é morada para queixumes e tem um nome: Esperança. Como lhe foi Fidelíssimo...

ROCHA SÓLIDA
MANUEL PAVESE

Conheci o Victor pelo fim dos anos 70 por intermédio e recomendação do seu Camarada de armas e meu irmão Inocêncio Araújo. Acabara de regressar a Portugal e, "dispensado" das obrigações militares, procurava forma de ajudar ao sustento dos seus. Acabou, automaticamente a trabalhar comigo, como auxiliar de monitor de mergulho amador. Daí para a frente, construiu-se uma amizade fraterna que assim o é ainda hoje e que assim será sempre. Foi um advogado brilhante em todas as minhas causas, meu jurista nos processos relacionados com a União Europeia, meu colega como surpreendente Perito Externo da Comissão Europeia e, nessa qualidade, Chefe do Projeto de Apoio às Iniciativas Culturais nos PALOP e TL; Mas foi sobretudo, aquele que sempre me ouvia, que sempre me dizia de si, que frequentemente me "puxava as orelhas" que era, enfim, a rocha sólida de que todos precisamos, em suma o AMIGO.

VICTOR,
PAULO SUCENA

Se morrer é só não ser visto, como dizia Pessoa, então tu morreste. Se morrer é teres faltado ao almoço que tínhamos combinado com o Zé Gabriel, então tu morreste. Se morrer é eu velar o teu corpo escondido num esquife numa estreita casa mortuária, então tu morreste. Mas se morrer é apagar a tua imagem do ecrã da memória, então estás vivo. Se morrer é ter esquecido a alacridade das tuas gargalhadas, então estás vivo. Se morrer é afogar os teus gestos de fraterna amizade, então estás vivo. Mesmo quando me pulsam no coração as saudades que tenho de ti e de que não falarei porque são só minhas.

LEVANTOU VOO
VICTOR BRITO

Inesperadamente o nosso bom amigo Victor Martins Jorge levantou voo pela última vez. Não para nos deixar mas para nos esperar à porta do Céu. Espírito aberto, com uma intensa componente espiritual, estava em paz consigo próprio. A sua passagem por aqui através do tempo e do espaço não aconteceu por acaso, já estava, sem o sabermos, programada no Céu. O rasto que fez à descolagem, deixou um espaço vazio, sem nada, insubstancial, que procuramos preencher retribuindo a amizade, o tratamento puro, sensível, amigo que nos dedicou.

Lusa – Mário Cruz

MESTRE da estratégia

Loureiro dos Santos partiu a 17 de novembro de 2018. A sua carreira militar foi de um contínuo brilhantismo. Tinha 82 anos. Mas, foi enquanto mestre e pedagogo das ciências militares que granjeou a admiração e respeito de todos os seus (nossos) camaradas

RODRIGO DE SOUSA E CASTRO

O GENERAL LOUREIRO DOS SANTOS deixou-nos recentemente enquanto presente física, mas deixa-nos em memória um legado extraordinário que atesta o brilhantismo da sua carreira político-militar e a suas invulgares qualidades humanas. Pertencente a uma geração, forçada a viver em ditadura e mais tarde em empenhar-se numa guerra a que o tempo foi dando a medida da sua evidente insanidade, soube - na altura em que o Exército se revolta e devolve a dignidade e a liberdade ao Povo - não só acompanhar esse movimento libertador como se revelou, mercê da sua invulgar inteligência e cultura, um dos seus melhores interpretes.

Oriundo, como tantos de nós, de famílias de parcos recursos, mesmo antes de alcançar a Escola do Exército revelou a sua têmpera através da vontade indomável de ultrapassar todos os obstáculos para atingir o seu objectivo: ser oficial do Exército.

A sua carreira militar foi de um contínuo brilhantismo. Mas, temos que recordar que foi enquanto mestre e pedagogo das ciências militares que granjeou a admiração e respeito de todos os seus (nossos) camaradas.

No convencionalmente chamado "Verão Quente" de 1975, em pleno desenvolvimento do então chamado PREC (Processo Revolucionário em Curso), Loureiro dos Santos integrava um conjunto de oficiais que dariam forma ao apoio militar que o rebelde "Grupo dos Nove" carecia para enfrentar o desvio da Revolução. Trabalhando com uma enorme discrição, foi um militar determinante na conceção das ações militares

APÓS OS ACONTECIMENTOS POLÍTICO MILITARES DE 25 DE NOVEMBRO, A SUA AÇÃO FOI DETERMINANTE NA RECOLOCAÇÃO DO EXÉRCITO E DAS FORÇAS ARMADAS NO SEU PAPEL DE GUARDIÃO DA DEMOCRACIA

Lusa – João Relvas

preventivas destinadas a obstaculizar qualquer golpe contra revolucionário, viesse ele da extrema esquerda ou da extrema direita.
Após os acontecimentos político militares de 25 de novembro, a sua ação foi determinante na recolocação do Exército e das Forças Armadas no seu papel de guardião da democracia e na conceção e elaboração dos novos conceitos que no quadro de uma democracia pluralista haveriam de enquadrar as Forças Armadas.

Ocupou altos cargos na hierarquia militar e também altos cargos políticos. Mas, foi na reorganização das Força Armadas pós 25 de Abril e, sobretudo pós 25 de Novembro, que contribuiu, de forma decisiva, para dar um corpo de doutrina às novas Forças Armadas inseridas na nova Ordem Democrática, e que revelou a sua excecional capacidade para entender o processo de normalização democrática e dar-lhe conteúdo e rumo.

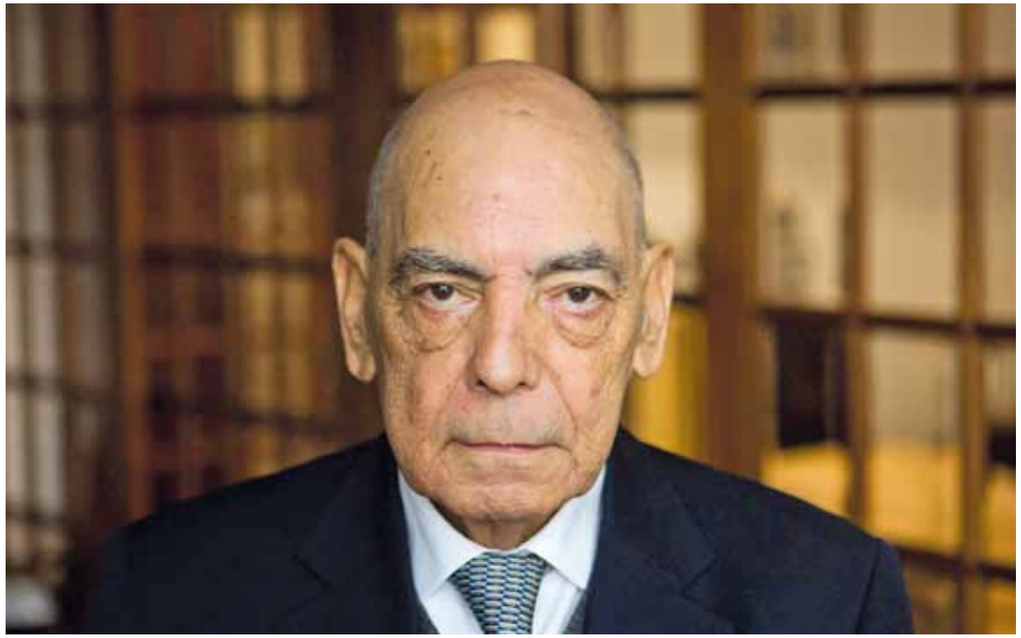
COESÃO IDEOLÓGICA

Loureiro dos Santos concorre decididamente para dar coesão ideológica ao grupo que emerge vencedor do 25 de novembro propondo uma nova filosofia de acção para as Forças Armadas, teorizando a doutrina do apartidarismo das mesmas e resgatando a honra de quem tinha lutado para a devolução integral do poder ao Povo português.
A sua excecional inteligência ditará o brilhantismo do seu percurso.
Em todas as missões que lhe são confiadas, desde oficial subalterno, capitão, depois oficial do Corpo de Estado Maior e, finalmente, General Chefe do Exército, não sem antes ter sido expressamente graduado em General para desempenhar as funções de Vice Chefe do Estado Maior General, imprimiu um cunho pessoal caracterizado por três princípios de atuação: disponibilidade total para ouvir; elaboração metódica das decisões; firmeza na acção.
A audição paciente e crítica das opiniões dos seus pares e subordinados, a elaboração meticulosa das decisões - sempre articuladas com clareza e traços simples mas prevendo sempre a sua completa integração no devir dos acontecimentos - e uma intransigente firmeza na acão direta de comando, são os traços característicos da personalidade que caracterizam o singular perfil de Loureiro dos Santos. Foi assim que o conheci e que tive a honra de com ele conviver.
Sendo eu um oficial uma década mais jovem, a quem as circunstâncias politicas-militares de momento tinham atirado para o Conselho da Revolução, encontrei sempre no agudo espírito crítico e na enorme cultura militar e cívica de Loureiro dos Santos uma ajuda inestimável para o meu desempenho enquanto conselheiro da Revolução.

LOUREIRO DOS SANTOS CONCORRE DECIDIDAMENTE PARA DAR COESÃO IDEOLÓGICA AO GRUPO QUE EMERGE VENCEDOR DO 25 DE NOVEMBRO PROPONDO UMA NOVA FILOSOFIA DE ACÇÃO PARA AS FORÇAS ARMADAS

Mesmo em questões meramente administrativo/ logísticas, a sua capacidade revelava-se inexcedível, como foi o caso paradigmático da organização dos serviços de apoio ao então poderoso Conselho da Revolução. As circunstâncias revolucionárias foram as que foram, mas não hesito em afirmar que os ensinamentos do mestre da estratégia que é Loureiro dos Santos, que tão bem sabia integrar os problemas que o imediatismo revolucionário tinha como definitivos, numa visão mais ampla e consequente, relativizando a sua importância e fazendo-nos olhar para o futuro, foram para mim de um valor inestimável.

OPÇÃO PELO DEVER E A EXCELÊNCIA



Direitos Reservados

Loureiro dos Santos, estou certo, pertence, paradigmaticamente, ao escol de cidadãos por cuja "nobreza de espírito", constância, humildade, produção intelectual, integridade moral e exemplar excelência será perpetuado na nossa memória colectiva como uma personalidade de referência

ANTÓNIO RAMALHO EANES

LOUREIRO DOS SANTOS estabeleceu, como grande propósito de vida, o dever e a excelência. Excelência, esta, que conseguiu, inicialmente, como aluno, ao obter o primeiro lugar no Curso de Artilharia do Exército, uma distinção no Curso de Estado-Maior, o curso de Comando e Estado-Maior do Exército brasileiro, e o doutoramento em Ciências Militares, e, depois, como professor, tanto na docência militar, no Instituto de Altos Estudos Militares, no Instituto de Altos Estudos da Força Aérea e no Instituto de Defesa Nacional, como na docência civil, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e na Universidade Lusíada.

E a excelência também o caracterizava como profissional militar, com uma carreira de sucesso, em que atingiu o posto de general de 4 estrelas (em 1999 - 34 anos depois da sua promoção a alferes, em 1957), a par do desempenho das diferentes missões que lhe coube cumprir, de entre as quais, pela sua relevância e responsabilidade institucional, referência merecem os postos de Comandante do Corpo de Instrução de Artilharia Antiaérea, Director do Departamento de Operações do Exército, Comandante da Zona Militar e Comandante-Chefe das Forças Armadas na Madeira, Director da Arma de Artilharia, Quartel-Mestre General do Exército, e Director do Instituto de Altos Estudos Militares. Excelência que Loureiro dos Santos atingiu, ainda, no exercício das diversas funções que aceitou desempenhar, nas quais referência especial merecem as de Vice-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e, por inerência, de membro do Conselho da Revolução, e as de Chefe do Estado-Maior do Exército.

Excelência, idêntica, foi a de Loureiro dos Santos no trabalho político e militar que empreendeu, para devolver ao 25 de Abril o seu grande propósito de democracia original. E igualmente importante foi a sua intervenção, posteriormente, no árduo e demorado processo de transição, institucionalização e consolidação da democracia (como o demonstra a redacção da Lei n.º 17/75, de 26 de Dezembro, que estabelecia a subordinação da Instituição Militar ao Poder Político legitimado pelo voto popular,

através da cadeia de comando, e que fixava o apartidarismo das Forças Armadas).
E excelência manifestou, igualmente, quer no desempenho de funções políticas, enquanto Ministro da Defesa, nos IV e V Governos constitucionais, quer na acção político-militar desenvolvida para a reinstitucionalização democrática das Forças Armadas.

PREOCUPAÇÃO ÉTICA

Excelência e, sobretudo, sentido de dever que Loureiro dos Santos revelava na sua preocupação ética, de que "deu provas ao longo da sua vida militar e em particular ao ousar demitir-se, no auge da sua carreira, porque, como ele dizia, "um chefe tem de estar disposto a abdicar de tudo, mesmo da sua carreira". E ele fê-lo, em 1992, era então Chefe de Estado-Maior do Exército, em confronto com o poder político, ao recusar aplicar uma lei com a qual não concordava, contra a qual tinha lutado e perdera. Era a chamada "Lei dos Coronéis", que deitou borda fora muitos camaradas que, como ele, fizeram o 25 de Abril e o 25 de Novembro"[1].
Excelência, ainda, a de Loureiro dos Santos, na sua contribuição para a informação da Sociedade Civil sobre grandes temas nacionais e internacionais, quer através de cuidada intervenção na imprensa escrita, tanto estrangeira como nacional, nomeadamente, no *Diário de Notícias, Público* e *Correio da Manhã*, a par de diversas intervenções nos meios audiovisuais, a convite destes, quer por meio da edição de obras suas, de grande qualidade, das quais se destacam, ao longo de mais de 30 anos: *Forças Armadas, Defesa Nacional e Poder Político, Incursões no Domínio da Estratégia,Como Defender Portugal, A Idade Imperial,* e *História Concisa de Como Se Faz a Guerra.*
Excelência, sempre presente, a de Loureiro dos Santos, que lhe valeu ser, com frequência, procurado para conselho dar aos chefes militares e ao poder político, chegando, em 2012, a fazer parte do leque de vinte e cinco personalidades que elaboraram o novo e importante Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e lhe valeu, igualmente, o reconhecimento, primeiro, como sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa e como seu sócio emérito depois, bem como várias condecorações, militares (dezanove louvores individuais averbados) e civis, estrangeiras, entre as quais se destacam a Grã-Cruz da Ordem de Mérito Militar com distintivo Branco de Espanha, a de Grande Oficial da Medalha da Ordem de Mérito da República Italiana e a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar do Brasil, e nacionais, nomeadamente, ainda este ano, a Ordem Militar de Sant'Iago da Espada e, anteriormente, o grau de Comendador da Ordem Militar de Avis, a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique e a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.
Loureiro dos Santos, estou certo, pertence, paradigmaticamente, ao escol de cidadãos por cuja "nobreza de espírito", constância, humildade, produção intelectual, integridade moral e exemplar excelência será perpetuado na nossa memória colectiva como uma personalidade de referência.

1 MEIRELES, Luísa – Generalidades e culatras. *Expresso*. 24 Nov. 2018. 2

HOMEM SIMPLES E BOM

Dinis Sebastião é um dos que são indispensáveis como obreiros de um mundo melhor. Faleceu a 2 de Dezembro de 2018, em Cascais

MARTINS GUERREIRO

MAIS UM AMIGO partiu de forma algo inesperada.
Nos últimos anos teve problemas de saúde mas conseguiu recuperar. Nada fazia prever que nos deixasse tão rapidamente.
Durante os cinco anos em que fomos colegas de Liceu, em Faro, consolidamos uma forte amizade e solidariedade.
O Dinis identificava-se facilmente com os não citadinos, revelando um grande sentido do humano. A sua simplicidade permitia-lhe uma aproximação fácil e profunda às pessoas.
Depois do 25 de Abril encontrámo-nos muitas vezes do mesmo lado da barricada. Com o Dinis era fácil o entendimento, pois ele procurava perceber os outros sem impor a sua visão ou vontade. Procurava sempre esclarecer-se mais e entender melhor. Muitas vezes assumia o papel de "quem não sabe" para levar os outros a melhor explicar o que pretendiam.
Um homem simples e bom, um grande amigo, um ser humano muito especial.
Um dos que são indispensáveis como obreiros de um mundo melhor, ideal que procuramos passar aos mais jovens
Dinis, continuaremos contigo pela vereda que iniciámos na juventude e se transformou em estrada ampla com o 25 de Abril
Até sempre companheiro

Em defesa dos valores de Abril

CARLOS MATOS GOMES

Coronel de Infantaria, Diniz Joaquim Brás Sebastião, nascido a 13 de Novembro de 1941 na Cortelha, concelho de Loulé, distrito de Faro, faleceu a 2 de Dezembro de 2018, em Cascais.
Frequentou o Liceu Nacional de Faro. Ingressou na Academia Militar em 1959. Cumpriu duas comissões militares, em Moçambique e Angola. Integrou o grupo de oficiais que participaram no 25 de Abril e no processo de instauração da democracia. Pertenceu à Assembleia do MFA. Desempenhou funções de muito mérito como chefe do Serviço de Materiais de Instrução (CHESMATI), responsável pelo valioso espólio fotográfico e audiovisual do Exército, que incluía as importantes colecções da participação de Portugal na Grande Guerra, na Europa e em África, das acções do Exército durante o Estado Novo e sobre a guerra colonial. Os investigadores de várias áreas tiveram sempre nele um interlocutor disponível e colaborante, que muito prestigiou a instituição militar e os seus membros. Manteve ao longo da sua vida pessoal e profissional uma atitude discreta, sempre pautada pela amizade, a camaradagem e a defesa dos valores de Abril de liberdade e justiça.

O papel insubstituível DOS "ESPONTÂNEOS"

Abrantes da Silva faleceu a 2 de dezembro de 2018. A forma espontânea como se envolveu no 25 de Abril de 1974 surge descrita num texto inserido na obra 'Operação Viragem Histórica – 25 de Abril de 1974' coordenada por Carlos Almada Contreiras, Edições Colibri, 2.ª edição, 2018, pags 158 a 161, que publicamos chamando a atenção para a existência de factos aqui narrados que não correspondem exatamente à descrição do seu genro, José Manuel da Graça Dias, em texto que também disponibilizamos nestas páginas

ANTÓNIO MANUEL DE JESUS ROSADO DA LUZ

A INICIATIVA DO DR. PEDRO Pinto inicia-se por volta das 14 horas com a chamada ao Grémio dos seus colaboradores, mas durante duas horas ninguém sabe de nada nem imagina o que se estava a passar. Aquilo que se sabia era aquela realidade que tínhamos ali em frente: a necessidade imperiosa e cada vez mais urgente em sairmos daquele impasse. E era em torno disso que giravam todos os episódios relatados e outros mais.

Regressado da Pontinha, entregara ao Salgueiro Maia a "ordem por escrito" assinada pelo punho do Otelo que ele exigira. Passam poucos minutos das 15 horas e algumas acções que se seguem, pela sua espectacularidade, estão registadas pelas televisões e são amplamente conhecidas, com o Maia de megafone em punho a ameaçar abrir fogo sem obter qualquer resposta, com as rajadas das metralhadoras 12,7, com a multidão a esvaziar o Largo do Carmo em segundos e com mais algumas rajadas de G3. Mas de tudo isto, o único resultado visível foram os buracos na parede que ali ficariam anos e anos, alguns vidros estilhaçados e mais nada. O Comando da GNR não reagira aos ultimatos e aquela intimidação também não resultara.

Tudo isto começava a mostrar-nos que os altos dignatários do regime ali retidos, especialmente o seu mais alto dirigente, não aceitavam minimamente a ideia de se estarem a confrontar com um "simples capitão". Teria que haver generais por detrás de tudo isto e era com esses que era eventualmente necessário dialogar e não com simples subordinados. Aliás, isso mesmo foi formalmente explicitado, algumas horas mais, tarde pelo próprio Marcelo Caetano, quando afirmou ao Salgueiro Maia e a mim próprio, que "apenas se renderia a um general". Ciente disto, o Salgueiro Maia diz-me: *tens de me arranjar um oficial de patente elevada para parlamentar com estes gajos porque se eles não reagem aos ultimatos de um capitão que comanda uma força militar que os cerca, nem às rajadas de intimidação das metralhadoras também não vão querer parlamentar comigo. Eles não acreditam que não existam generais por detrás disto. Se não conseguimos falar com eles nunca mais saímos disto e somos mesmo obrigados a escavacar aquilo tudo.* Já estavam apagadas as memórias das Patuleias, Marias da Fonte e Remexidos e ninguém daqueles altos dignatários ali acuados, aceitava que, após meio século de poder, fosse possível a eclosão de um movimento revolucionário de "militares *sans culottes*". Ninguém daquela gente estava psicologicamente preparado para aceitar a possibilidade de existência de um movimento militar planeado e dirigido unicamente por estratos hierárquicos intermédios, a esmagadora maioria deles jovens Capitães. Encerrados nas suas altas torres de marfim, todos estes altos dignatários da ditadura fascista, desconheciam por completo, que toda a Guerra Colonial assentava apenas em unidades de escalão companhia comandadas exactamente por aqueles jovens capitães. Naquela guerra, aqueles jovens tinham-se habituado a ser senhores absolutos da vida e da morte e a "reinar" sobre áreas geográficas e populações que, a maioria das vezes, eram maiores que muitas províncias metropolitanas. Foi ali, no terreno concreto das convulsões e dramas daquela guerra, que todos aqueles jovens de idades entre os 20 e os 30 anos foram ganhando a maturidade, a consciência humana, o conhecimento, a "autonomia de pensamento estratégico" e a capacidade de decisão, que foram fundamentais para um correto planeamento e para um a condução eficaz desta operação militar. E os tais "Generais", onde é que eles andavam? A Guerra, tinham-na atravessado como "extraterrestres" e, no remanso da paz metropolitana, "pairavam sobre as tropas", desligados delas, ocupando apenas o triste "papel litúrgico" de acólitos do regime. Toda esta ignorância e todo este desligar da realidade provocavam-lhe a maior das incredibilidades e desorientações: "por detrás disto estavam de certeza generais, entre os quais, certamente o Spínola" e aquela anquilosada mentalidade deixava-os totalmente impreparados para dialogar ou aceitar ordens daquele "simples capitão".

ABRANTES DA SILVA, NÃO TENDO NUNCA PERTENCIDO AO MFA NEM TENDO QUALQUER MISSÃO, DE UM LADO OU DE OUTRO, ESTÁ PRESENTE EM TODOS OS LUGARES CENTRAIS ONDE A ACÇÃO DECORRE

EM BUSCA DE UMA PATENTE

A situação era de emergência e o tenente-coronel Correia de Campos que o Otelo me dissera que iria enviar para apoiar o Salgueiro Maia nessas eventuais conversações não aparecia. No local o militar "nosso" de mais alta patente era o major Domingos Arruda, que tal como eu viera do CAL 1. Só que um major, e ainda por cima à paisana, continuava a ser pouco. Entretanto, para além dos militares com funções atribuídas presentes no local, apareceram ali, mais dois ou três camaradas "espontâneos" sem quaisquer funções, mas que queriam participar. Um deles, o capitão Gualdino Pais, já tinha sido imensamente útil na operação de mudar a Companhia do RI1 de campo. Andava eu a "dar voltas à cabeça" para descobrir como inventar um oficial com uma patente elevada, quando, subitamente, "dou de caras", ali, em pleno Largo do Carmo, com um coronel de Cavalaria, devidamente uniformizado. Um coronel de Cavalaria já passava a ser outra coisa. E o senhor estava perfeitamente "apresentável" para este tipo de missão pois, como qualquer bom oficial de Cavalaria, envergava um daqueles blusões verdes de cabedal com galões de metal "à Rommel". Era o "espontâneo ideal". Reconheci-o de imediato pois já o havia encontrado nessa manhã nas instalações do QMG quando tinha ido falar com o major Fontão. Na altura tinha trocado com ele umas palavras de circunstância uma vez que, com a ocupação feita pelo Fontão ao seu serviço, tinha "ficado sem emprego". Porém, nem sabia o seu nome e muito menos se ele tinha alguma "simpatia" ou não com o nosso Movimento ou com o regime ditatorial fascista. A história tem "estórias" curiosas e a deste coronel é uma delas. Se visionarmos os filmes feitos naqueles dias e lermos alguns relatórios, dir-se-ia que para além deste simpático e diligente senhor constituir o mais perfeito exemplo daquilo que é um verdadeiro "espontâneo", estamos perante um ser ubíquo. É que este coronel, de nome Abrantes da Silva, não tendo nunca pertencido ao MFA nem tendo qualquer missão, de um lado ou de outro, está presente em todos os lugares centrais onde a acção decorre. Como referi, encontro-o a meio da manhã na rua Rodrigo da Fonseca; nessa mesma manhã, mas muito mais cedo, é citado no relatório do alferes David e Silva do RC7 como tendo estado presente na Avenida Ribeira das Naus, onde terá tido intervenção activa no episódio da detenção do tenente-coronel Ferrand de Almeida pelas tropas sob o comando do Salgueiro Maia; agora, cerca das 15 horas da tarde, aparece-me no Largo do Carmo (será mesmo uma das figuras destacadas que aparece nas imagens televisivas ali colhidas); finalmente, no dia seguinte, quando se dá a libertação dos presos políticos de Caxias, é ele quem, diante do Forte de Caxias, não tendo rigorosamente nada a ver com aquilo, dá uma longa entrevista à RTP, onde, por ser o oficial mais graduado ali presente, é tratado como a figura central de tudo aquilo, e ele próprio assume mesmo esse papel. A sua presença em todos estes locais é hoje melhor compreendida, pois o senhor aguardava com grande impaciência e esperança pelo fim da ditadura, para ver finalmente libertada das masmorras de Caxias uma filha sua, oposicionista activa do regime, que ali estava detida. Claro que na altura eu não sabia nada disto. Mais uma vez a tal circunstância fortuita, a tal estrelinha da sorte... Abeirei-me dele e disparei uma frase que ainda hoje recordo: "*meu coronel, o senhor quer figurar na História de Portugal?*" Expliquei-lhe então rapidamente o que se passava e ele, de imediato, anuiu. Levei-o à presença do Salgueiro Maia e é assim que este senhor aparece em todas as aquelas imagens filmadas no Largo do Carmo pela RTP, a entrar e a sair do Quartel do Comando Geral da GNR. Entretanto, o tenente-coronel Correia de Campos acaba por aparecer também. Vinha acompanhado por um civil seu amigo que tinha sido seu ex-alferes miliciano na Guerra da Guiné e a quem tinha pedido para o acompanhar e colaborar connosco nas operações que fossem necessárias, o Fernando Brito e Cunha. Nessa manhã, já ambos tinham tido uma acção decisiva no choque entre as forças do Salgueiro Maia e as de Cavalaria 7, na Avenida Ribeira das Naus e Rua do Arsenal. É desta forma que este "embaixador espontâneo" (o coronel Abrantes da Silva) vai mais uma vez aparecer nas imagens televisivas colhidas no Largo do Carmo, acompanhado por aqueles outros dois "embaixadores cooptados" que o Otelo para ali tinha enviado. As ordens que os nossos enviados levavam eram simples e tinham a forma de um ultimato: exigíamos a imediata rendição do Presidente do Conselho, dos demais dignatários ali presentes e das tropas que o protegiam. O Salgueiro Maia tinha também dado instruções aos nossos "embaixadores" para que eles fossem muito rápidos e incisivos. Cinco a dez minutos para comunicar o ultimato e nada mais de conversas. Desta forma, por volta das 15:30, as portas entreabrem-se e eles entram no Quartel do Carmo.

A SUA PRESENÇA EM TODOS ESTES LOCAIS É HOJE MELHOR COMPREENDIDA, POIS O SENHOR AGUARDAVA COM GRANDE IMPACIÊNCIA E ESPERANÇA PELO FIM DA DITADURA

À MEMÓRIA DE MÁRIO ABRANTES DA SILVA

O Coronel de Cavalaria faleceu a 2 de dezembro. Em sua homenagem, o seu genro e nosso associado, José Manuel da Graça Dias, enviou-nos um texto que transcrevemos na íntegra. Chamamos, no entanto, à atenção para a existência de factos aqui descritos que diferem um pouco da narrativa de António Manuel de Jesus Rosado da Luz na obra 'Operação Viragem Histórica – 25 de Abril de 1974', texto que também publicamos nestas páginas

JOSÉ MANUEL DA GRAÇA DIAS*

FALECEU A 2 DE dezembro de 2018 às dezoito horas e dez minutos Mário Abrantes da Silva na Residência do Montepio do Parque das Nações, na Rua da Jangada de Pedra, em Lisboa.
Nascido em Lisboa (Rua Sol ao Rato), deixou-nos a 7 de agosto de 1919, com 99 anos. Atravessou toda uma época do século XX portuguesa e dezoito anos do século XXI, com uma família numerosa deixando um vazio por preencher
Fez várias comissões de serviço no Alentejo, Aveiro e no antigo Ultramar Português (Angola, Moçambique e Macau) com uma longa carreira na cavalaria e provas de corrida de cavalos e várias taças e acidentes de percurso sempre cuidados extremosamente pela esposa, desde 1946 - a saudosa Maria Isabel Wrem Viana Abrantes da Silva, já falecida em outubro de 1991 - e pelos filhos numerosos (onze), todos gozando de boa saúde à excepção de um, o Ricardo, que recordo com saudade, falecido em novembro de 1982
Atravessou todo o Estado Novo um tanto descontente embora sem se manifestar muito por amor e cuidados com a família, não apoiando, em 1952, nem Carmona nem Norton de Matos, e, em 1958, nem Américo Tomaz nem Humberto Delgado.
Em 1974, informado secretamente das atividades do Movimento das Forças Armadas pelo meu cunhado e muito querido amigo, tenente da Força Aérea, José Maria Costa Parente, do MFA, falecido em Agosto de 1992, foi observar as movimentações da companhia comandada pelo capitão Salgueiro Maia, do MFA, e tropas pró antigo regime comandadas pelo brigadeiro Junqueira dos Reis, no Terreiro de Paço, deslocando-se depois ao Largo do Carmo onde declinou servir de mediador, a pedido de Salgueiro Maia, entre as forças do MFA e a Presidência do Conselho de Ministros (Marcelo Caetano).

Preferiu talvez considerar seu dever deslocar-se a 26 e 27 de abril ao Forte-Prisão de Caxias clamando em viva voz pela libertação de todos os presos políticos juntamente com o professor doutor Pereira de Moura, falecido em Abril de 1998, e dr. Jorge Sampaio, mais tarde presidente da CML e Presidente da República, e, inclusive, dos presos de "sangue" - ao contrário das posições defendidas pela Junta de Salvação Nacional e pelo seu Presidente, general António Spínola.
Conseguida em 27 de Abril de 1974 a libertação de todos os presos políticos de Caxias, entre os quais o seu próprio filho, então com 24 anos, Mário Wrem Viana Abrantes da Silva, então da Acção Revolucionária Armada, hoje engenheiro florestal em Ponta Delgada, Açores, retirou-se ao serviço de Transportes do DRM (São Sebastião) onde estava desde 1973 após o regresso de Angola até à passagem à reserva em junho de 1993.
Autodidata de formação e profundamente curioso, possuía uma grande biblioteca variada e apreciava particularmente a ópera, nomeadamente a ópera italiana (Verdi e Puccini) e a cantora neozelandesa Tiri Te-Kanawa e da La Tosca, lembrando-se talvez dos diversos tenores que tinham entoado Mário Cavaradossi! Ultimamente (os últimos dez anos com intensas dificuldades de audição) sofria por não ouvir ópera e os familiares.
Com uma doença prolongada desde março de 2016, estava internado na Residência do Montepio do Parque das Nações recebendo visitas da família talvez até há três semanas altura em que o seu estado veio a agravar-se.

AUTODIDATA DE FORMAÇÃO E PROFUNDAMENTE CURIOSO, POSSUÍA UMA GRANDE BIBLIOTECA VARIADA E APRECIAVA PARTICULARMENTE A ÓPERA

Conheci-o desde Maio de 1970, há mais de 48 anos nos bancos dos jardins da Igreja de Sagrada Família de Luanda onde comuniquei-lhe que estava a namorar a sua filha mais velha, Margarida Silva Dias, desde Janeiro de 1970, e com quem estou casado desde Março de 1971, aprendendo desde então a respeitá-lo e a estimá-lo profundamente embora tivesse várias opiniões diferentes das suas.

*Genro do coronel Abrantes da Silva; Ex- alferes miliciano de agosto de 1970 a junho de 1973; economista (1973-1978); sociólogo (1983-1985), aposentado do setor marítimo-portuário desde maio de 2011

CONVITES

AJA Lisboa, Coro da Assembleia da República – concerto, 09-11-2018; Apresentação do livro *Apenas um Homem*, de Carlos Carranca, 08-11-2018; Concerto de apresentação do CD *Sempre um fim, sempre um começo*,18-10-2018; Inauguração da exposição de Cláudio Cardoso; Apresentação do livro *Costumes e Foros de Castelo Bom*, de João Marinho dos Santos, 04-10-2018; Jantar – Dia da Música, recital de Mariana Abrunheiro e Walter Hidalgo, 01-10-2018; Apresentação do livro *Ritmos Afectivos nas Artes Performativas*, de Ana Pais, Edições Colibri, 22-10-2018; Apresentação do livro *Arez Quinhentista*, Organização da Santa Casa da Misericórdia de Arez, 20-10-2018; Apresentação do Livro *A Dimensão Teatral do Auto da Fé*, de Bruno Schiappa, 20-10-2018; Apresentação do livro *Inconfidências de uma vida a preto e branco*, de Luís Telésforo, 13-10-2018; Lançamento do livro *Investigação, Educação e Desenvolvimento*, de Mariana Gaio Alves, Elisabete Xavier Gomes, António Domingos, José Manuel Matos (Editores), 27.09.2018; Lançamento do livro *Os Moinhos e os Moleiros do Rio Guadiana*, de Luís Silva, 28-09-2018; Lançamento do livro *A Guerra na Antiga Jugoslávia Vivida na Primeira Pessoa*, de Carlos Branco, Henrique Santos, Luís Eduardo Saraiva (coord.); Apresentação do livro *Terrorismo Religioso – A Realidade no Feminino*, de José Filipe Pinto, 4-10-2018; Lançamento do livro *Histórias de Vida no Portugal do Século XX*, de Teresa Fonseca, 07-10-2018; Assembleia da República, inauguração da exposição *DÉJÀ--VU*, de André Carrilho, 27-09-2018; Câmara Municipal de Loures, À Conversa *com... José da Silva Pedro, na terceira pessoa*, 27-10-2018; V Encontro de Modelismo em Loures, 27 e 28-10-2018; Mostra de teatro Plateia 17 a 28-10-2018; Inauguração da exposição *O Museu. Chão de Memórias* - Museu do Vinho e da Vinha, em Bucelas 13-10-2018; Meeting Internacional de Clarinete - Marcos Romão dos Reis Jr., 4 a 7 de Outubro de 2018. Cinemateca Nacional, apresentação do 1.º volume da obra *Escritos sobre cinema*, de João Bénard da Costa, 29-09-2018; Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, V Encontro de Mulheres Juristas dos Países Lusófonos e a Cimeira dos Direitos Humanos das Mulheres, 15-11-2018; Associação Amigos da Cidade de Almada, Colóquio *Vamos comemorar a República: O 4 de Outubro em Almada e na região de Lisboa*, 04-10-2018; ACR – Associação Conquistas da Revolução – Núcleo do Porto, homenagem a Salvador Allende, 30-09-2018; Conselho Português para a Paz e Cooperação, *Encontro pela Paz*, 20-10-2018; Patriarca de Lisboa e a Editora AlThum, concerto de órgão, Igreja de São Vicente de Fora, 13-10-2018; Cento de Estudos de Teatro - Ciclo de Conversas: Teatro Contemporâneo em Lisboa e no Porto - Espaços, Acervos, Arquivo, 8, 15 e 22-10-2018; Presidente da Câmara de Oeiras, Semana Cultural Baía 25/28-10-2018; Inauguração da exposição *De dentro é sentimento: lugares de África aos olhos de Neves e Sousa*, 20-10-2018; Museu do Neo-Realismo, exposição *Cândido Portinari em Portugal*, 20-10-2018; Direcção da Casa do Alentejo, homenagem à alentejana Sofia Pomba Guerra, 20-10-2018; Museu Nacional de Faro, inauguração da exposição de Carlos Mo *Estais*, 20-10-2018; Sofia Areal. inauguração da exposição *Paisagens Singulares*, 6-11-2018; Editora Althum.com e Carlos Pateira, lançamento do livro *O Que Resta de Menos um dia?*, 25-10-2018; Edições Silabo, apresentação do livro *Lei das Finanças Locais – Comentada e Anotada*, de António Edmundo Freire Ribeiro, 29-10-2018; Rosa Porcelana Editora, apresentação do livro, *A Reinvenção do Mar--Antologia Poética*, de Vera Duarte, 16-11-2018; Administração do Novo Banco e o presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, assinatura de Protocolo, 28-10-2018; Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos MURPI, 9.º Congresso Nacional do MURPI, 25-11-2018; Os Artistas Unidos, inauguração *Voltar a ver o João (Vieira)*, 31-10-2018; Câmara Municipal de Grândola, apresentação do livro *Contos Grandolenses*, de Germesindo Silva, 3-11-2018; CEI-IUL, apresentação Documentário *Do Outro Lado do Atlântico*.

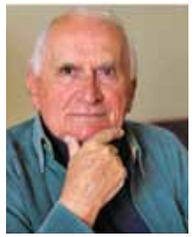
OFERTAS À A25A

Livros: *Manual de boas práticas – Demência*, oferta das Uniões das Misericórdia Portuguesas; *Fernando Rosas – A História como paixão*, diálogo com José Jorge Letria; *Carlos Fiolhais: A Arte de criar paixão pela Ciência*", diálogo com José Jorge Letria, oferta de José Jorge Letria, presidente da Sociedade Portuguesa de Autores; *Militares de Abril – Madeira 2017*, de António Gonçalves e Duarte Mendonça, oferta do presidente da Câmara Municipal do Funchal; *Entre o Tejo e o Luali*, de David Dinis, oferta do autor; *Um projecto Literário, sereno e racional*, de João Freire, oferta do autor; *Cuidar o futuro – síntese do Relatório Cuidar o futuro*, colecção Maria de Lourdes Pintassilgo; *Pensamento e acção*, colecção Maria de Lourdes Pintassilgo, oferta da Fundação cuidar o futuro; *Poesia completa*, de Mário Dionísio; *IMPRIMERE: Arte e processo nos 250 anos da Imprensa Nacional*, de Ruben Dias e Sofia Meira, oferta da Casa da Moeda; *Gestão, Política e Economia – vivências e reflexão*, de Eduardo Catroga, oferta do autor. Jornais diversos, oferta de Miguel Reis; *Forte Peniche- Memória Resistência e Luta*, oferta da URAP; Moeda Comemorativa do Armistício – 1918, de José Aurélio, oferta do autor; Medalha *Dia dos Direitos Humanos 2018*, oferta da Liga Portuguesa dos Direitos Humanos.

Ao preencherem a Declaração do IRS de 2018, vamos, todas e todos, gerar uma enorme corrente de apoio à Associação 25 de Abril!
Para isso Indicamos, seguidamente, as instruções para um procedimento correcto:

11 CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS / CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPORTADO					
ENTIDADES BENEFICIÁRIAS					
INSTITUIÇÕES CULTURAIS COM ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA (ART.º 152.º DO CIRS)	X	1103	NIF 5 0 1 3 2 3 4 1 4	IRS X e	IVA X
Nota: A opção de doar o IVA, também, implica a perda do direito à dedução do respectivo valor					

SEGURANÇA E DEFESA EUROPEIA



PEDRO DE PEZARAT CORREIA

Em matéria de segurança e defesa não se descortina, entre os Estados-membros da UE, coesão, nem um esforço mínimo de convergência sobre valores, objetivos, prioridades, perceção de ameaças. Parâmetros sem os quais não há estratégia possível. Quando nada é previsível, tudo é possível

À política não cabe exclusivamente a intervenção sobre o presente, mas também a perceção dos efeitos que a sua ação terá no futuro e a previsão das medidas para enfrentar esses efeitos. Daí que se lhe exija, bem como à estratégia que a serve e à geopolítica e à geoestratégia, disciplinas auxiliares de uma e de outra, visões e análises prospetivas, isto é, reflexões racionais sobre o futuro para, com base nelas definir, no presente, estruturas e dinâmicas que visem esse futuro. A análise e a visão prospetiva tornam-se, porém, muito contingentes quando os fatores disponíveis atingem um tal grau de imprevisibilidade e os decisores se revelam de tal forma erráticos, casuísticos, desacreditados, que retiram qualquer razoabilidade a uma abordagem fundamentada sobre o futuro. Numa situação de tal maneira pantanosa e fluida todos os cenários são efémeros. Como já uma vez afirmei, quando nada é previsível, tudo é possível.

Vem isto a propósito porque neste espaço, nos n.ºs 128 e 129 da nossa Revista, com o título "OTAN – ERA TRUMP" propusemo-nos, no essencial, equacionar a legitimidade de uma Aliança Atlântica à qual pertence a maioria dos Estados da UE e que, continuando a ser, de facto, o instrumento da estratégia militar da potência hegemónica e liderante do sistema global, está à mercê de decisões de uma administração incompetente, errática, não fiável, que tem revelado uma chocante insensibilidade estratégica, que despreza compromissos, acordos, tratados firmados com parceiros, com aliados e com instituições supranacionais. O que se pode esperar de uma OTAN manipulada por uma potência imperial que se tornou, ela própria, a maior ameaça à paz e segurança global?

Daqui que surjam tentações para se equacionarem cenários em que a União Europeia (UE) se afirme como parceiro autónomo em matéria de segurança e defesa global, o que tem na OTAN, o maior obstáculo. Tal poderá passar, não necessariamente pelo fim da OTAN, mas pela sua

Direitos Reservados

Direitos Reservados

reformulação, transformando-se numa aliança entre dois grandes parceiros dos dois lados do Atlântico Norte, com idênticos estatutos e autonomia, um na América do Norte e outro na Europa. Este seria exatamente a UE, com a sua própria estrutura de segurança e defesa e a sua capacidade de decisão autónoma no órgão supremo em que teriam assento os dois parceiros. Estas ou outras posições tomaram alguma expressão quando, em 2003, os EUA decidiram unilateralmente a invasão do Iraque, suscitando a oposição do núcleo duro europeu franco-alemão. Mas que rapidamente se esfumaram até porque alguns governos europeus apoiaram deliberadamente Washington, Reino Unido, Espanha, Portugal, vindo até, passado pouco tempo, o primeiro-ministro de Portugal, anfitrião nos Açores da Cimeira que decidiu a agressão ao Iraque, a ser escolhido pelos seus pares europeus para presidir à Comissão Europeia. A política externa e de segurança europeia era uma teia de equívocos e paradoxos.

PRESSÃO DOS EUA

Entretanto os EUA foram aumentando a sua pressão sobre vários Estados europeus no sentido de inviabilizar qualquer projeto autonómico suscetível de enfraquecer o papel da OTAN como agente essencial da sua hegemonia global. Na UE, onde continuava a falhar uma estratégia de defesa comum até porque nunca se constituiu como entidade política e ator na cena internacional, alguns Estados-membros, isolada ou casuisticamente concertados entre si e/ou com os EUA, iam intervindo nas áreas vizinhas mais sensíveis, a sul e a leste, quase sempre contribuindo para alimentar e agravar conflitos internos.

Direitos Reservados

Com a chegada de Donald Trump à Casa Branca e a vaga de nacionalismos, populistas, xenófobos, racistas que incentivou, com o clima de medo que foi intencionalmente alimentado, a política externa na UE ia-se tornando caótica. Trump conquistava seguidores, no Grupo de Visegrado (Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria), no RU com o BREXIT, na Áustria, na Itália, no avanço da extrema-direita populista em França, Alemanha, países nórdicos, Espanha. A ameaça à segurança europeia assumia um sinal diferente, mais interna do que externa.

Esta nova realidade não fez esmorecer, antes pelo contrário, o projeto do núcleo duro franco-alemão para militarização da UE, só que já não no quadro de uma OTAN, mesmo que reformulada. Emmanuel Macron nunca escondeu a sua simpatia por uma UE flexível e por uma defesa europeia suportada por um exército europeu. A recém-eleita presidente da CDU, partido maioritário na Alemanha e previsível sucessora de Angela Merkel, Annegret Kramp Karrenbauer, no seu discurso de vitória proclamou o seu empenhamento no reforço da UE, com um Conselho de Segurança Europeu e um exército europeu. Estas posições de Macron e de Karrenbauer, convergentes, não nascem do nada. Há antecedentes próximos que importa repescar.

EIXO FRANCO-ALEMÃO

Em 27 de junho de 2016, estava ainda a UE atónita a digerir o resultado do referendo em que os britânicos optaram pelo BREXIT, os ministros dos Negócios Estrangeiros da França e da Alemanha, Jean-Marc Ayrault e Frank-Walter Steinmeier, assinaram uma declaração conjunta, o *Documento Ayrault-Steinmeier*. Note-se que Ayrault era membro do governo socialista de François Holland e Steinmeier do PSD alemão coligado no governo de Merkel (CDU), mas as posições expressas neste documento não seriam alteradas com a queda do governo Holland e a sua substituição por Macron, assumidamente liberal.

Ayrault e Steinmeier comprometiam-se com a *[...] promoção de uma Europa mais coerente e mais assertiva a nível mundial*. Entre as considerações mais destacáveis saliente-se a referência a uma *Sólida Segurança Europeia* na qual *A segurança dos Estados-membros da UE [...] seja profundamente interrelacionada: qualquer ameaça a um Estado-membro* é também uma ameaça aos outros. É uma linguagem própria de uma aliança de defesa coletiva, decalcada da OTAN. A que acrescentavam, face ao atual contexto, *[...] a interdependência entre segurança interna e externa [...]*, o que pode ser tido como o entendimento de que a segurança interna dos Estados-membros pode exigir intervenções no exterior, para o que a UE deve contar com *[...] uma cadeia de comando civil-militar permanente [...] e forças disponíveis de elevada prontidão [...]*. Por fim, e mais relevante, propõe a constituição na UE e no prazo de um ano, de um *Conselho de Segurança Europeu*. Sem o dizer, subentende-se que seja inspirado no Conselho de Segurança da ONU, onde pontifique um núcleo duro com estatuto especial, eventualmente permanente e com direito de veto, que traduzirá a recorrente aspiração da "Europa a duas velocidades".

Notável, neste documento, é o ensurdecedor silêncio sobre a OTAN. Nem uma única vez é referida.

O Documento Ayrault-Steinmeier mereceu comentários críticos insertos em dois textos, de alguém do MNE alemão que manteve o anonimato e, por isso, suscita convenientes reservas, mas cujas considerações são de tal forma pertinentes que justificam uma apreciação apesar da omissão da sua autoria.

Num primeiro texto, a que deu o título *Flexible Union with a European FBI*, com a mesma data do Documento Ayrault-Steinmeier e sem o referir expressamente, o autor chama a atenção para as pressões de Berlim no sentido de uma *União flexível* e do estabelecimento de um *núcleo duro da Europa*, um novo *diretório* sob liderança alemã ao qual os restantes membros se subordinarão com um estatuto secundário. Entre as propostas alemãs conta-se a criação de uma estrutura europeia do tipo FBI. Esta matéria teria sido já objeto de um encontro em Berlim dias antes, que reuniu a chanceler alemã e os primeiros-ministros francês e italiano, a convite da primeira. A 9 de fevereiro já tinha havido um encontro em Roma seguido de outros em Bruxelas nos meses de Maio e Junho, dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos seis Estados fundadores, Alemanha, Bélgica, França. Holanda, Itália e Luxemburgo, prováveis candidatos ao "núcleo duro" do desejado Conselho de Segurança.

No segundo texto, datado do dia seguinte e já centrado no Documento Ayrault-Steinmeier, o anónimo autor critica o facto de os dois ministros dos Estrangeiros se referirem às "crises externas" que estão a tornar-se cada vez mais numerosas e geograficamente "mais próximas das fronteiras leste e sul da Europa", mas *Sem mencionarem que a UE e as suas principais potências têm contribuído significativamente para fomentarem guerras e guerras civis, a que Steinmeier e Ayrault chamam, eufemisticamente, "crises": na Ucrânia [...] na Líbia [...] ou na Síria [...]*. E acrescenta que *[...] a "Sólida Segurança Europeia" [...] não trará mais segurança mas, bem pelo contrário, o máximo de insegurança [...]*.

Interroga-se o amigo que me proporcionou o acesso a estes textos, acerca das manobras franco-alemãs: *São o princípio de quê?*

MANOBRAS EM SEGREDO

Se estas manobras se têm mantido em relativo segredo, em segredo permanecem e a fluidez da situação na UE e no seu exterior têm tornado estas previsões ultrapassadas, no mínimo suspensas pela própria realidade. A UE com o BREXIT e sérias probabilidades de outros EXIT's, com o avanço dos populismos eurocéticos mais ou menos fomentados de Washington, com a explosão social em França que tende a estender-se a outros países, com a emergência desse novo ator estratégico que são as redes sociais, está num limbo de indefinição onde é notória a ausência de líderes competentes e credíveis à medida dos desafios que se lhe colocam. E os setores mais à esquerda não encaram com simpatia, pelo contrário mostram muitas reservas em relação a projetos de militarização da UE. Estes opõem o que poderá esperar-se desses projetos numa UE em que parecem ganhar força tendências populistas que encontram na xenofobia, no chauvinismo, no racismo, no belicismo de Trump o modelo a seguir? Para a esquerda, a maior ameaça a uma segurança europeia que deve passar pela promoção da paz, da justiça social, de uma sociedade cosmopolita, da preservação do ambiente, dos direitos humanos, poderá estar dentro da própria UE.

Sem dúvida que o presente não confere bases sólidas e estáveis que favoreçam análises prospetivas fiáveis. Vivemos uma época em que prevalece a gestão da conjuntura por lideranças que não conseguem ver para além dela e que se distinguem pela mediocridade. Em matéria de segurança e defesa não se descortina, entre os Estados-membros da UE, coesão, nem um esforço mínimo de convergência sobre valores, objetivos, prioridades, perceção de ameaças. Parâmetros sem os quais não há estratégia possível.

Dezembro de 2018

O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril - Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº. 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril)· Membro Honorário da Ordem da Liberdade |**Presidente da Direcção:** Vasco Lourenço|**Director:** Martins Guerreiro|**Editor:** Licínio Lima|**Conselho Editorial:** Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Maria José Casa-Nova, Maria Manuela Cruzeiro, Pedro Pezarat Correia, Vasco Lourenço|**Fotografia:** A. Belo, Armando Isaac, José Maria Roumier, Nuno Augusto, Agência Lusa|**Desk:** António Belo|**Colaboradores:** Artur Custódio da Silva, David Martelo, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Santa Clara Gomes|**Sede nacional, Administração e Redacção:** Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone:. 213 241 420 - Endereço electrónico: *a25a.sec@25abril.org | www.25abril.org | www.guerracolonial.org* |**Delegação do Norte:**Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: *a25a.del-norte@25abril.org*\ **Delegação do Centro** Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA Endereço electrónico:*a25a.del-centro@25abril.org* \ **Delegação do Alentejo** Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLAEndereço electrónico: *a25a.del-alentejo@25abril.org* **Delegação do Canadá** Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | **Edição gráfica**: atelier JMRibeirinho www.jm-designedicoes.com - Av. Infante Santo, 69 -10.º - 1350 - 177 Lisboa | **Impressão e acabamento**: NORPRINT

PUB

Montepio Proteção Futuro

Não vai acontecer. Mas, e se acontecer? Quem vai garantir o bem-estar dos seus filhos?

O tema não é fácil, mas a pergunta tem de ser feita: se lhe acontecer alguma fatalidade ou um infortúnio da vida o deixar incapacitado, quem vai garantir o futuro dos seus filhos? Como vai assegurar o seu bem-estar e todos os cuidados que necessita? Subscreva as modalidades mutualistas Proteção Outros Encargos ou Proteção Vida, da Associação Mutualista Montepio, e garanta já hoje que o futuro dos seus filhos não tem "ses".

Saiba mais em
montepio.org

Associação Mutualista
Montepio
Juntos por todos

Montepio Geral Associação Mutualista . IPSS. DGSS n.º 3/81 . NIPC 500 766 681
Sede: Rua Áurea, 219 a 241 . 1100-062 Lisboa